

Pontifícia universidade católica de goiás
Pró-reitoria de pós-graduação e pesquisa
Programa de pós-graduação stricto sensu em história

Raul de Freitas Alvarenga

APARECIDA DE GOIÂNIA

Uma história de desafios

GOIÂNIA

2020

Raul de Freitas Alvarenga

APARECIDA DE GOIÂNIA

Uma história de desafios

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito parcial para obtenção do título de mestre História.

Área de concentração:

História: cultura e poder

Linha de Pesquisa:

Patrimônio Cultural e Território

Professora Orientadora

Dra. Deusa Maria Rodrigues Boaventura

GOIÂNIA

2020

A473a Alvarenga, Raul de Freitas
Aparecida de Goiânia : uma história de desafios /
Raul de Freitas Alvarenga.-- 2020.
116 f.; il.

Texto em português, com resumo em inglês.
Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade
Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores
e Humanidades, Goiânia, 2020
Inclui referências: f. 110-116

1. Cidades e vilas - História. 2. Aparecida de Goiânia
(GO). I.Boaventura, Deusa Maria Rodrigues. II.Pontifícia
Universidade Católica de Goiás - Programa de Pós-Graduação
em História - 2020. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 94(817.3)

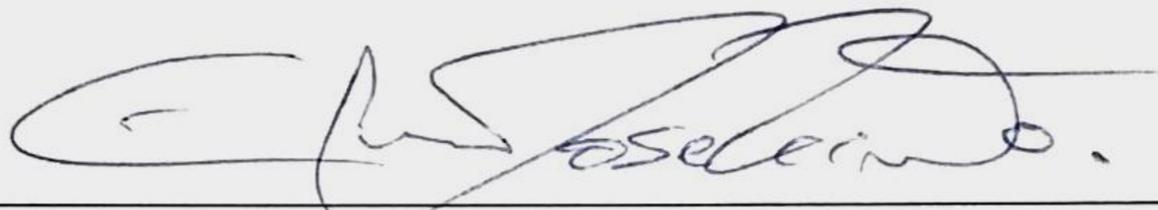
APARECIDA DE GOIÂNIA: UMA HISTÓRIA DE DESAFIOS

Dissertação aprovada em 05 de março de 2020, no curso de Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Deusa Maria Rodrigues Boaventura
PUC Goiás / Presidente



Prof. Dr. Eduardo José Reinato
PUC Goiás / Examinador Interno



Profa. Dra. Adriana Mara Vaz de Oliveira
UFG / Examinadora Externa

Prof. Dr. Patrick Di Almeida Vieira Zechin
UEG / Suplente

Profa. Dra. Dra. Thaís Alves Marinho
PUC Goiás / Suplente

AGRADECIMENTOS

À professora doutora Deusa Maria Rodrigues Boaventura, que me acompanha desde minha graduação em Arquitetura e Urbanismo, que conseguiu, com muita paciência, fazer um menino que não gostava de teoria entrar para o mundo da pesquisa.

À professora doutora Adriana Mara Vaz e ao professor doutor Eduardo Renato, que se dispuseram a participar da banca de qualificação e de defesa, que me incentivou e somou ao trabalho os seus conhecimentos.

Aos meus pais, Divino Lopes de Alvarenga e Vera Lúcida de Freitas Lopes, que sempre se esforçaram ao máximo para eu pudesse me dedicar em meus estudos, me apoiaram e tiveram total compreensão nos momentos em que estive ausente.

À minha irmã Erica de Freitas Alvarenga, que mesmo morando longe, me apoiou e incentivou a não desistir dessa jornada tão desgastante e árdua.

Aos meus amigos, que entenderem a minha ausência e, mesmo assim, nos momentos de descanso junto a eles, me alegravam e me descontraíam, renovando as minhas energias.

E em especial a minha noiva, Larissa Rodrigues Araújo, que embarcou junto neste sonho, abrindo mão de momentos de lazer para ficar ao meu lado. Que mesmo atarefada, achou brechas para me ajudar nos levantamentos documentais e nas leituras de revisão. Portanto, só tenho a agradecê-la pelas trocas como amiga, companheira, colega de profissão e como futura esposa.

RESUMO

Semelhante ao processo de formação dos núcleos urbanos do século XIX, o vilarejo de Aparecida tem sua origem em 1922 por meio de pretensões religiosas, em que fazendeiros locais doaram terras e materiais para a construção de uma capela, e também por aspectos econômicos, por estar entre a cidade de Campinas e o distrito de Santo Antônio das Grimpas, atual Hidrolândia. Desta forma, a construção da capela com singelas casas a sua volta dá início às transformações urbanas deste lugar que, ao longo de quase 100 anos, passou por movimentos de crescimento, deterioração e revitalização que foram amplamente estudados por pesquisadores, os quais buscaram compreender os reflexos desses movimentos na expansão territorial, política e econômica, ignorando, porém, a compreensão histórica deste lugar. Levando em conta esta lacuna, por meio de análise fotográfica e documental, este trabalho teve como objetivo identificar quando, como e quais foram os agentes que influenciaram a transformação de Aparecida de Goiânia. A pesquisa resultou na elaboração de uma linha cronológica que tem como propósito organizar temporalmente as intervenções que ocorreram no núcleo fundacional de Aparecida desde sua criação até os dias atuais. Foi possível concluir que a história de Aparecida de Goiânia foi abafada pela história de Goiânia a ponto de vincular o seu nome ao nome da capital, o que trouxe problemas de pertencimento de seus cidadãos à cidade e, conseqüentemente, o descaso com edifícios históricos que vêm sendo substituídos por novos empreendimentos.

Palavras-chave: História, transformação urbana, Aparecida de Goiânia.

ABSTRACT

Similar to the formation process of the urban centers of the 19th century, the village of Aparecida has its origin in 1922 through religious pretensions, in which local farmers donated land and materials for the construction of a chapel, and also for economic aspects, for being between the city of Campinas and the district of Santo Antônio das Grimpas, current Hidrolândia. In this way, the construction of the chapel with simple houses around it initiates the urban transformations of this place that, for almost 100 years, has undergone movements of growth, deterioration and revitalization that were extensively studied by researchers, who sought to understand the reflexes of these movements in the territorial, political and economic expansion, ignoring, however, the historical understanding of this place. Taking this gap into account, through photographic and documentary analysis, this work aimed to identify when, how and what were the agents that influenced the transformation of Aparecida de Goiânia. The research resulted in the elaboration of a chronological line that aims to temporally organize the interventions that occurred in the foundational nucleus of Aparecida from its creation to the present day. It was possible to conclude that the history of Aparecida de Goiânia was drowned out by the history of Goiânia to the point of linking its name to the name of the capital, which brought problems of belonging of its citizens to the city and, consequently, the neglect with historic buildings that come being replaced by new buildings.

Key words: History, urban transformation, Aparecida de Goiânia.

LISTADE FIGURAS

Figura 1: Transformação urbana de Santa Cruz	20
Figura 2: Planta de Situação do núcleo fundacional de Cuiabá.	24
Figura 3: Planta de Situação do núcleo fundacional de Vila Boa.	25
Figura 4: Planta de Situação do núcleo Fundacional de Campinas.	33
Figura 5: Planta de Situação do núcleo fundacional de Campinas com a construção do convento e da capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.....	39
Figura 6: Caminho dos redentoristas.	41
Figura 7: Mapa geral da República dos Estados Unidos do Brasil.....	42
Figura 8: Relação entre o lugar escolhido e a sede da fazenda Lage.....	47
Figura 9: Traçado Ortogonal de Aparecida de Goiânia.	48
Figura 10: Vista do povoado de Aparecida tirada por Attílio Corrrêa Lima.....	51
Figura 11: Foto do povoado de Aparecida tirada por Attílio Corrrêa Lima.	51
Figura 12: Carta da professora Maria da Silva Moraes.	52
Figura 13: Quadro da divisão territorial, administrativa e judiciária do Estado.	56
Figura 14: Mapa do Café.....	57
Figura 15: Procissão para Nossa Senhora Aparecida, em 1950.....	58
Figura 16: Colégio Estadual Dom Pedro I.	59
Figura 17: Mapa de Aparecida - Estradas e Loteamentos da década de 1955.....	61
Figura 18: Manutenção do nome Aparecida.....	62
Figura 19: Iluminação pública.....	64
Figura 20: Mapa de 1960 do centro de Aparecida de Goiânia.	65
Figura 21: Recibo de Venda dos lotes da Igreja.....	65
Figura 22: Limites de Aparecida de Goiânia em 1963.....	68
Figura 23: Relação entre o bairro Vila Brasília e o centro de Goiânia e de Aparecida.	70
Figura 24: Localização do lote escolhido para construção da Prefeitura.	72
Figura 25: Nomenclatura da escola determinada pela Lei nº 8.408.	75
Figura 26: Escolas Estaduais Aparecida de Goiânia de Aparecida.....	76
Figura 27: Primeiros condomínios verticais de Aparecida de Goiânia.	77
Figura 28: Pavimentação de Aparecida de Goiânia na década de 1979.....	77
Figura 29: Delimitação da Praça da Matriz.	78
Figura 30: Delegacia de Polícia de 1979 e de 2019.....	78

Figura 31: Mapa de Aparecida - Ocupação e vazios urbanos.....	80
Figura 32: Mapa de Aparecida - Expansão urbana até a década de 1960.	83
Figura 33: Mapa de Aparecida - Expansão urbana até a década de 1980.	84
Figura 34: Levantamento urbano realizado pelo IBGE em1980.....	86
Figura 35: Mapa de Aparecida - Localização dos Terminais Vila Brasília e Cruzeiro.	87
Figura 36: Buriti Shopping (2002).....	88
Figura 37: Mapa de Aparecida - Centralidades de Aparecida de Goiânia.....	89
Figura 38: Sede da prefeitura em 1979.....	92
Figura 39: Casa da década de 1980.	93
Figura 40: Antes e depois da ampliação da igreja Nossa Senhora Aparecida.	93
Figura 41: Grandes investimentos comerciais na região do Buriti Shopping.....	95
Figura 42: Cidade Empresarial.....	96
Figura 43: Jardins Viena.	96
Figura 44: Casa na rua Abrão Lourenço.	99
Figura 45: Casa na rua Abraão Lourenço de Carvalho, esquina com a Rua Nossa Senhora Auxiliadora.	100
Figura 46: Estacionamento na Avenida Vicente de Paula Souza.....	100
Figura 47: Casa na Rua João Batista de Toledo, esquina com a Rua 11.	101
Figura 48: Casa na Rua Rua João Batista de Toledo.	101
Figura 49: Rua Benedito Batista de Toledo, esquina com a Rua 11 de Maio.	102
Figura 50: Casa paroquial.	102
Figura 51: Estátua do fazendeiro José Candido e Maria Elias de Deus.....	103
Figura 52: Traçado urbana da Praça da Matriz antes e depois da intervenção urbana.	104
Figura 53: Viaduto Vereador João Antônio.	104

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Balancete da tesouraria, referente ao mês de maio e junho de 1960.63

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. APARECIDA E A HABITUAL FORMA DE FUNDAR A CIDADE.....	14
1.1. Uma forma convencional de fundar cidades.....	21
1.2. O edifício religioso como elemento organizador do espaço.....	22
1.3. A legislação ordenadora das cidades goianas no início do século XX e a organização dos territórios.....	27
2. A CIDADE E O SEU DESENVOLVIMENTO.....	32
2.1. Campinas e a formação do povoado de Aparecida.....	32
2.2. Aparecida: de arraial a distrito.....	44
2.3. A fundação de Goiânia e o destino de Aparecida.....	54
3. A MODERNIZAÇÃO SEM MODERNIDADE E A CONVIVÊNCIA COM A TRADIÇÃO.....	68
3.1. O prefeito, a cidade e o discurso do crescimento urbano.....	68
3.2. O tradicional centro fundacional e os novos espaços modernizadores.....	82
3.3. A construção de uma nova paisagem.....	90
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS.....	110

INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura compreender os processos da transformação urbana de Aparecida de Goiânia. Emancipada em 1963 como cidade, a sua história se inicia em 1922, quando suas primeiras edificações foram construídas seguindo um modelo de formação de cidades que remete aos séculos XVIII e XIX, quando o edifício religioso era o principal agenciador urbano. Com a transferência da capital da cidade de Goiás para Goiânia, a paisagem de Aparecida passou a revelar as influências de Goiânia a ponto de sua história ser indissociável da história da capital. Assim, o estudo da transformação da paisagem para além de suas formas urbanas procura responder às seguintes questões: como se deu a formação e a construção da paisagem de Aparecida de Goiânia? Quais foram os agentes e como eles influenciaram as transformações da cidade?

A ligação afetiva por ter nascido na cidade fizeram que meu trabalho de conclusão de curso fosse situado em Aparecida de Goiânia. Ao encontrar algumas lacunas em sua historiografia, surgiu a motivação deste trabalho de pós-graduação para entender sua história e como sua paisagem urbana se desenvolveu. Desta forma, ao iniciar os trabalhos desta dissertação, foi realizado um árduo levantamento bibliográfico que constatou que existem vários trabalhos, como o de Camilo (2014), “O preço da terra e o Plano Diretor de Aparecida de Goiânia”, que busca compreender a reorganização urbana da cidade após a elaboração do primeiro Plano Diretor que ocorreu no ano de 2000. Há também o trabalho de grande pertinência de Pinto (2006), “Reestruturação intra-urbana de Aparecida de Goiânia: o impacto da implantação do Buriti Shopping e a formação de uma nova centralidade na Avenida Rio Verde”, que trata das novas centralidades econômicas que surgiram na cidade.

Os numerosos estudos existentes sobre Aparecida de Goiânia buscam compreender sobre a dimensão territorial da cidade, porém, trabalhos científicos referentes a sua história e ao processo de formação da paisagem urbana são escassos, para não dizer inexistentes. Os principais autores que abordam essas temáticas da história da cidade – exceto Pinto (2009), que escreveu o artigo “Periodização de Aparecida de Goiânia: Da forma embrionária às novas funcionalidades no espaço fragmentado” – são personagens que pertencem à memória viva da cidade, são eles Nilda Simone, que escreveu o livro “Um olhar sobre

Aparecida, história e cultura” (2014), em que buscou contar a história da cidade por meio de suas memórias e de amigos, sendo muitos destes já falecidos. E Freud de Melo (2002), que escreveu “Aparecida de Goiânia, do zero ao infinito” e que apresenta em grande parte do livro seus feitos como prefeito.

Ao identificar a lacuna de estudos que resgatem uma consciência histórica e que permitam a compreensão das dinâmicas das transformações sofridas na paisagem cultural de Aparecida de Goiânia, esta pesquisa ocupou-se de compreender os marcos históricos da cidade e como os elementos urbanos e seus significados foram formados ao longo dos anos.

Para tanto, foram elaborados levantamentos documentais que revelaram a importância deste estudo para a cidade de Aparecida de Goiânia. Entretanto, até o presente momento, uma grande parte dos documentos que ajudariam na organização cronológica dos fatos ocorridos na cidade desapareceram ou estão nas mãos das famílias influentes da cidade, que relutam em abrir seus arquivos. Ao deparar com estas dificuldades, iniciou-se um incessante levantamento documental que pudesse comprovar os fatos históricos de Aparecida de Goiânia. Para isso, foram levantados os arquivos da Arquidiocese de Goiânia (apenas os arquivos liberados pela parte jurídica da instituição), da biblioteca do Colégio Santa Clara, do Santuário Nossa Senhora Aparecida em Aparecida de Goiânia, do Arquivo Histórico Estadual de Goiás, do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), do Museu da Imagem e do Som de Goiânia, da Agencia Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, do Museu Goiano Professor Zoroastro Artiaga, da biblioteca da SEGPLAN, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN-GO) e do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC).

O trabalho foi organizado em três capítulos. O Capítulo 1, intitulado *Aparecida e o habitual modelo de fundar a cidade*, compreende o processo de formação urbana das cidades goianas do início do século XX. Para tanto, foi preciso compreender os modelos de criação das cidades do século XIX, visto que estes padrões continuaram sendo replicados no século seguinte. Assim, por meio deste estudo, foi possível identificar qual era o papel do Estado e da igreja na formação do lugar.

O Capítulo 2, intitulado *A cidade e o esquecimento*, apresenta o processo de formação da paisagem de Aparecida de Goiânia desde quando era um povoado até a sua emancipação. Para isso, em um primeiro momento, foi preciso compreender como

o município de Campinas, hoje bairro de Goiânia, foi formado e qual foi a importância dos padres redentoristas para a formação do núcleo fundacional de Aparecida. Em um segundo momento, foi apresentada a história de Aparecida, que é marcada pela transferência da capital do estado de Goiás para Goiânia, o que levou ao seu esquecimento até o início da década de 1960, período em que se iniciaram as transformações urbanas, resultando na formação do município de Aparecida de Goiânia.

O Capítulo 3, intitulado *A modernização sem modernidade e a convivência com a tradição* compreende a história de Aparecida de Goiânia após sua emancipação, tendo o ex-prefeito Freud de Melo (prefeito de 1977 a 1981) como principal agenciador da paisagem urbana da cidade. Além disto, será investigado o papel de Goiânia nessa fase da cidade, tendo em conta a grande influência que a capital teve no processo de formação de Aparecida até sua emancipação. Por fim, deverão ser observadas as transformações urbanas do centro fundacional e pontuadas quais as alterações ocorridas desde sua formação até a atual década.

Esta pesquisa busca contribuir para o conhecimento acerca da história da cidade de Aparecida de Goiânia e para a compreensão da importância histórica do seu núcleo fundacional. Além disso, permite o resgate de documentos históricos espalhados por vários locais e a organização de forma cronológica da história da cidade. Este resgate histórico contribui com novos dados e informações que subsidiarão posteriores intervenções e estudos sobre a cidade, bem como o avanço de análises e reflexões críticas sobre o tema, importantes para manter viva a memória do lugar e para fomentar a sua valorização.

1. APARECIDA E O HABITUAL MODELO DE FUNDAR A CIDADE

1.1. Uma forma convencional de fundar cidades

No Brasil, é comum encontrar cidades no interior do país que foram fundadas no século XX, mas que apresentam concepções que lembram as cidades do período colonial, como é o caso de Aparecida de Goiânia, objeto de estudo deste trabalho e que será trada nos próximos capítulos.

O século XX ficou conhecido pelos seus avanços tecnológicos em todo o mundo por meio da invenção da lâmpada, do automóvel, do telefone e etc. Já no urbanismo, em 1919, foi criada em Paris a Lei Cornudet, a primeira lei urbanística a tratar do desenvolvimento, embelezamento e extensão dos núcleos urbanos, além de obrigar as cidades com mais de 10.000 habitantes a executarem um plano regulador (GUTIÉRREZ, 2007). No Brasil, a exigência de um plano diretor para as cidades só foi ocorrer no início do século XXI, com a Lei Federal nº 10.257 de julho de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade e que tem como objetivo “[...] estabelecer normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana [...]” (BRASIL, 2001). Entretanto, desde o século XVIII, era possível encontrar normativas urbanas estipuladas pela Coroa portuguesa. Já no século XIX, as câmaras municipais tornam-se as instituições responsáveis pelo apoio técnico em relação à organização das edificações das vias do núcleo urbano. Contudo, foi no século XX que a preocupação com o urbano se intensificou, resultando na elaboração do Código Civil, destinando aos estados a obrigação de regulamentar a vida municipal. Mesmo que estas normativas existissem desde o século XVIII, a aplicação delas não se tornou eficaz em todo o território brasileiro, em especial no estado de Goiás.

Pode-se atribuir este retardamento da aplicação das políticas públicas de urbanização das cidades goianas ao lento processo de urbanização do estado de Goiás, que se iniciou no século XVIII. Neste período, as terras do atual estado de Tocantins pertenciam ao estado de Goiás, totalizando, assim, uma superfície com mais de um milhão de metros quadrados e “[...] abrigando uma população de pouco mais de trinta mil habitantes, o que, logicamente, significava uma densidade de apenas três habitantes para cada 100 quilômetros quadrados.” (GOMES, NETO e BARBOSA, 2004, p. 51). Este imenso território permanece praticamente vazio até

[...] 1940, quase dois séculos depois da criação da então Capitania de Goiás em 1748, os exatos 623.217,4 quilômetros quadrados, que tinham, juntos (incluindo-se aí o atual Distrito Federal), os dois estados eram pontilhados por apenas 52 cidades (a maioria sem o mínimo conforto urbano) e 88 vilas. Somando-se a esse número alguns outros pequenos lugarejos, contavam-se menos de 200 pequenas aglomerações- incluindo-se Goiânia, que tinha apenas uns 8.000 habitantes – para abrigar pouco mais de 18% da população do território, que chegava apenas a 800 mil habitantes. (GOMES, NETO, e BARBOSA, 2004, p. 59-61).

Foi graças à corrida do ouro no período colonial que se iniciou o processo ocupação em Goiás. Mesmo afastado do litoral, onde estava a capital do país, e com péssimas condições de acesso, ao descobrir ouro ou prata em determinada localidade, o garimpo logo tornava-se um ponto de atração para outros garimpeiros que iriam se aglomerando e formando, então, os primeiros núcleos urbanos na Capitania de Goiás. Contudo, eram apenas os assentamentos ao redor de minas fartas em metais preciosos que conseguiam sobreviver ao passar dos anos, pois a continuidade desses povoados “[...] dependia exclusivamente da fartura com que a terra respondia às esperanças dos garimpeiros” (GOMES, NETO e BARBOSA, 2004, p. 64).

Desta forma, a atividade de mineração foi um fator determinante para o início da exploração das terras goianas até então não colonizadas, impulsionando a abertura de novos caminhos em meio às matas virgens, possibilitando interligar o litoral ao centro do Brasil. Entretanto, segundo Gomes, Neto e Barbosa (2004), a atividade agropastoril foi a principal atividade responsável pela a urbanização de Goiás em virtude do seu processo mais lento de produção.

Em um primeiro momento, as fazendas surgiam ao redor dos garimpos para poderem abastecer aqueles locais, sendo que as maiores propriedades eram “[...] gerenciadas pelos próprios mineradores que deslocavam parte de sua escravaria para tais atividades” (ESTEVAM, 2004, p. 28). Os produtos que não eram produzidos nas fazendas eram obtidos por meio de viajantes que passavam pelo local, o que fomentava as atividades de troca em uma região escassa de comércio. Com o declínio do ouro e com a população crescendo, as terras que antes eram tidas apenas como produtoras de alimentos para consumo, começavam a ser as principais formas de sobrevivência da população local.

Gomes, Neto e Barbosa (2004) destacam quatro processos de formação de cidades em que a produção agropastoril é a principal forma de manutenção desses espaços. O primeiro, trata-se da criação de postos aduaneiros de fiscalização para controlar as mercadorias que transitavam dentro do país e, com isso, pequenos povoados surgiam em volta desses postos. O segundo, envolve a criação de postos de policiamento e vigia do território que seguiam a mesma lógica do primeiro. O terceiro processo de formação de cidades está relacionado aos aldeamentos, locais onde religiosos construía edifícios para catequizar os índios. O quarto processo ocorria por meio do pouso de tropas e boiadas em fazendas localizadas entre uma cidade e outra.

Entre esses modelos de povoamento, havia sempre um atrativo que contribuía para o acúmulo de pessoas no local, que poderia se tornar um arraial. Com o passar dos anos, dependendo de seu crescimento econômico ou populacional, poderia prosperar a uma condição de vila, podendo se desenvolver até se tornar uma cidade, ou então, ser completamente esquecido a ponto de desaparecer.

Essas classificações de organização urbana, utilizadas até nos dias atuais, são formas de regulamentação político-territorial que, de maneira hierárquica, estabeleciam um controle espacial, político e institucional de cada localidade (PAULA e ALMEIDA, 2016, p.157). Entretanto, até o século XIX, a formação desses espaços os convertia em um instrumento de apropriação territorial que, segundo Godoy (2011, p.10), tinha um “[...] aspecto intencional de demarcação entre fronteiras [...]” que ocorria entre cada uma das unidades territoriais que eram delimitadas.

Entre essas organizações urbanas, o arraial era o único que “[...] surgia de forma espontânea e sem a interferência do estado” ¹ (ABREU, 2014, p. 276). Normalmente, esses núcleos urbanos se iniciavam em fazendas que eram chamadas de pouso pelos viajantes. Elas ficavam localizadas entre uma cidade e outra, sendo um perfeito ponto de apoio para as viagens longas daquela época. Segundo Gomes, Neto e Barbosa (2004) essas fazendas eram multifuncionais e voltadas para a produção de autoconsumo, logo, os fazendeiros e seus empregados produziam arroz,

¹ Boaventura (2007) desconsidera a formações urbanas como sendo de maneira “espontânea”. Segundo a autora, os bandeirantes, no início do século XVIII, foram os principais responsáveis pela formação dos assentamentos goianos e trazia com eles a tradicional forma de fazer a cidades, que originavam a partir de um edifício religioso, com estruturas lineares que se desenvolvia ao longo das estradas.

feijão e mandioca, além de criar animais para obter carne e leite. Os demais produtos necessários para sobrevivência, como o querosene, eram adquiridos por meio dos viajantes que comercializavam esses produtos e passavam por suas terras.

Com o passar do tempo, essas fazendas multifuncionais tornavam-se pequenos centros econômicos para os demais fazendeiros da redondeza, que viam nestas localidades a chance de comprar ou vender suas mercadorias. Em virtude do aumento do fluxo de pessoas nessas fazendas, a festa aos santos padroeiros dos fazendeiros alcançava tamanhas proporções que era preciso o deslocamento de um padre da capela mais próxima para realizar missas campais. De acordo com o poder econômico do povoado e do tamanho das festas, que poderiam durar dias, semanas ou até meses, um grupo de fazendeiros da região se juntava para doar parte de suas terras para a formação do patrimônio religioso², destinado ao santo padroeiro dos doadores.

A confirmação deste patrimônio religioso ocorria com a construção da ermida³, que levava o nome do santo, e com a delimitação do seu largo, que era um espaço externo vazio redor da ermida destinado à realização de missas e procissões, marcando, assim, o início da formação do núcleo urbano. De acordo com Marx (1991) esse processo de ocupação foi responsável pela formação de grande parte dos arraiais criados no século XVIII e XIX no Brasil. Entretanto, no estado de Goiás, esse modelo de formação urbana pode ser identificado até no início do século XX, como é o caso de Aparecida de Goiânia.

Portanto, a importância da igreja católica na formação de pequenos núcleos urbanos ocorreu pelo forte papel sócio-econômico-cultural que esta instituição possuía perante os povoados brasileiros até meados do século XIX. Segundo Marx (1980, p 28), “[...] sua presença e influência superavam as de quaisquer outras instituições, incluindo as do governo local ou metropolitano”. Durante este período, a igreja suprimia as responsabilidades legais do Estado, fato que perdurou até a década de 1920, quando o Estado brasileiro já havia se desvinculado da igreja católica. Entretanto, as práticas estipuladas pela religião estavam enraizadas na cultura

² Segundo MARX (1991) o patrimônio constitui-se de uma fração de terras doada por um senhor, ou por vários vizinhos. Esse patrimônio poderia ser leigo, quando essas terras eram doadas com o objetivo de moradia e para meio de subsistência, ou religioso, quando as terras eram cedidas para a igreja.

³ Termo utilizado por MARX (1991) como sinônimo de capela.

popular, o que permitiu que as leis canônicas regulamentassem esses espaços, “[...] não apenas quanto à disposição de seus edifícios como quanto ao sistema fundiário e ao parcelamento correspondente” (MARX, 1999, p. 50). Desta forma, as casas e as edificações religiosas não eram construídas a esmo, pois, por mais longe que esses povoados eram das sedes municipais, sempre havia no local uma capela que organizava o espaço urbano. Isso ocorria pelo fato de que a instituição católica era regida por meio das normas eclesiásticas que continham conceitos urbanísticos como quarteirão, arruamentos, quadras, lotes e etc.

Até metade do século XIX, de acordo com Marx (1991), a igreja era umbilicalmente ligada ao Estado, a ponto de se confundirem. Desta forma, a institucionalização desses núcleos urbanos tão dispersos no interior do país só ocorria com a oficialização da ermida perante à igreja. O pequeno povoado onde havia uma capela sem ter passado pelo processo de sacralização da igreja não poderia ser considerado como arraial. Quando esta capela era sacralizada, ela recebia o título de capela curada, podendo, assim, receber regularmente visitas de padres.

A oficialização da ermida como capela curada pela a igreja resultava em um benefício duplo para o povoado. O primeiro benefício trata-se da importância cultural, pois, com as capelas curadas, era permitido que houvessem visitas de padres para celebrar missas e, neste dia, todos os habitantes do lugarejo se deslocavam para a capela, sendo o principal evento daquele local. Deste modo, essas capelas permaneciam fechadas durante toda a semana, mas eram abertas no dia em que chegava o vigário para realizar o ato litúrgico.

O segundo benefício era o reconhecimento do pequeno núcleo urbano como arraial pelo Estado, reconhecimento este que não trazia nenhuma autonomia política ou econômica, visto que esses arraiais não apresentavam nenhum destaque no cenário municipal, pois, raras algumas exceções, a grande parte dos produtores apresentava apenas uma produção para consumo próprio. O arraial ficava, portanto, subjugado ao distrito da cidade mais próxima, onde “[...] centravam-se ali todas as atividades jurídicas e administrativas das cercanias pertencentes a esse distrito” (PAULA; ALMEIDA, 2016, p.159).

Até o século XIX, quando esses arraiais apresentavam um aumento populacional, associado a um maior destaque econômico e a um aumento da sua representação política, eram elevados à categoria de vila. A ascensão desses arraiais

resultava na transformação de sua paisagem com a construção de novos edifícios, assim, o Artigo 167 da Constituição Imperial de 1824 alegava que “[...] todas as Cidades, e Villas ora existentes, e nas mais, que para o futuro se crearem (sic) haverá Câmaras [...]” com determinado número de vereadores e um Juiz de Paz para designar as leis e os decretos do império. Entretanto, essas Câmaras tinham apenas o poder administrativo e, normalmente, eram situadas na mesma edificação onde era localizada a cadeia, sendo o edifício comumente chamado de casa Câmara e Cadeia. Outra edificação que representava essa nova posição administrativa era o pelourinho, local onde ocorriam as manifestações populares da região. Portanto, só após a construção desses edifícios que o arraial poderia ser elevado à categoria de vila (PAULA; ALMEIDA, 2016, p.158).

Contudo, o simples ato de construir as edificações não era suficiente para a elevação do arraial em vila, era preciso também que houvesse a deliberação mediante um decreto ou uma lei aprovada pelos governantes, atestando que aquele povoado era agora uma “[...] unidade administrativa autônoma [...]” (TIBALI, 1991, p 46, apud, FILHO, 2016, p 33). Desta maneira, a evolução de um arraial à posição de vila trazia consigo uma maior visibilidade econômica e política, o que promoveria uma maior autonomia financeira, permitindo mais benefícios para a população do lugar.

Em virtude da união entre o Estado e o poder religioso que acontecia até o século XIX, a evolução do núcleo urbano ocorria conjuntamente à da ermida. Como foi visto, para a consagração do arraial era preciso a sacralização da capela em capela curada. Assim, quando o arraial alcançava uma certa população que o possibilitava ser elevado à condição de vila, era preciso que a capela curada também fosse elevada à condição de paróquia ou igreja matriz, comumente chamada de freguesia, que, segundo Marx (1991), era um categoria com significado apenas religioso, mas que ao longo dos anos foi eivada de um cunho civil. Isso acontecia pelo fato de que ao elevar a capela à paróquia, ela se tornava responsável por administrar toda as demais capelas inseridas em uma área determinada, denominada de freguesia. Assim, o Estado utilizava desta área delimitada pela igreja para estipular as regiões de jurisdição dos juizes de paz, como pode ser observado no primeiro artigo da Lei nacional de 15 de outubro de 1827, a qual determina que “[...] cada umas (sic) das freguezias e das capelas filiaes curadas, haverá um Juiz de Paz e um suplente [...]”. Portanto, até o século XIX, o entrelaçamento entre Estado e igreja proporcionou a

formação dessas palavras polissêmicas que, segundo Marx (1991, p. 18), “[...] sem dúvida, hoje confundem os estudiosos [...]”.

A evolução de um arraial à condição de vila trazia diversos benefícios para aquele local, o que pode ser evidenciado nas transformações da paisagem urbana com a inserção de novos edifícios públicos, aumento populacional e, em alguns casos, a transformação do perímetro urbano. Este é o caso de Santa Cruz de Goiás-GO, que teve o largo da antiga igreja matriz reduzido para dar lugar ao traçado da Rua Ana Lopes e para que fosse construída a Casa Câmara e Cadeira (Figura 1), formada quando o arraial de Santa Cruz foi elevado à categoria de vila (PARAGUASSÚ; CURADO, 2014, p.32).

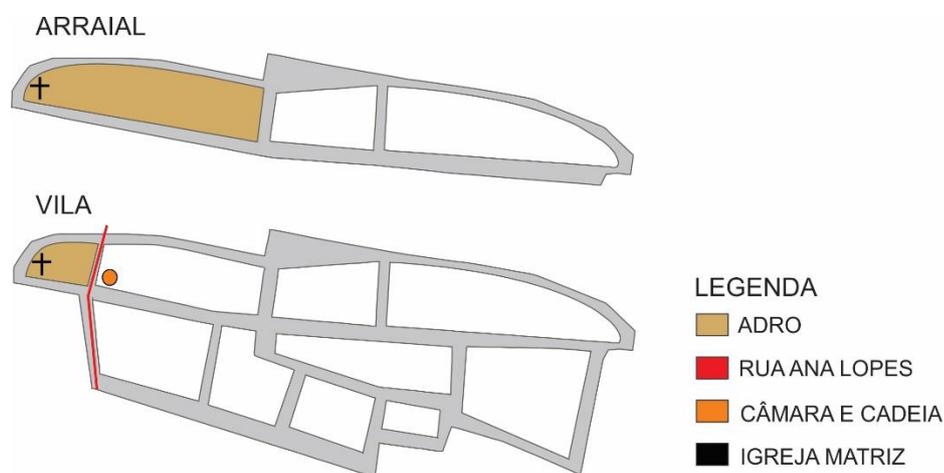


Figura 1: Transformação urbana de Santa Cruz
Fonte: Mapa produzido por Raul Alvarenga.

Já a alteração de vila à cidade, até o início do século XX, era basicamente uma mudança política, a qual Chaves (2015, p 19) classifica como um “[...] título honorífico concedido às vilas que exerciam funções importantes em âmbito religioso, político ou militar”. Desta maneira, as legislações que eram responsáveis por estabelecer melhor controle na organização espacial desses núcleos urbanos não se diferenciavam quando as vilas eram elevadas ao patamar de cidades. Contudo, o maior interesse dos governantes pelas cidades trazia como benefício a elas o direito de ter oito vereadores, enquanto as vilas eram representadas apenas por sete (BRASIL. Lei de 1º de outubro de 1828).

Ao identificar essas delimitações civis e judiciárias, é possível compreender como se deu o processo de classificação das cidades até o início do século XX,

revelando características importantes a respeito da densidade populacional e da representação política e administrativa de cada grau de classificação do núcleo urbano. Nota-se que, mesmo o Estado possuindo diversas normativas para a evolução urbana de uma cidade desde o século XVIII, as instituições religiosas exerceram um papel de destaque na organização dos espaços urbanos, podendo serem consideradas como um dos maiores agenciadores da paisagem das cidades brasileiras.

1.2. O edifício religioso como elemento organizador do espaço

Ao observar as cidades brasileiras, é possível encontrar diversos núcleos urbanos com desenhos semelhantes, constituídos de uma grande praça no centro histórico, onde encontra-se a igreja matriz ocupando sempre um lugar de destaque perante as demais edificações. Essa fisionomia recorrente das urbes brasileiras ocorre pelo fato de que até o século XIX a igreja católica era tida como o segundo braço do Estado, de forma que “[...] as normas da Igreja, por toda a parte em suas colônias, foram seguidas mais fielmente que as do Estado” (MARX, 1989, p. 20). Sendo assim, para qualquer vilarejo ser oficializado como tal, era necessário haver a construção e oficialização de uma capela curada no aglomerado urbano. Isso não se tornava um empecilho para o vilarejo, tendo em vista que até o início do século XX era uma prática comum entre os fazendeiros doar lotes e áreas importantes para a igreja “[...] sob o pretexto de agradar aos santos padroeiros de sua preferência” (GOMES, NETO e BARBOSA, 2004, p. 72).

Nos locais onde havia uma topografia irregular, o traçado urbano era construído de forma descontínua, adequando-se à topografia e assemelhando-se às cidades medievais, com ruas possuindo diferentes larguras e curvas tortuosas. Entre elas, encontravam-se os estabelecimentos religiosos com seus grandes adros que destacavam a edificação das demais. Já nos núcleos urbanos com uma topografia mais plana, o desenho urbano reticular era usualmente utilizado, tendo a igreja e seu adro no ponto central do vilarejo, responsável por organizar todo o desenho urbano.

As construções destes edifícios religiosos eram traçadas de acordo com as normativas do arcebispado da Bahia, que regulamentava a posição em que deveria

ser erguida a capela, o seu tamanho e a necessidade do adro para receber as festas e procissões provenientes da fé de suas freguesias. As capelas deveriam

[...] fundar, e edificar em lugares decentes, e acomodados, pelo que mandamos, que havendo-se de edificar de novo alguma Igreja parochial em nosso Arcebispado, se edifique em sitio alto, e lugar decente, livre de humidade, e desviado, quando possível, de lugares imundos, e sórdidos, e de casas particulares, e de outras paredes, em distancia que possam andar as Procissões ao redor delas, e que se faça em tal proporção, que não somente seja capaz de freguezes todos, mas ainda de mais gente de fora, quando correr ás festas, e se edifique em lugar povoado onde estiver o maior numero dos freguezes, E quando se houver de fazer será com licença nossa. (VIDE, 1853. p.252).

Os padres responsáveis por construir a capela buscavam sempre lugares despovoados e de maior altitude, pois, assim, a igreja se tornava um marco na paisagem daquele vilarejo, além de ser um edifício de orientação cartográfica, visto que as capelas deveriam ser localizadas sempre em direção ao Oriente, “[...] nunca para o Norte, nem para o Occidente (sic)” (VIDE, 1853. p.253).

Diferente das leis e diretrizes do Estado, as normativas da igreja católica se faziam bastante presentes nos povoados e vilarejos, tendo a capela como o único edifício responsável pela aplicação de normas e códigos de fundação e regularização do parcelamento do solo. Desta forma, a igreja possuía um importante papel sócio-econômico-cultural superior a qualquer outra instituição (MARX, 1980). Ficava a cargo da igreja as “[...] obras públicas, cujo uso é comum aos Clérigos, e aos leigos, como são fontes, pontes, reparação dos muros, e das ruas, e lugares em que vivem” (VIDE, 1853. p.244), desde que nos arcebispados da igreja não fosse cobrado nenhum tipo de imposto ou houvesse a imposição do Estado perante a igreja, como pode ser visto no Título VIII do arcebispado da Bahia, que diz:

[...] nem-um Senhor secular, Desembargador, Provedor, Ouvidor, Juiz, nem outro algum oficial de justiça secular, nem Câmara alguma, Conselho ou Comunidade imponha tributos, ou encargo pessoal, real, finta, ou qualquer outra imposição ás Igrejas, Clérigos, Religiosos, ou quaisquer outra pessoas, posto que seja em razão dos frutos de seus bens patrimoniais, ou dos que comprão para seu uso: nem os obriguem direita, ou indiretamente, a pagar os tais tributos, e imposições, posto que sejam impostas por causa, ou necessidade pública. (VIDE, 1853. p.244).

Após a formação do patrimônio religioso, a capela era o primeiro edifício a ser construído. A edificação tornava-se o centro geodésico do vilarejo e organizava todas as demais edificações ao seu redor. Assim, toda a sua influência e prestígio social criava uma órbita ao seu redor, onde estavam localizadas as demais casas, comércios e até mesmo os edifícios públicos.

Ao cravar a cruz em meio ao descampado de uma fazenda, era celebrada a primeira missa do local que poderia vir a se tornar um arraial. Com doações dos fiéis e dos fazendeiros mais abastados, a igreja ganhava forma e volume em meio ao nada. Logo, iniciavam-se as novas construções que, normalmente, eram as casas dos grandes fazendeiros. As demais, eram de arrendatários que recebiam frações de terra da instituição católica para o plantio ou para a criação de animais, devendo pagar um foro que auxiliava na manutenção da capela (FILHO, 2016).

Como visto, a capela era o primeiro edifício a começar a ser edificado e, ao seu redor, era deixado um grande espaço que destacava a edificação das demais (adro), como pode ser observado na implantação da Capela da Nossa Senhora do Bom Despacho em Cuiabá (Figura 2). Este espaço era utilizado para receber as procissões, as festas religiosas e para realizar as missas campais da igreja. Ao seu redor, eram traçadas as primeiras ruas, que no início do vilarejo eram apenas trilhas em meio ao pasto consagradas pelo próprio vai e vem de animais e da reduzida população. Com a popularização dos carros de bois, essas estradas ganhavam aspectos de rua, porém, até no século XIX, não haviam determinações para sua largura. Mesmo sem um gabarito específico, estas ruas rudimentares serviam ao propósito que era separar o sagrado, materializado pela igreja junto ao adro, do profano, que seriam as casas construídas ao seu redor.

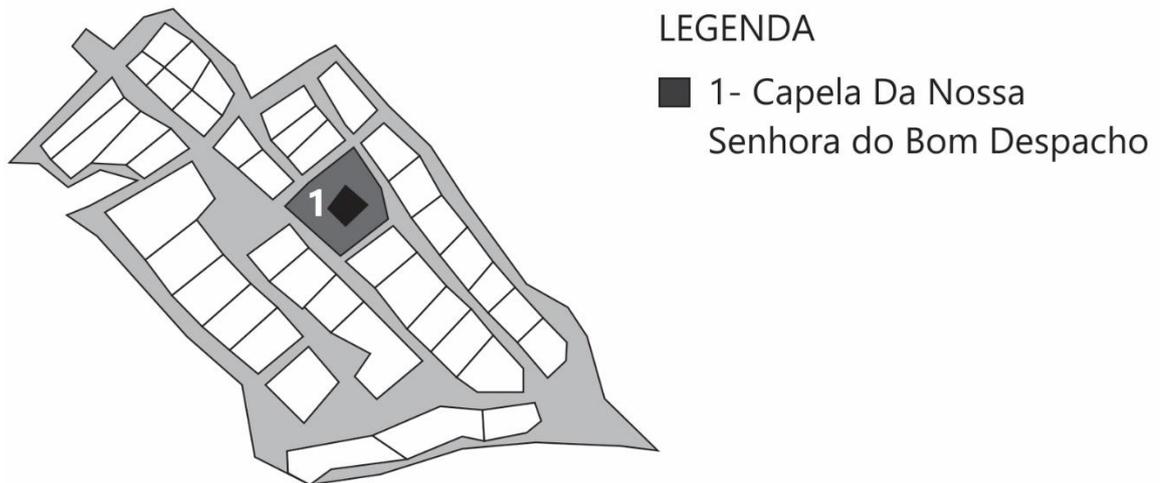


Figura 2: Planta de Situação do núcleo fundacional de Cuiabá.
Fonte: DELSON, 1997, p.30, editado por Raul Alvarenga.

O espaço sagrado marcava o núcleo fundacional do vilarejo e nas ruas ao seu redor a vida urbana se iniciava com as crianças brincando, o cantado dos carros de bois trazendo insumos para a venda e com os cavalos dos viajantes que ficavam arriados no adro da igreja enquanto eles pediam as bênçãos de Deus. Em resumo, era nesse espaço que tudo acontecia e, assim, segundo Marx (1980) os lotes ao redor da igreja se espremiavam para que todos tivessem a testada principal voltada para o espaço sagrado (Figura 3), o que formava lotes estreitos e compridos onde as casas eram construídas na parte mais próxima da rua. Essa implantação permitia que os moradores das casas ficassem sempre olhando para o que estava acontecendo do lado de fora de suas residências. Em virtude da porta principal da casa e as janelas da sala estarem voltadas para a rua e, ao mesmo tempo, para o fundo do lote, era formado neste fundo um grande quintal que servia para a criação de animais e pequenos plantios, o que ajudava no sustento da família.

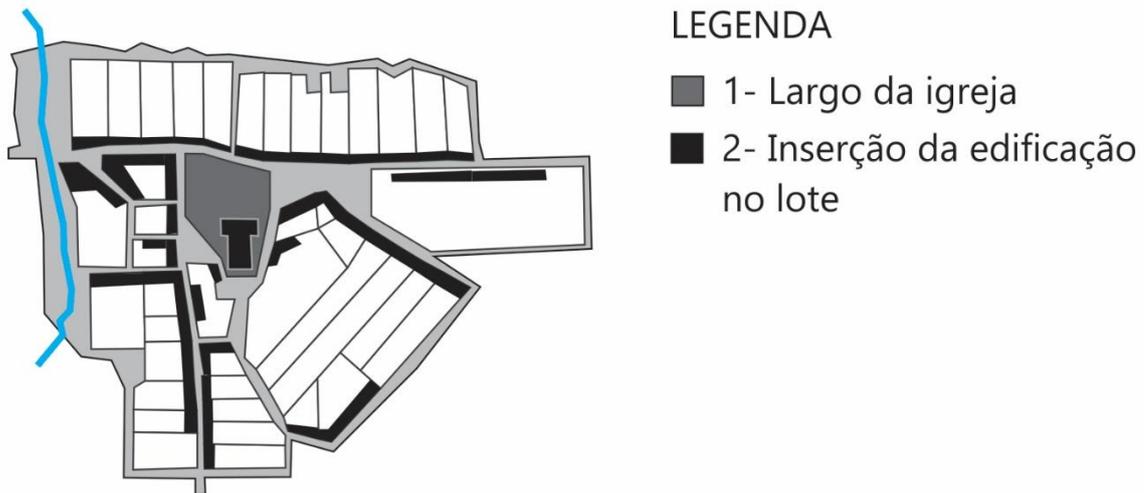


Figura 3: Planta de Situação do núcleo fundacional de Vila Boa.
Fonte: DELSON, 1997, p.32, editado por Raul Alvarenga.

Assim, a importância da igreja nos vilarejos, e até mesmo nas cidades brasileiras, ultrapassa os aspectos urbanos. Ela é responsável por conduzir a dinâmica da vida urbana da cidade que acontecia no seu espaço externo. Até o início do século XIX, os adros eram locais sagrados, espaços públicos que pertenciam à igreja e, desta forma, todos que utilizavam este espaço deveriam atender às leis eclesiásticas e serem submetidos ao foro privilegiado do clero, como foi escrito na Constituição 747 do arcebispado da Bahia:

742. Beber, ou comer nas Igrejas, e seu Adros, como seja prohibido;
730. Capellas, não se estaja nelas com o cabelo atado, nem se tome tabaco de fumo, nem se ponhão calos nos seus Adros;
730. Cavallos, que se não atem nas portas das Igrejas, nem se tenham nos seus adros [...] (VIDE, 1853. p.445, 448 e 450).

Esses espaços sagrados, como a igreja, o adro e o cemitério, eram submetidos apenas à jurisdição do arcebispado da Bahia, que gozava de um foro privilegiado eclesiástico em que a igreja

[...] defende a todos os que a ela, & seu adro, se recolhem, donde não podem ser presos, nem tirados pela justiça secular, & seus Ministros por casos de crime, em que possam ser condemnados em pena de morte natural, ou cível, cortamento de membro, ou outra pena de sangue, salvo nos casos exceptuados por direyto (sic) [...] (VIDE, 1853 p.445, 448 e 450).

No final do século XIX, a igreja já apresentava um enfraquecimento de seu poder perante o Estado, o que é evidenciado com a perda de seu foro privilegiado por

meio da publicação do Código do Processo Criminal em 1832 (MARX, 1989 p. 34 e 35). Contudo, foi apenas com a publicação da 1ª Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, em 1891, que a igreja católica se desvinculou do Estado, perdendo o controle dos cultos religiosos. Com a publicação desta constituição, passou a ser permitido a todos os indivíduos e grupos religiosos exercer o culto e, caso necessário, a aquisição de um imóvel para este fim (BRASIL, 1891). Logo, a igreja não seria mais construída no melhor local do povoado e, segundo Marx,

[...] a capela ou igreja se fará onde der, onde as diferentes condições permitirem; não mais onde se quiser, onde a tradição e o recomendado pela Igreja indicarem. Trata-se dum mundo novo, onde até mesmo a ordenação prescrita no artigo 666 para as procissões só terá valor para os fiéis praticantes. (MARX, 1989, p. 40).

Mesmo com a restrição do poder religioso durante o século XIX, a igreja manteve a sua importância perante a sociedade e continuou influenciando a formação de novos núcleos urbanos até o início do século XX, como pode ser observado na destinação de um espaço externo isolado ao redor da construção da atual Igreja Matriz Nossa Senhora Aparecida, em Aparecida de Goiânia. O espaço que coroava a capela em 1922 foi fundamental para a organização do núcleo urbano da cidade. Durante muitos anos a paisagem deste espaço permaneceu intacta e a destinação dele era apenas para abrigar as missas campais e as festas religiosas destinadas à Nossa Senhora Aparecida. Com a construção do coreto e a inserção de luz elétrica em 1960, este espaço deixou de ser reservado para a igreja e começou a se tornar um local de lazer e onde ocorria a vida urbana de Aparecida.

Portanto, mesmo no início do século XX, o edifício religioso não deixou de exercer o seu papel na organização urbana dos povoados, vilas e cidades do estado de Goiás, isso porque o estado não conseguiu se desligar da igreja de um dia para o outro, pois a aceitação das normas e das tradições católicas era dominante em todo o país. Desta forma, após instalação da República, o Brasil tornou-se um estado laico somente de forma teórica, o que serviu apenas para facilitar cultos de outras religiões. Na prática, o Estado continuava ligado à igreja católica, o que é visto até nos dias atuais com a realização de missas campais e de procissões que têm como destino final o adro das igrejas.

1.3. A legislação ordenadora das cidades goianas no início do século XX e a organização dos territórios

Antes da criação do Código Civil em 1916, os núcleos urbanos que surgiam no cerrado goiano não apresentavam nenhum tipo de legislação ou normas detalhadas a respeito do ordenamento urbano e, sem o aparato do Estado, ficava a cargo da igreja estipular as legislações canônicas para o ordenamento destes locais. Da mesma forma, quando não existia a Câmara e Cadeia, a igreja era responsável pelos julgamentos: “As sessões do Jury, ou Juntas de Paz, se farão nos Consistórios das Igrejas ou Capelas, nos lugares, onde não houver casa publica, para isso destinada (sic)” (MARX, 1989, p 144).

Com a construção da Casa Câmara e Cadeia e, conseqüentemente, a elevação à vila, o Estado deixava de ser representado pela igreja e se fazia presente naquela localidade por meio dos seus vereadores. Entretanto, esses vereadores tinham “[...] apenas funções administrativas, e não exerciam jurisdicção (sic) alguma” (MARX, 1999, p.37). Assim, por meio da Lei de 1º de Outubro de 1828, os vereadores eleitos tornaram-se os principais agentes reguladores do espaço urbano. Conforme foi estipulado nesta lei, os vereadores tornam-se os principais agentes responsáveis por definir normas sobre:

§ 1º Alinhamento, limpeza, illumination, e despachamento das ruas, cães e praças, conservação e reparos de muralhas feitas para segurança dos edificios, e prisões publicas, calçadas, pontes, fontes, aqueductos, chafarizes, poços, tanques, e quaesquer outras construcções em beneficio commum dos habitantes, ou para decôro e ornamento das povoações (sic).

§ 2º Sobre o estabelecimento de cemiterios fóra do recinto dos templos, conferindo a esse fim com a principal autoridade ecclesiastica do lugar; sobre o esgotamento de pantanos, e qualquer estagnação de aguas infectas; sobre a economia e asseio dos curraes, e matadouros publicos, sobre a collocação de cortumes, sobre os depositos de immundices, e quanto possa alterar, e corromper a salubridade da atmosfera (sic).

§ 3º Sobre edificios ruinosos, escavações, e precipicios nas vizinhanças das povoações, mandando-lhes pôr divisas para advertir os que transitam; suspensão e lançamento de corpos, que possam prejudicar, ou enxovalhar aos viandantes; cautela contra o perigo proveniente da divagação dos loucos, embriagados, de animaes ferozes, ou damnados, e daquelles, que, correndo, podem incommodar os habitantes, providencias para acautelar, e atalhar os incêndios (sic). (BRASIL. Lei de 1º de Outubro de 1828)

Com esta lei, a organização e a manutenção de equipamentos urbanos como coreto, fontes e pontes, que antes ficava sobre a responsabilidade da igreja, passou para as mãos do Estado, e os seus vereadores ficavam a cargo de fiscalizar e providenciar melhorias para o local. Esta lei se assemelha ao que no futuro viria a ser o código de posturas de uma cidade, pois ela busca organizar os núcleos urbanos com alinhamentos estipulados pelos vereadores, que procuravam evitar ruas estreitas, com pouca iluminação natural e de difícil acesso. Além disso, também regulavam o comportamento da população, estabelecendo normas de saneamento básico.

Percebe-se no artigo 1º e 2º da Lei de 1º de Outubro de 1828 que a igreja já começava a perder seus poderes ao deixar de administrar os reparos nos equipamentos urbanos, além de perder o controle do cemitério. Já em 1830, o Conselho Geral publica 23 posturas, sendo que uma delas era a criação do “[...] cargo de arruador, nomeado pela câmara [...]” (MARX, 1989, p 145) que tinha como função organizar, alinhar e nivelar as testadas das ruas e das edificações. Esta função anteriormente estava ligada à igreja, pois as terras ao seu redor a pertenciam e o Estado não se fazia presente para tal tipo de serviço.

Outra estratégia adotada pelo Estado para reduzir o poder da igreja católica está relacionada à promulgação da Lei de Terras em 1850. Essa lei não atingiu de forma direta a igreja, mas sim de forma indireta, pois, com a lei, o Estado contrariava os métodos utilizados pelos posseiros que, anteriormente, se estabeleciam em locais despovoados e doavam parte das terras para a igreja, constituindo o patrimônio religioso que era oficializado pelo o poder da igreja e, como recompensa ao fazendeiro doador, todos os alqueires restantes da fazenda eram registrados como sua posse. Após a criação da Lei de Terras, a única forma de obtenção de propriedades era por meio da compra e, dessa forma, a terra “[...] passa de objeto de prestígio social para o de poder econômico” (FILHO, 2016, p. 26).

Ao final do século XIX, o Estado já havia se desvinculado por completo da igreja católica e se tornado um país laico, entretanto, a continuidade do poder religioso permaneceu devido a alguns fatores. O primeiro, ocorre pelo fato de que a nação era exclusivamente católica naquele período, tendo o padre como a principal autoridade na região. Outro fator era que as determinações da igreja católica sobre temas ligados à organização urbana e social já eram bem difundidas perante a comunidade, já as

legislações nacionais eram de difícil compreensão e quando chegavam até o povoamento, já estavam defasadas. Assim, na Constituição, o Estado havia se desvinculado da igreja, mas no dia a dia isso não ocorreu. Por último, havia o próprio desinteresse do Estado com as questões da organização urbana, que, de forma bastante genérica, apenas assegurou a autonomia dos municípios perante o Estado, “[...] em tudo quanto respeite o seu peculiar interesse” (BRASIL, 1891).

Sem nenhuma outra instrução ou recomendação na Constituição de 1891, os municípios se tornaram autônomos, mas sem qualquer aparato legal que regulamentasse o que era responsabilidade dos municípios e o que não era. Desta forma, Maia (2016) afirma que, embora os municípios tivessem ganhado autonomia para criar suas próprias resoluções municipais, estas eram determinadas pelas legislações nacionais e, conseqüentemente, a organização administrativa depois da proclamação da república continuou intacta.

A inércia no aparato legal pode ser vista na Constituição Estadual de 1891, que criou o estado de Goyaz e que dispôs em seus artigos diretrizes que se assemelharam a algumas práticas imperialistas. A sede do poder municipal deveria ser estabelecida nas cidades e vilas existentes, sendo que o território deste município deveria ser subdividido em distritos. As casas de câmara e cadeia agora eram a representação do Poder Legislativo do Estado, com a nomenclatura alterada para Câmara dos Deputados, porém, sua função não foi alterada, tendo atribuição de “Legislar sobre obras públicas, estradas e navegação no interior do Estado, de maneira que não invada a competência do Congresso Nacional” (GOYAZ, 1891, p 7). Assim sendo, o objetivo dos vereadores era buscar concessões perante os governos estadual e nacional em busca de investimentos para vias férreas, construção de novas cidades e tudo que contribuísse com a industrialização do estado.

Contudo, mesmo com a Constituição Estadual conservando muitas práticas do passado, ela remodelou a função do arruador, que começou a ser chamado de conselheiro. Deste modo, segundo o Artigo 30 da Constituição Estadual de Goyaz, compete ao conselheiro:

§ 1º – Fixar annualmente a despeza municipal e estabelecer impostos;

§ 2º – Legislar sobre estradas, ruas, praças, jardins, logradouros publicos, mercados, abastecimento d’agua, illuminação, serviços de irrigação e de extincção de incêndios;

§ 3º – Estabelecer casas de beneficencia; crear escolas publicas e quaisquer instituições de educação e instrução profissional e artistica, ou auctorisar o custeio ou subvenção de taes estabelecimentos;

§ 4º – Prover sobre a hygiene e saúde publica do municipio;

§ 5º - Autorizar operações de credito para fins de utilidade municipal, e approvar os respectivos contractos.

§ 6º – Prover sobre a policia do municipio;

§ 7º – Autorizar desapropriações por utilidade municipal, mediante indemnisação, nos casos e pela forma decretada por lei do Estado;

§ 8º – Crear e supprimir districtos e alterar as respectivas circumscripções;

§ 9º – Conceder favores para melhoramentos de caracter municipal;

§ 10º – Promover por auxílios indirectos – premios, exposições e outros expedientes o desenvolvimento das industrias do municipio;

§ 11º – Crear, supprimir os cargos ou empregos públicos municipaes, e regular o modo de provimento delles, respeitadas os de criação constitucional;

§ 12º – Legislar sobre a estatistica municipal, prescrevendo as medidas necessarias para que periodicamente seja ella organizada com todas as possiveis indicações e dados acerca da extensão territorial, população, recursos industriaes e agricolas e movimento dos diversos serviços municipaes.

§ 13º – Autorizar ajustes com um ou mais municípios dimitrophes para a realização de obras e serviços de interesse commum.

§ 14º – Crear uma guarda municipal, destinada a auxiliar os poderes municipaes no exercicio de suas funcções, fixando o pessoal e vencimentos respectivos. (GOYAZ, 1891, p. 3).

Por tratar-se de um estado que a maior parte da economia era voltada para a agricultura e pecuária, em Goiás as atenções dos conselheiros e dos vereadores eram voltadas para o campo, pois era dele que saía a principal fonte de renda. Além disso, a vida urbana no estado de Goiás até 1920 se apresentava em um nível embrionário, visto que a antiga capital, hoje conhecida como Cidade de Goiás, apresentava no máximo 8.000 habitantes, já os demais núcleos urbanos, não chegavam a 3.000 habitantes (ESTEVAM,2004, p.88).

Já no início do século XX, mudanças significativas na infraestrutura das grandes cidades brasileiras inauguraram uma série de transformações na paisagem das cidades e em sua estrutura administrativa. Novas ruas foram traçadas para dar lugar aos carros e novas redes de energia foram implantadas, o que modificava a rotina da cidade e dava início a um processo de valorização das áreas centrais devido

ao fato de que nessas áreas havia maior infraestrutura e um acesso mais fácil aos prédios públicos, teatros, bibliotecas e etc. Essas transformações nas paisagens das cidades no início do século XX buscaram ressignificar a estética das cidades, afastando o ar de cidade atrasada e inserindo a imagem de cidade moderna que, segundo Abascal, Bruna e Alvim (2007, p. 6), só iria ser consolidada com a elaboração dos novos planos urbanísticos no início dos anos 1900 e com a homologação da Lei nº 3.071 de janeiro de 1916, conhecida como o primeiro Código Civil, que reforça o direito à propriedade.

Mesmo já havendo normas nacionais de organização urbana, em Goiás não haviam leis urbanísticas próprias para o estado adequadas às suas características geográficas, econômicas e culturais. Assim, em 1921, as normativas urbanísticas estipuladas pelo Código Civil foram adaptadas e organizadas na Lei Municipal do Estado de Goiás, que tinha o propósito de organizar e estabelecer códigos de conduta para todos os cidadãos. Suas diretrizes abrangiam desde a organização civil da cidade, como alinhamento das casas e nivelamento das ruas, até as questões de convívio social, com regulamentação para barulho, criação de animais e etc.

Com essa lei municipal, o estado de Goiás equilibrava suas legislações urbanas com o restante das grandes cidades brasileiras, no entanto, o estado ainda não tinha regularizado por completo o domínio de suas terras, sendo preciso publicar em 1921 a Lei 691, que autorizava o poder executivo a organizar os registros de todas as terras de domínio particular (GOYAZ, 1921). Até 1921, era comum que os posseiros adquirissem terras por meio da posse, indo contra a Lei de Terras de 1850. Observa-se, então, que no início do século XX é bastante presente o paralelismo entre a modernidade e o atraso nas normativas urbanas do estado, o que ocasionou no surgimento de cidades em pleno século XX com características dos séculos passados, tendo a igreja como principal agenciadora urbana.

2. A CIDADE E O SEU DESENVOLVIMENTO

2.1. Campinas e a formação do povoado de Aparecida

Com a redução do volume de ouro nas terras goianas ao final do século XVIII, o modelo econômico de Goiás começou a ser transformado, passando para uma economia agrária. Mas, segundo Palacin e Moraes (1972), essa mudança econômica e também social ocorreu de forma lenta e gradual, pois havia um desprezo dos mineradores pelo trabalho agrário, que era pouco rentável, pois ele era praticamente voltado para o mercado consumidor externo e a capitania de Goiás enfrentava sérios problemas no escoamento de suas mercadorias, o que dificultava a exportação.

A população mineradora persistiu na busca pelo ouro até as primeiras décadas do século XIX, porém, nesta época, a quantidade de ouro encontrada nas minas já não era suficiente para a sobrevivência de todos. Com a exaustão destas minas, povoados inteiros e vilas que apresentavam um próspero crescimento entraram em estado de decadência econômica, restando apenas casas abandonadas, ruínas de igrejas e cemitérios. Assim, o sertão goiano foi se povoando por meio de uma “[...] lenta transmutação produtiva onde o extrativismo foi sendo vagarosamente substituído pela lavoura e pecuária de subsistência” (ESTEVAM, 2004, p.39).

Com a dispersão dos mineradores nas terras goianas, muitas famílias cansadas do ir e vir das minas encontravam locais onde a agricultura e a pecuária serviam para tirar o sustento e a sobrevivência da família e ali se fixavam construindo suas casas, e logo depois outras casas, dando início a um pequeno núcleo urbano. Este foi o caso do arraial de Campinas, que teve sua origem em 1810 quando o minerador Joaquim Gomes da Silva Geraes decidiu abandonar o arraial de Santa Cruz em busca de ouro em outras minas. Joaquim Gomes encantou-se com a vasta planície que encontrou no caminho entre Santa Cruz e o povoado de Anicuns, decidindo se fixar em uma campina ampla e bastante farta de córregos, que hoje é o atual bairro de Campinas em Goiânia.

Para Joaquim Gomes, este era um local estratégico, pois havia uma ótima condição agrária para o plantio e manejo dos animais, além de ficar localizado em uma movimentada rota comercial conhecida como a “estrada para São Paulo” (SILVA,

2017, p. 30), que era responsável por ligar a capital de Goiás, hoje conhecida como Cidade de Goiás, a São Paulo, passando por Ouro Fino, Jaraguá, Meia Ponte (Pirenópolis), Campinas e Bomfim.

Em virtude da existência desta estrada, o fluxo de viajantes passando por suas terras era constante, o que permitia ao fazendeiro negociar hospedagem ou excedentes de sua produção em troca de insumos que não eram produzidos em sua fazenda. Assim, o local escolhido por Joaquim Gomes começou a ser conhecido como um pouso de viajantes e, com o passar dos anos, as vastas terras ao redor da fazenda de Joaquim começaram a ser ocupadas por mais moradores que buscavam naquelas terras a possibilidade de sobreviver por meio da atividade agrícola e até mesmo de algum pequeno comércio, que era impulsionado pelo fluxo de viajantes da estrada para São Paulo (Figura 4). Entre esses fazendeiros que buscavam as terras de Campinas como um meio de sobreviver, estava José Cândido de Queirós, um dos principais responsáveis por fundar a cidade de Aparecida de Goiânia.

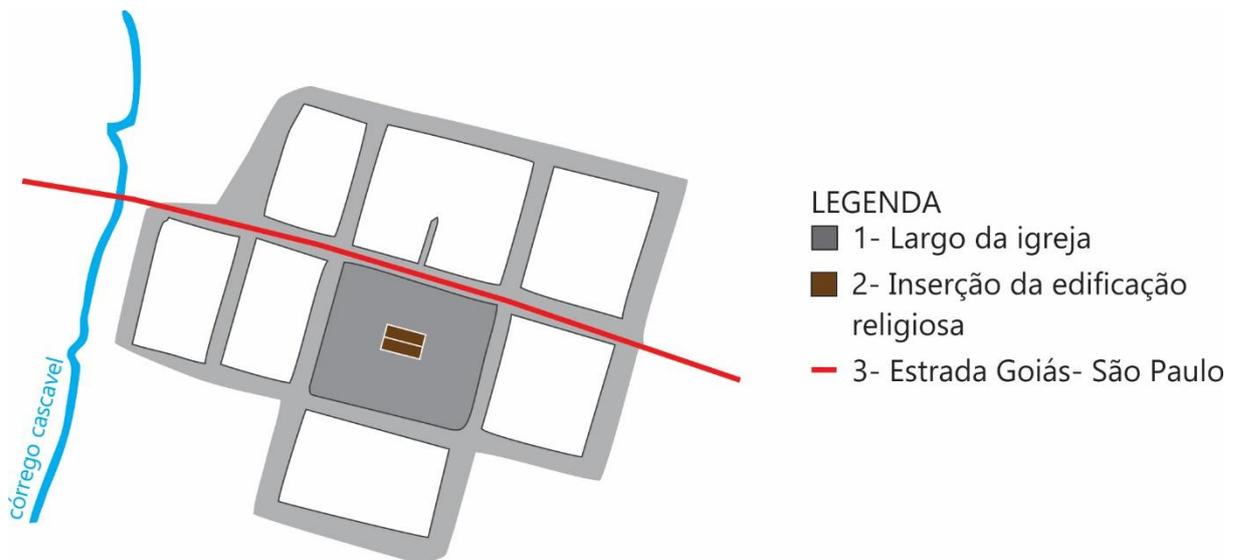


Figura 4: Planta de Situação do núcleo Fundacional de Campinas.
Fonte: Lopes (2019) editado por Raul Alvarenga.

Em 1824, o então comandante de armas e historiador Raymundo José da Cunha Mattos (1979), comentou das primeiras transformações de Campinas. Segundo ele, o povoado já contava com a construção da capela Nossa Senhora da Devoção e algumas casas de pau a pique que representavam a simplicidade do povo que ali viviam.

ARRAIAL DE CAMPINAS

Fica 31 $\frac{3}{4}$ léguas ao sudeste da cidade: tem 11 casas, e uma capela de N.S. da Conceição. Foi fundado em 1816 e é habitado por agricultores e criadores de gado para fornecimento da cidade. Recebe o nome de Campinas por estar assentado em terreno plano, falto de montanhas, junto ao rio de Meia Ponte, que entra no Corumbá. (MATTOS, 1979, p.32)

Mesmo sendo constatada a existência da capela em 1824 por José da Cunha Mattos, aquele lugarejo dispunha apenas de uma aspiração de tornar-se um pequeno arraial, porém, ainda não possuía este título em virtude de sua capela não ter passado pelo processo de sacralização, pois, segundo Marx (1991),

Não bastava, contudo, erguer a ermida; não bastava construir, por melhor que fosse, uma capelinha; era necessário oficializá-las. Não era suficiente dotar o povoado de um abrigo para o exercício religioso em comum; era necessário sagrá-lo. (MARX, 1991, p.19)

Como foi visto, o processo de sacralização da capela representava a formação de uma importante relação de vínculo da população com a religião, pois, com a elevação da ermida ao posto de capela curada, o clero concedia a um sacerdote a permissão de realizar missas semanalmente. Além de tudo, a oficialização da capela curada era também “[..] o reconhecimento da comunidade de fato e direito perante a Igreja oficial, portanto, perante o próprio Estado” (MARX, 1991, p 18). Desta forma, a igreja assumia o papel do Estado e ficava responsável por garantir, com atribuições jurídicas, todos os registros oficiais e religiosos da comunidade.

Entretanto, em Campinas, antes mesmo da sacralização da capela, a igreja, junto a seus sacerdotes, exercia um papel fundamental na construção da paisagem do seu entorno, visto que o nome do padre Antônio Marinho da Fonseca já estava inscrito no livro nº 20 de Matrículas de Sacerdotes de 1814 como responsável pelas missas e por conduzir a fé dos fiéis da redondeza. Esta situação só deveria ocorrer após a elevação da ermida em capela curada, conforme mostram os incisos 683 a 686 da Constituição do Arcebispado da Bahia de 1719, que dizia respeito à “licença do Ordinário”:

683 – Conforme a direito Canonico, e Sagrado Concilio Tridentino, não se póde edificar de novo, nem reedificar depois de cahida, e arrunada

alguma Igreja Capella, Ermida, Collegio, ou Mosteiro, sem que primeiro proceda autoridade, e licença do Oridinario [...]

684 – E depois de feita, e acabada a Igreja, Capella, ou Convento para se poder dizer Missa na Igreja, e Altares, haverá nova licença nossa, a qual lhe não concederemos, sem que primeiro as mandemos visitar, para saber se estão acabadas, e os Altares em fôrma convemente, e se tem o necessário para se poder dizer Missa nelles. (VIDE, 1853. P. 286).

Mesmo contra as leis canônicas, o padre Antônio Marinho da Fonseca se destacou como a maior autoridade do local, se transformando naquele que organizou e buscou melhorias para o povoado, como pode ser observado na reportagem do jornal *A Matutina Meia Pontense*, de 1832, em que o padre reivindica a criação de uma nova estrada para fomentar o desenvolvimento de Campinas.

Foi presente hum Requerimento do Padre Antonio Marinho da Fonseca, morador em Campinas. Sobre huma nova estrada, que pertende abrir, d'esta Cidade a Uberaba. O conselho resolven que foesse entregue, com os mais papais que houverem na Secretaria, e que possaú servir de esclarecimento, á huma Commissão composta dos Srs. Conselheiros Fleury, Azevedo, pararar o seu Parecer. (A MATUTINA MEIAPONTENSE, 1 de agosto de 1832, n. 365).

Mesmo havendo um padre residindo em Campinas desde 1814, a capela só veio a ser oficializada pela igreja como capela curada em 1839, situação que oficializou o arraial de Campinas, sendo, portanto, reconhecido pelo poder religioso e pelo Estado. Com a elevação da capela, ocorreu um aumento no fluxo de transeuntes no arraial de Campinas, uma vez que, ao ser elevada à capela curada, era permitido à entidade religiosa realizar missas semanalmente, além de realizar a comunhões e batismos. Além dessas responsabilidades cristãs, a capela também poderia emitir documentações como certidão de nascimento, de casamento e de óbito.

Com o acréscimo de fiéis no arraial, os padres se depararam com a necessidade de elevar a capela curada de Campinas à categoria de paróquia. Esta era uma forma do povoado reivindicar o seu reconhecimento institucional e sua importância perante a província (MARX, 1991). Entretanto, segundo Silva (2017), o arraial de Campinas só veio a ser considerado freguesia em 1843 por meio da Resolução Provincial da Assembleia Legislativa sancionada pelo presidente da província, reconhecendo, assim, a importância que este núcleo urbano começava a ter perante a província.

Segundo Santos (1976), devido ao grande vazio urbano do sertão goiano, a paróquia Nossa Senhora da Devoção de Campinas realizava cerca de 40 batizados por ano, entretanto, esses números são confrontados por Silva (2017), que alega que nesse mesmo período foram realizados no povoado aproximadamente “300 batizados de crianças, 112 casamentos e 1.400 comunhões” (SILVA, 2017, p.43). Esta afirmação de Silva (2017) é melhor aceita pelo fato de que no ano de 1845 foram realizadas reformas necessárias para atender ao maior número de fiéis. Dessa forma, segundo Pinheiros (2014), com a conclusão da reforma, a capela foi desmembrada da paróquia do Senhor do Bomfim⁴ em 06 de julho de 1845, quando elevou-se à categoria de paróquia.

Antes da conclusão da reforma da paróquia de Campinas, o seu arraial teve suas delimitações marcadas pelo fato de ter sido elevado à condição de freguesia. Assim, os limites de Campinas foram demarcados fazendo divisa com Pouso Alto, Alemão, Curralinho, Anta e Bela Vista, tendo as terras da futura cidade de Aparecida de Goiânia, sobre suas jurisdições. Além disso, a paróquia de Campinas tornou-se responsável pela casa de oração localizada no arraial de Barro Preto, hoje conhecido como a cidade de Trindade; pela capela de Sant’Ana, em Goiabeiras, atual cidade de Inhumas; e pela capela de São Sebastião, no arraial de Ribeirão, atual Guapó. No entanto, os limites mencionados foram remarcados em 1853, quando a freguesia de Campinas é elevada à distrito do município de Bomfim, tendo sido seus limites estipulados por meio da Lei nº 06 de 1853, que delimitava o perímetro “[...] pela serra denominada Antas às Cabeceiras do Ribeirão de Santa Barbara a concluir no dos Doirados, e por este até o Rio Meiaponte” (GOYAZ, 1853, p. 08).

Com a elevação da freguesia à distrito de Bomfim, a paróquia de Campinas se tornou, oficialmente, uma sede administrativa. Segundo Motta (2013), a escolha do edifício religioso ocorreu por nele ficarem guardados os registros da comunidade, além de ser o único edifício capaz de acomodar pequenas reuniões ou de realizar eleições. Contudo, o distrito de Campinas não apresentava nenhuma representatividade política perante a comarca de Bomfim, o que pode ser percebido quando em 1858 é preciso que os mesários da paróquia oficializem um pedido de

⁴ Segundo Pinheiros (2014) a paróquia do Senhor do Bomfim ficava localizado na Villa de Bomfim, atualmente conhecida como Silvânia.

auxílio para a manutenção da Matriz no jornal Gazeta Official de Goyaz, de 11 de março de 1858, que diz:

Tendo os mesários da Igreja da Paróquia de Campinas pedido em data de 12 de outubro passado [1857], um auxílio para as obras da mesma Matriz, e não podendo tocar-lhe senão uma pequena cota na distribuição, que este governo tem de fazer, da limitada quantia para esse fim na lei do orçamento vigente, atendendo ao estado de ruína em que se achão quase todas as Matrizes desta Província, o presidente da mesma resolve nomear uma comissão composta do reverendo vigário como presidente, e dos cidadãos Antônio Leite Gomes, Joaquim Leite Gomes, Francisco de Paula Ribeiro Júnior e José de Souza Rocha, a qual fica encarregada de promover entre os fiéis da referida paróquia, uma subscrição para auxílio das ditas obras, devendo a comissão acertar não só os donativos de dinheiros, amis ainda de materiais e serviços e enviar oportunamente a este governo cópia autêntica da relação dos subscritores como declaração de oferta de cada um para que se lhe dê a devida publicidade. (GAZETA OFFICIAL, 11 de março de 1858 in PINHEIRO, 2014, p. 109-110).

Devido à falta de documentações, não foi possível obter informações referentes aos reparos da paróquia. Contudo, sabe-se que essa reforma perdurou por até meados de 1859, quando foi encaminhada ao vigário e membro da comissão encarregada das reparações da Matriz de Campinas uma solicitação de esclarecimento acerca das obras. Após estas intimações do governo ao padre João Francisco Azevedo, responsável pela paróquia naquela época, há uma lacuna histórica até 1882, quando o viajante Oscar Leal, ao voltar de uma festa no povoado de Barro Preto, passa por Campinas, local que afirma ser:

[...] o logar mais significante que conheci em todo o sul de Goyaz. E' uma povoação embryonaria, todavia dizem-me ser localidade de propero futuro pelas magnificas terras das suas redondezas. Comquanto o arraial da Campininha ou Campinas seja habitado, creio que a população dormia áquallas horas ou aliásé muito cazeira, porque não vi ninguém na rua. (LEAL, 1892, p. 154).

Oscar Leal, ao relatar o estado embrionário de Campinas em 1882, comprova a dependência do distrito em relação à instituição católica, visto que, em 1872, o vigário João Francisco Azevedo, responsável pela pelas questões administrativas e religiosas do distrito de Campinas, é exonerado, deixando a paróquia sem um vigário residente até a chegada do padre Francisco Inácio da Silva em 1891. Este padre encontra o povoado em decadência, o que é refletido no estado de conservação da

Matriz Nossa Senhora da Conceição, que estava “[...] velha e já assaz deteriorada” (SOUZA, 1923, apud SILVA, 2017, p 63).

Apesar do estado de deterioramento da paróquia e, conseqüentemente, do distrito, o Padre Francisco lutou por quatro anos para estabelecer em Campinas uma congregação religiosa, pois, segundo ele,

Era pena ver-se tão abandonado um lugar cuja situação ostenta aspectos lindo à beira de uma grande vereda com água abundantíssima, de altitude de 800 metros acima do mar. Ao oriente e ao sul estende-se uma bela e vasta planície, uma explanda quase de nível igual, ao norte se elevam montanhas cobertas de mata, cortadas pelo rio Meia Ponte, ao sudeste desce o Rio Anicuns, ambos de muita água. (SOUZA, 1923, apud SILVA, 2017, p 63).

Ao final no ano de 1894, o Padre Francisco consegue dar início ao seu sonho com a chegada dos padres redentoristas da Congregação do Santíssimo Redentor da Baviera, que tinha como supervisor da missão de cristianizar as romarias de Barro Preto o padre alemão Gebardo Wiggermann, o Padre Spaeth e Siebler, o frei Hubbauer, além dos dois irmãos Norberto, Gebardo, Ulrico e Floriano (GALVÃO, 2015). Ao chegarem na paróquia de Campinas, esse grupo de religiosos se admirou com o clima do distrito e com as 50 casas ou choupanas existentes, mas se espantaram com o lamentável estado da igreja matriz, sobre a qual o padre Gebardo Wiggermann escreve em seus relatos da sua vinda a Campinas:

No Centro, no lugar mais belo, ergue-se a miseranda igreja matriz, feita de taipa. Quem jamais viu igrejas além das europeias mal poderia fazer ideia do que fosse a pobreza e o desasseio das igrejas de Goiás em geral e da nossa em particular. Ao lado do Evangelho desmorona um largo lanço de muro. Os altares despídos de qualquer ornamento, se revestiam de poeira e sujeira. Mas repugnante ainda eram os ratos e morcegos que se encontravam na igreja em quantidade incrivelmente grande. (WIGGERMANN e GAHR, 1982, apud SILVA, 2017, p. 72).

Até a chegada destes padres redentoristas alemães, o núcleo fundacional de Campinas ainda não tinha passado por intensas transformações em sua paisagem urbana, dado que, ao comparar o relato do historiador Raymundo José da Cunha Mattos de 1824 com as narrativas do padre Gebardo em 1894, percebe-se que, em 70 anos de história, há apenas reformas pontuais na capela, conjuntamente ao acréscimo de aproximadamente 39 casas no seu entorno.

Em 1895, entretanto, um ano após a chegada dos padres redentoristas alemães, é escolhido um local para iniciar as construções do convento Redentoristas de Campinas e, junto a ele, também se iniciou a construção da capela dedicada à Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Segundo Silva (2017), o local ficava logo após o ribeirão Cascavel, a pouco mais de um quilometro da paróquia de Campinas e das casas que a rodeavam.

Este afastamento do núcleo central de Campinas (Figura 5) pode ser justificado por dois motivos. O primeiro, deve-se ao fato que os padres alemães precisavam de espaços descampados para suas plantações e criações de animais. Já o segundo motivo, é relacionado à questão de que o terreno escolhido estava localizado na estrada que dava acesso às demais regiões do estado, em especial ao arraial de Barro Preto, facilitando, assim, o deslocamento dos padres.

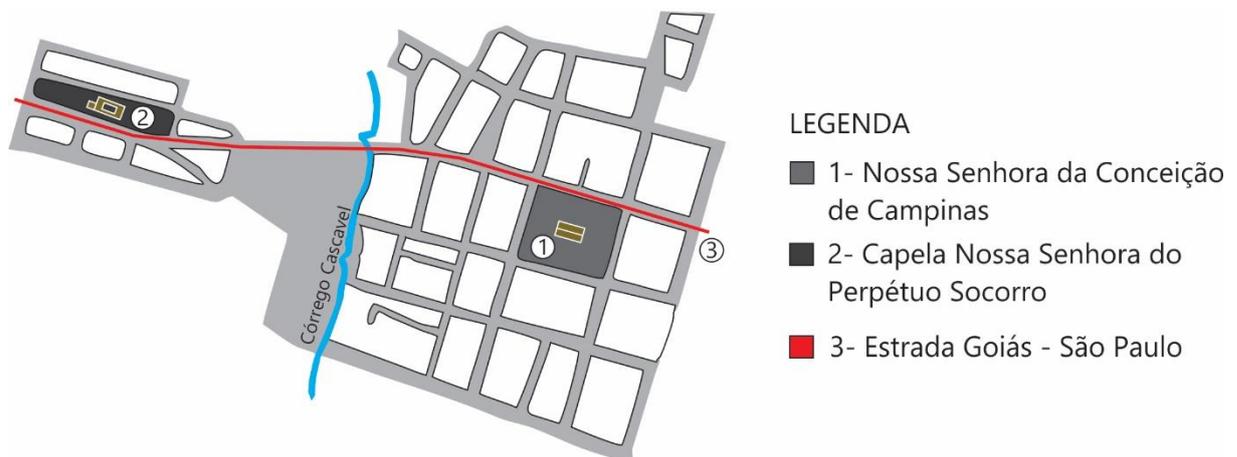


Figura 5: Planta de Situação do núcleo fundacional de Campinas com a construção do convento e da capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Fonte: Lopes (2019) editado por Raul Alvarenga.

Com a conclusão da capela e do convento, a antiga paróquia do centro fundacional de Campinas foi parcialmente fechada, sendo aberta apenas aos domingos e dias festivos. Durante a semana e em outros eventos religiosos, as atividades eram realizadas na capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Com esse deslocamento do principal edifício religioso, a região Norte de Campinas começa a ser apropriada por novos moradores e comerciantes, que se instalaram nas proximidades da estrada que ligava o centro fundacional de Campinas ao convento dos padres redentoristas.

A relevância dos padres redentoristas em Campinas vai além das transformações deste arraial, pois no mesmo período em que chegaram, os padres deram início ao contrato que foi firmado entre os Missionários Redentoristas Alemães e a Diocese de Goiás. Este contrato representou, de forma indireta, a formação de diversos arraiais que, com o tempo, alcançaram o aspecto de cidades do estado de Goiás, sendo um deles o arraial de Aparecida, objeto de estudo desta pesquisa. Isso só foi possível pois um dos principais objetivos dos redentoristas era percorrer todas as freguesias possíveis da capital de Goiás pregando e auxiliando na organização das edificações religiosas, além de construir uma casa de celebração no povoado de Barro Preto e ajudar na organização da festa religiosa que ocorria nesse arraial.

Desta forma, em 1895 já era responsabilidade dos redentoristas administrar a festa religiosa de Barro Preto, a paróquia Nossa Senhora da Devoção de Campinas e a paróquia de Nossa Senhora D' Abadia de Pouso Alto, hoje conhecida como cidade de Piracanjuba, que era assistida pelos sacerdotes no terceiro domingo de cada mês. Devido à distância de Pouso Alto, o sacerdote começava sua peregrinação na quinta feira e sua primeira parada era na Fazenda Lage, onde hoje está localizada Aparecida de Goiânia. Após a missa realizada na sexta de manhã na Fazenda Lage, seguia para sua segunda parada em Santo Antônio das Grimpas, atual Hidrolândia, onde era realizada a missa aos sábados e, por fim, chegava sábado à noite em Poso Alto para a celebração no domingo de manhã (Figura 6).

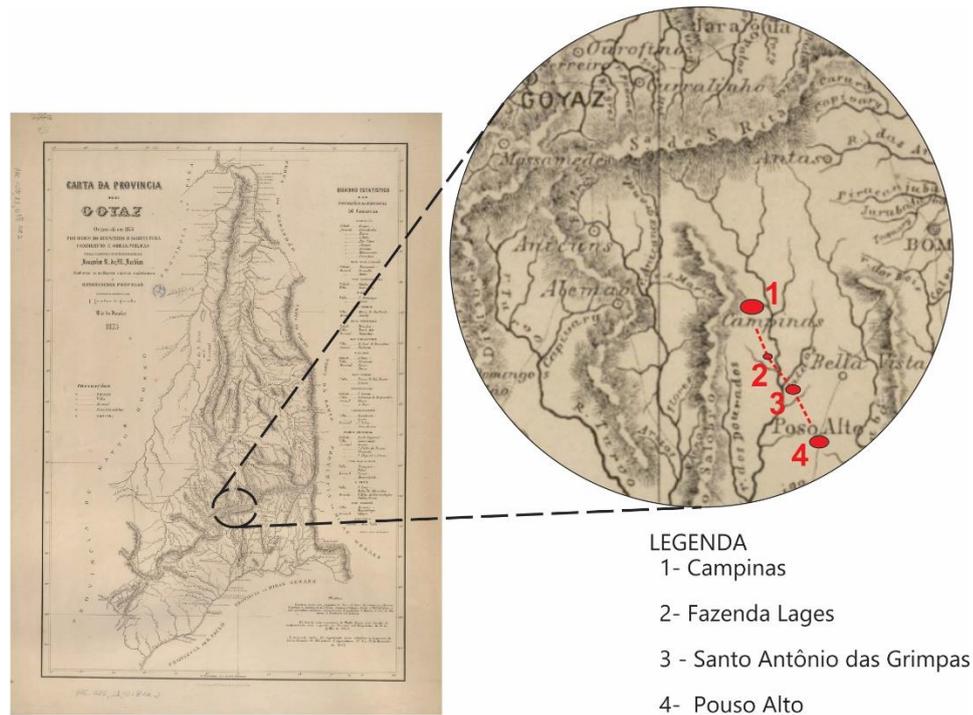


Figura 6: Caminho dos redentoristas.

Fonte: Carta da Provincia de Goyaz de 1874, editado por Raul Alvarenga.

Em razão destas peregrinações feitas pelos sacerdotes nas terras comandadas pela Diocese de Goiás, logo, em 1900, os padres alemães eram os principais responsáveis por chamarem a atenção dos governantes para a evolução de Campinas. Além disso, foram também responsáveis por criar novas edificações, sendo elas: a capela da Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; o convento dos padres, que era, segundo Campos (1985, p.30), “[...] parada obrigatória a todos aqueles que demandavam à capital ou ao sul do Estado”; e, por último, a Matriz Nossa Senhora da Devoção que, após a reforma, se tornou uma das mais “[...] majestosas do Estado” (CAMPOS, 1985,p.30), sendo que esta era a paróquia responsável por comandar e organizar a festa de Barro Preto. Assim, devido às benfeitorias realizadas pelos padres no arraial de Campinas, em 1907, por meio da Lei n.287 de 15 de junho, o arraial é elevado à condição de vila e, ao mesmo tempo, Barro Preto é elevado à distrito de Campinas.

Nota-se que a origem de Campinas se deu em um período em que a organização urbana era regida tanto pela a igreja, por meio das normas do Arcebispado da Bahia, quanto pelas leis da Constituição de 1824, a qual era voltada apenas para as vilas e cidades. Sendo assim, segundo a constituição, para elevação

de um arraial à condição de vila, deveria ser construída, de forma obrigatória, a edificação de Câmara e Cadeia, onde ficariam os vereadores que teriam como responsabilidade a organização municipal, o que não foi realizado em Campinas. Apesar disso, o crescimento urbano de Campinas ocorreu em um período posterior à 1º Constituição Republicana de 1891, a qual, de forma extremamente sintética, tratou a respeito da organização municipal em seu artigo de número 68, que menciona que “os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos Municípios em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse” (BRASIL, 1891).

Desta forma, o ato de elevar Campinas à categoria de vila sem nenhuma edificação que representava o poder do Estado naquela localidade só evidenciava ainda mais o poder dos padres redentoristas em Goiás. Contudo, em um contexto nacional, Campinas era totalmente desconhecida, ao ponto de nem ser representada no mapa geral da República dos Estados Unidos do Brasil (Figura 7), publicado na exposição nacional de 1908.

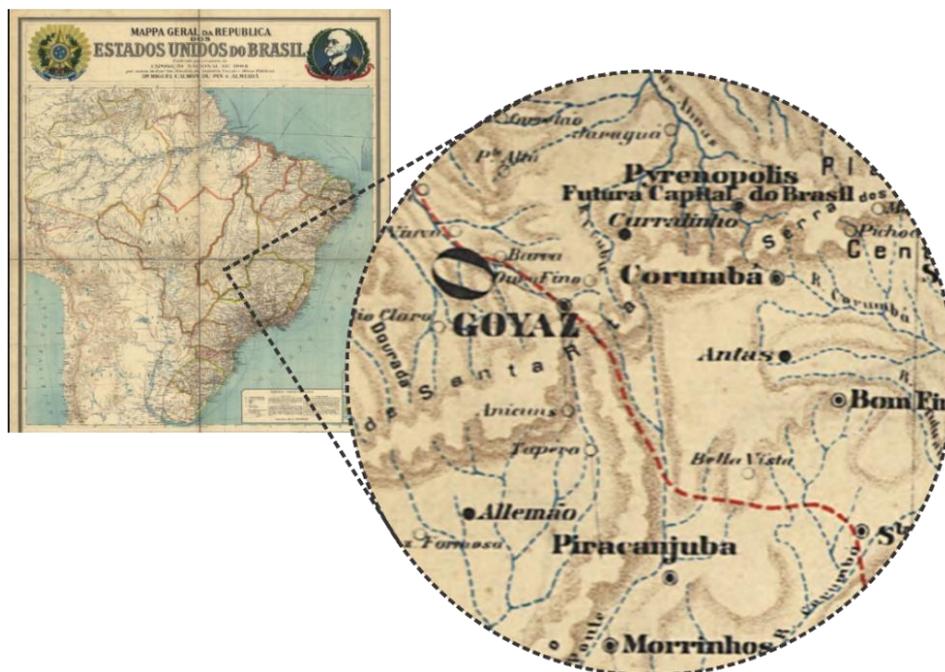


Figura 7: Mapa geral da República dos Estados Unidos do Brasil.
 Fonte: Library of Congress (<https://www.loc.gov/resource/g5400.ct000637/?r=0.03,0.005,0.842,0.46,0>).

Mesmo sem este reconhecimento nacional, a região onde estava inserida Campinas, conhecida como planalto central brasileiro, era bastante cobiçada, pois nelas podiam ser encontradas vastas planícies e vários leitos de água. Assim, em 1892, foi destinada uma missão exploratória ao planalto central com o objetivo de “[...]”

demarcar a área que, segundo o que prescreve na Constituição, deve ser reservada ao futuro Distrito Federal, e ahi ser oportunamente a nova Capital da União” (CRULS, 1894, p. 11).

Esta vontade de transferir a capital federal é revivida no mapa geral da República dos Estados Unidos do Brasil de 1908, onde aparece na cidade de Pyrenopolis a demarcação da “Futura Capital do Brasil”. A cogitação de que a capital do país poderia ser transferida para Goiás favoreceu as cidades e vilas da região e, entre elas, Campinas, que teve um aumento de seu comércio e de sua expansão urbana a ponto de, em 1914, por meio da Lei nº 476, ser elevada à categoria de cidade.

Com o crescimento de Campinas, os padres redentoristas, que já eram responsáveis pela administração da cidade, já não estavam conseguindo realizar toda a demanda de atividades religiosas da diocese de Goiás e, por esta razão, foi feito um convite às irmãs franciscanas da região da Baviera para ajudar na evangelização e educação daquele povoado. Assim, em 1921, as irmãs chegam à cidade de Campinas e fundaram em uma casa adaptada o colégio Santa Clara que, segundo Menezes (1981), durante muitos anos foi referência para todo o estado, chegando a atender as filhas de fazendeiros de 23 municípios em Goiás

Com a ajuda das irmãs franciscanas, os padres redentoristas puderam se dedicar mais à missão de evangelização do interior do estado de Goiás. Desta forma, em 1921 já é iniciada a reforma da capela de Barro Preto e, em 1922, foi iniciada a construção da capela de São Geraldo, localizada na atual cidade de Goianira, e a construção da capela Nossa Senhora Aparecida, localizada na atual cidade de Aparecida de Goiânia.

A compreensão das transformações de Campinas é essencial para compreender como aconteceu o processo de formação de Aparecida de Goiânia. Com a chegada dos padres redentoristas, houve em Campinas grandes transformações urbanas que permitiram que a cidade se desenvolvesse, impulsionando a formação de pequenos núcleos urbanos, como é o caso de Aparecida, sendo os redentoristas os principais agentes dessas transformações urbanas.

Observa-se que grande parte das histórias de formação das cidades atuais se relacionam com o compromisso dos evangelistas daquela época de evangelizar a

população. Entretanto, além de mediar a forma como estava sendo exercido o catolicismo no estado, os padres alemães modificaram a estrutura econômica e cultural da sociedade goianiense, trazendo novos métodos construtivos, educação (com o convento redentorista e com o colégio Santa Clara), além de inspirar grupos de fazendeiros a formarem novos arraiais, como é o caso da cidade de Aparecida de Goiânia, que surgiu como um simples arraial e atualmente é a segunda cidade mais populosa do estado de Goiás (IBGE, 2010).

2.2. Aparecida: de arraial a distrito

A formação do povoado de Aparecida de Goiânia decorre de uma estreita relação entre os fazendeiros da região com os padres redentoristas de Campinas que se inicia em 1895 com a construção do convento e da capela da Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Esta construção teve como mestre de obras o fazendeiro Lucindo José Ribeiro, que “[...] morava a 4 léguas de Campinas, onde hoje está a cidade de Aparecida de Goiânia” (SILVA, 2017, p.80). Além de ajudar na construção, Lucindo José mobilizava toda sua família para retirar e transportar as madeiras necessárias para a igreja.

O bom relacionamento entre os padres e os fazendeiros da região cresceu quando os redentoristas receberam a atribuição de tutelares da paróquia Nossa Senhora D’ Abadia em Pouso Alto e, por levar em torno de três dias de viagem entre Pouso Alto e Campinas, os padres pernoitavam em algumas fazendas. Dentre essas fazendas, estava a de José Candido, um homem muito religioso que sempre acolhia os padres e viajantes que por ali passavam. Com o passar dos anos, o pouso dos padres na fazenda de Candido tornou-se um evento constante e esperado pelos fazendeiros da região, que se deslocavam para assistir à missa celebrada antes que eles continuassem a viagem com destino a Pouso Alto.

Com o aumento do número de fiéis para assistir às missas na propriedade de José Candido, após uma missa de “desobriga pascal” – ocasião que aproveitavam para realizar os batismos, fazer a primeira comunhão e crismar os fiéis – foi proposta pelo padre redentorista Francisco Wend a construção de uma capela para atender a todos esses fiéis. Segundo os relatos de Benedito Batista de Toledo, fazendeiro que morava nas vizinhanças da fazenda de José Candido, neste dia estavam presentes

O senhor José Candido de Queiroz, Abrão Lourenço de Carvalho, Antônio Barbosa Sandoval e João Batista de Toledo, esses quatro fazendeiros ofereceram um terreno de campo para que nele fizesse uma igreja, cuja padroeira fosse Nossa Senhora Aparecida. Aristides Frutuoso ofereceu o Cruzeiro para ser fincado no lugar escolhido. José Candido de Queiroz e sua senhora, dona Maria Elias de Jesus doaram dois alqueires de terra, Abrão Lourenço de Carvalho e dona Antônia Lino de Carvalho fizeram uma doação de um alqueire, Antônio Barbosa Sandoval e dona Bárbara Lourenço de Carvalho fizeram a doação de um alqueire, João Batista de Toledo e Dona Maria Luíza de Jesus fizeram a doação de meio alqueire e foi escolhido o lugar, um ponto alto onde fosse fácil acesso à população. (SIMONE, 2014, p. 16).

De acordo com Melo (2002), o principal doador de terras e responsável por liderar o movimento de fundação da cidade foi o fazendeiro José Candido de Queiroz. Isso deve-se ao fato de que foi em sua propriedade em que a capela de Nossa Senhora Aparecida foi construída, mas, como visto no relato de Benedito Batista, houveram outros fazendeiros que contribuíram com doações de terras. Essas doações só foram possíveis por meio de permutas de terras com José Candido, que trocava as terras mais próximas do núcleo fundacional por terras mais afastadas e, assim, vinculava o nome desses fazendeiros na história da formação do patrimônio religioso, o que, para a época, era uma forma de agradecimento ao santo padroeiro, além de representar um alto prestígio social

Para Pinto (2009-a), o motivo para a escolha de tal lugar para a construção da capela não foi apenas um motivo religioso. Segundo o autor, o fator econômico também foi avaliado para a escolha do local, pois ele estava posicionado próximo a uma importante estrada que ligava o município de Campinas ao distrito de Santo Antônio das Grimpas, hoje município de Hidrolândia. Este era, portanto, o “[...] embrião de um vilarejo comercial” (PINTO, 2009-a, p.91) que fortaleceria os interesses econômicos dos fazendeiros que doaram suas terras e ali construíram as primeiras moradias.

Com a definição do local, foi construído um rancho de palha e cravada uma cruz à sua frente para que, no dia 03 de maio de 1922, o povoado de Aparecida recebesse a primeira missa campal. Dias depois, após a festa de 11 de maio de 1922, dedicada à Nossa Senhora Aparecida, foi derrubado o rancho e dado início à construção da capela que leva o nome da padroeira Nossa Senhora Aparecida. Assim,

com a construção da primeira edificação do povoado, são iniciadas as transformações da paisagem do local.

O processo de formação da paisagem urbana e edificação de Aparecida se assemelha com o das cidades do século XIX, e isso pode ser compreendido por três fatores. O primeiro, é devido ao momento econômico em que se encontrava o estado de Goiás, com a população passando por um processo de transição do modelo econômico, visto que durante o século XIX a mineração perdia espaço para a agricultura familiar, que era voltada para a produção de autoconsumo. Desta forma, segundo Estevam (2014),

[...] os acontecimentos políticos que tanto marcaram o século pouco ou quase nada repercutiram em Goiás [...]. As repercussões se deram em questões meramente administrativas, as elites políticas continuaram as mesmas assim como a tradicional ordem sócio-econômica. Poucos entenderam o que significava o Movimento Republicano posto que a população de Goiás se encontrava “embalada por todas as liberações do gozo sertanejo”. Assim, a província esteve durante quase todo o século XIX voltada para si mesma, aparente alheia às transformações em curso. (ESTEVAM, 2014, p. 61-62).

Contudo, ao tratar das transformações da paisagem do arraial de Aparecida, pode-se prolongar o tempo estimado por Estevam (2014) para até início do século XX, dado que, em 1922, a base social familiar que era a responsável pela formação do arraial era composta por fazendeiros que utilizavam da agricultura campestre⁵ como meio de produção, sendo este o segundo fator pelo qual o modelo de formação urbana de Aparecida remete aos modelos do século XIX, pois sua população ainda estava atrelada ao mesmo modelo de produção e formação cultural do século passado.

Com a ruralização da sociedade goiana até início do século XX, a igreja católica continuou exercendo as funções que exercia no século XIX, pois, após a separação

⁵ Segundo ESTEVAM (2014, p 61) agricultura campestre é caracterizada pela fraca utilização de insumos e pela predominância do trabalho familiar. Este tipo de organização assemelha-se a uma economia mercantil simples e é balizada pelo intercâmbio mercadoria-dinheiro-mercadoria. Neste tipo de atividade a produção de excedentes é quase que involuntária e ingressa no mercado apenas circunstancialmente.

do Estado da igreja com a proclamação da República em 1889, não foi realizado nenhum procedimento que aproximasse o Estado e a população, recaindo sobre a igreja a responsabilidade de organizar e administrar as vilas e os povoados. Desta maneira, o modelo utilizado no século XIX, que adotava o desenho urbano em malha, tendo a igreja e seu adro como os elementos principais que organizavam o espaço, continuou sendo empregado após o ano de 1901, o que se refere ao terceiro e último motivo pelo qual a transformação urbana de Aparecida se remete às cidades fundadas no século XIX.

Portanto, mesmo após a Proclamação da República, a igreja católica desempenhou um importante papel nos povoados que surgiram no estado de Goiás, como é o caso de Aparecida, que teve o edifício religioso como organizador de sua paisagem urbana desde a escolha do local para a construção da capela, que deveria ser em um local alto e longe de qualquer tipo de umidade, como era estabelecido nas normas do arcebispado da Bahia. Desta maneira, o local escolhido para a edificação da capela Nossa Senhora Aparecida foi no descampado mais alto das terras de José Candido, com o objetivo de ser facilitado o acesso à capela e para que ela fosse avistada de longe, além de estar localizada a quase três quilômetros da sede da fazenda do senhor Candido, o que permitiu a construção de um povoado totalmente novo, sem qualquer confronto visual do edifício religioso com outras edificações que existiam na sede do fazendeiro (Figura 8).

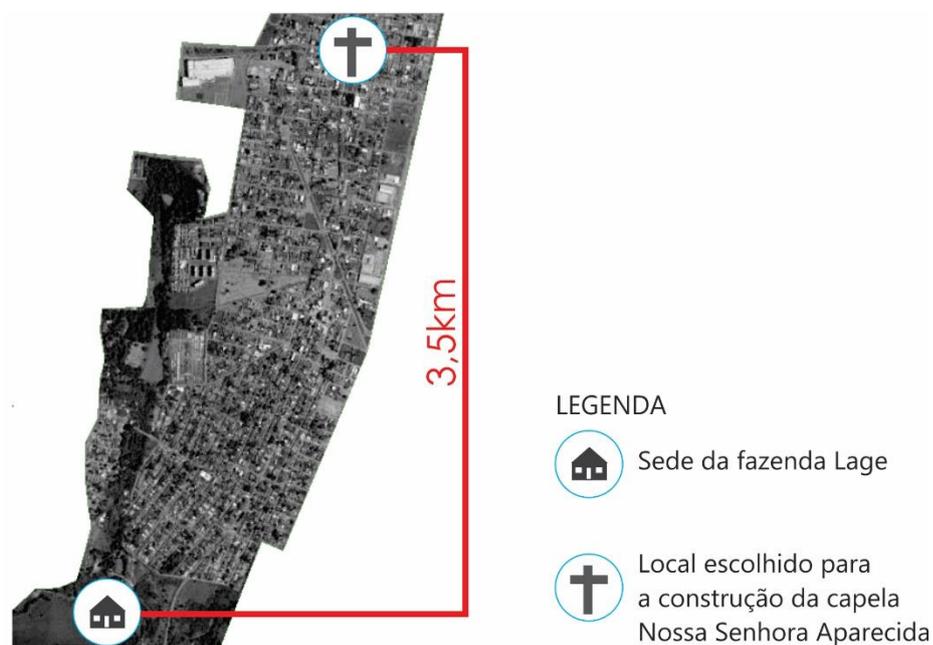


Figura 8: Relação entre o lugar escolhido e a sede da fazenda Lage.

Fonte: Imagem do Google Earth editada por Raul Alvarenga.

As características naturais do terreno favoreceram a escolha do traçado urbano em formato de tabuleiro de xadrez em que a capela Nossa Senhora Aparecida se destaca ao centro do traçado, sendo envolvida por um grande espaço que em 1977 iria se tornar a Praça da Matriz (Figura 9). Desta forma, a igreja foi o principal elemento de organização do espaço no povoado, em conformidade com o tradicional modo de conceber as cidades do período colonial, quando o edifício religioso se destacava. A despeito de tal condição, acrescenta-se ainda a possível aplicação das normas urbanas que surgiram em 1921, que tinham como principal objetivo a regularização urbana e a organização social das cidades. A análise de fotos antigas do período, juntamente com o estudo de sua malha urbana atual, fortalece a hipótese de que as leis municipais do município de Campinas poderiam ter sido adotadas em seus distritos.



Figura 9: Traçado Ortogonal de Aparecida de Goiânia.

Fonte: Mapa da Arquidiocese de Goiânia editado por Raul Alvarenga.

Essas leis municipais tinham o como objetivo regularizar o código de posturas na cidade e nas povoações dos municípios, tratando de assuntos como saúde, segurança e maneiras as quais as edificações deveriam ser erguidas. Assim, desde

1921, os parâmetros urbanísticos da cidade já eram regulamentados por fiscais e peritos que fiscalizavam as altura das edificações, a largura das vias e praças, além do alinhamento e nivelamento dos novos arruamentos da cidade ou dos povoados do município, sendo passível de multa caso alguém desrespeitasse os seguintes artigos dos Títulos I e II das Leis Municipais, sendo eles:

Art. 36º - O alinhamento e o nivelamento serão feitos nesta cidade e nas povoações do município por peritos nomeados pelo Intendente.

Art. 37º - Nenhum alinhamento ou nivelamento poderá ser feito sem licença do Intendente nesta cidade, e dos Sub-Intendentes nas povoações.

Único – Aquelle que fizer alinhamento ou nivelamento, sem preceder licença, de acordo com este artigo, será multado em 5\$000.

Art. 38º - Os fiscaes acompanharão os peritos nos alinhamentos e nivelamentos.

Art. 43º - As ruas e travessas que se tenham de abrir nesta cidade e nas povoações do município, terão 13 metros de largura e as praças nunca terão menos de 25 metros em quadrado.

Art. 48º - Na edificação ou reedificação dos prédios guardar-se-ão as seguintes dimensões:

1º- As casas de térreas terão 3m.80, pelo menos, contados do baldrame à linha superior do telhado.

2º- As casas de sobrado terão 4m de altura no pavimento térreo, contados do baldrame à linha superior e o primeiro andar 3m. 50 da linha superior do pavimento térreo à segunda linha superior ou á do telhado.

Art. 50º- Nesta cidade as casas só poderão ser cobertas de telha, ou outro material incombustível.

Art. 52º - Fica proibido nesta cidade:

1º- Edificar casa de meia agoas.

2º- Fazer degrãos ou escadas para fora das portas, nas frentes das ruas ou praças. (GOYAZ, 1921).

As Leis Municipais estipularam uma nova maneira de pensar a cidade e de construir sua paisagem urbana. As ruas deveriam ter uma boa dimensão para que pudessem ter acesso a todas as partes da cidade, além de permitir a iluminação natural nas casas, evitando doenças respiratórias. As praças eram responsáveis pelo espaço livre das urbes, com sua delimitação mínima de 25 metros quadrados. As casas começaram a estar sujeitas a normas que regulamentavam a construção civil e estipulavam um novo padrão estético para as cidades. Desta forma, no início do século XX, o crescimento da cidade de Campinas e de seus povoados já deveria ser

regulamentado por essas leis municipais que tinham como objetivo organizar esses espaços.

Portanto, após a conclusão da capela Nossa Senhora Aparecida, foram traçadas as primeiras ruas do núcleo fundacional de Aparecida, sendo elas a Rua João Batista de Tolêdo, a Rua Abraão Lourenço de Carvalho, a Rua Onze de Maio e a Rua José Candido, sendo esta última a principal estrada que ligava a cidade de Campinas e o distrito de Santo Antônio das Grimpas. Essas ruas tinham a função de delimitar o espaço religioso do restante da cidade, evitando que qualquer outra edificação fosse construída no adro da capela, além de organizar e regular o alinhamento das futuras casas que ali iriam se edificar.

Ao tratar da paisagem edificada de Aparecida, nota-se que o retorno ao século passado é ainda mais forte, pois ela reflete a estrutura agropastoril da região. Segundo Oliveira (2001), nos territórios goianos a construção civil continuou com as mesmas técnicas construtivas, empregando os mesmos materiais e com uma precária mão de obra. Desta maneira, as casas e as demais edificações permaneciam com sua estrutura em:

[...] madeira, constituída por esteio ou pilares, vigas inferiores ou baldrames e vigas superiores ou frechais, assentadas sobre alicerces de pedra. Nas vedações ainda prevalecia a utilização dos adobes e do pau-a-pique (OLIVEIRA, 2001, p. 233).

O relato da autora refere-se às casas construídas no século XIX no território goiano, mas que pode ser atribuído também às construções do povoado de Aparecida, visto que as edificações daquele povoado apresentavam as mesmas características das que foram construídas no século passado, evidenciando a falta de mão de obra associada ao pequeno poder construtivo da região. Essa paisagem colonial de Aparecida, com casas que apresentam o mesmo padrão construtivo das casas do século XIX, pode ser observada nas fotos tiradas por Attílio Corrêa Lima (Figura 10 e 11) nos anos de 1933 a 1935⁶.

⁶ As fotografias retiradas por Attílio Corrêa Lima não são datadas, o que impossibilita afirmar o ano em que estas imagens foram retiradas. Desta forma, adotou-se o período em que o Arquiteto e Urbanista esteve em Goiânia.



Figura 10: Vista do povoado de Aparecida tirada por Attílio Corrêa Lima.
Fonte: Arquivo da prof. Dra. Anamaria Diniz.



Figura 11: Foto do povoado de Aparecida tirada por Attílio Corrêa Lima.
Fonte: Arquivo da prof. Dra. Anamaria Diniz.

Ao final da década de XX, a paisagem urbana de Aparecida já era composta pela construção da capela e por 11 casas ao seu redor, além de outras cinco casas mais afastadas do núcleo fundacional. Não há dados estatísticos que constatem quantas pessoas habitavam o povoado de Aparecida, entretanto, em 1929 já havia a necessidade de ter uma professora no povoado, visto a carta de agradecimento destinada ao Secretário do Interior e Justiça do Estado de Goiás pela senhora Maria da Silva Moraes (Figura 12), professora da escola de 3^a classe de sexo feminino da povoação.

Ex^{mo} Sr. secretario do interior de justiça

Respeitosas saudações.

Desempenho-me do dever de levar ao conhecimento de vossa excelência que no dia 2 de maio próximo passado reassumi o cargo de professora do sexo feminino em Aparecida município de Campinas neste estado, por haver esgotado a minha licença em 30 de abril.

A' V. Ex.^{cia}.
26.5.1931

Saude e fraternidade J. Moraes

Aparecida 2 de Maio de 1931
Maria da Silva Moraes.

27
2928
F. Moraes

Officiou-se á professora pedindo informações, por não constar nesta secretaria lhe tenha sido concedida qual quer licença.

Figura 12: Carta da professora Maria da Silva Moraes.
Fonte: Arquivo Histórico Estadual de Goiás.

Neste período em que foi escrita a carta, não foi encontrado nenhum documento e nem relatos históricos acerca da existência de uma escola voltada para o sexo feminino. Contudo, as atividades da professora Maria da Silva Moraes são mantidas no povoado, confirmadas em uma carta datada de 1931 que diz:

Desempenha-me do dever de levar ao conhecimento de vossa excelência que no dia 2 de maio próximo passado, reassumi o cargo de professora do sexo feminino em Aparecida município de Campinas, neste estado, por haver esgotado a minha licença em 30 de abril. (MOTA, 1931).

Com a transferência da capital do estado para Goiânia, o povoado de Aparecida deixa de pertencer ao município de Campinas e é elevado à categoria de distrito de Goiânia. Essa transformação ocorre pelo simples fato de Aparecida estar próxima às terras da futura capital e inicia um período no qual Goiânia irá ser o principal agente condutor das modificações que irão ocorrer em Aparecida, marcando, assim, a sua história.

2.3. A fundação de Goiânia e o destino de Aparecida

Fruto de um desejo antigo de mudança da capital do estado de Goiás, Goiânia surgiu em meio ao contexto da Marcha para o Oeste e das ideias revolucionárias da década de 1930, que resultaram na nomeação de Pedro Ludovico como interventor do estado. A escolha de Campinas para a criação de uma cidade moderna, dotada de infraestrutura urbana e voltada para o futuro foi uma forma de romper com a velha política caiadista e afastar-se do poder da igreja que, de forma contundente, interveria nos assuntos administrativos das cidades.

Para tal fim, foi contratado o arquiteto Atílio Corrêia Lima que, segundo Gonçalves (2003), tinha uma experiência que “[...] vinha ao encontro das preocupações do interventor em associar o projeto da nova capital ao de um urbanista renomado, capaz de conferir o caráter de modernidade que se almejava” (GONÇALVES, 2003, p.49). Dessa forma, segundo a autora Diniz (2007), entre 1932 e 1933, o arquiteto veio até a cidade de Campinas para estudar o local e o entorno em que deveria ser construída a primeira cidade planejada do estado de Goiás.

Conhecendo o local e as características do terreno, o arquiteto Atílio Corrêa optou por adotar o modelo radiocêntrico em que as principais vias convergiam para o centro administrativo da cidade, rompendo com o poder religioso que era o principal agente regulatório do espaço urbano e responsável por disseminar o desenho em malha ortogonal onde a igreja era inserida na localização de maior destaque. Com essa nova concepção de pensar a cidade, Atílio buscou, por meio de setores, organizar uma cidade moderna que atenderia confortavelmente a 50 mil habitantes.

Rapidamente, as edificações projetadas por Atílio começaram a ser construídas, transformando Goiânia em um grande canteiro de obras e chamando a

atenção de vários trabalhadores, que optaram por se mudar para a nova capital em função da grande oferta de emprego que havia naquele momento. Deste modo, antes mesmo de efetivar a transferência da capital, Goiânia já havia se tornado o novo centro econômico e político. Seu rápido crescimento se irradiou nas cidades próximas, como é o caso do crescimento de Campinas, sobre o qual o próprio arquiteto Atílio Corrêa Lima diz:

Esta cidade que vegetava com sua vida rudimentar em torno da igreja, no período anterior a idéia da mudança da capital, atualmente com a intensificação do tráfico para Leopoldo de Bulhões, ponta de linha de Estrada de Ferro, desenvolve-se vertiginosamente, criando um imenso tentáculo que busca atingir a cidade em construção. E a distância que as separa, de apenas cinco quilômetros, em breve será vencida. (DINIZ, 2007, p. 142).

Contudo, não foi apenas a cidade de Campinas que sofreu modificações em sua estrutura física e política devido ao crescimento de Goiânia, mas todo um conjunto de cidades e povoados que estavam às margens da nova capital e, entre eles, o povoado de Aparecida, que respondia administrativamente ao município de Campinas. Com a transferência da capital do estado para Goiânia, houve, por meio do decreto nº 327 de 2 de agosto de 1935, uma transformação política administrativa que equiparou a cidade de Campinas ao povoado de Aparecida, transformando as duas em distritos de Goiânia:

Art.1º - Ficam fundidos em um único os atuais municípios de Campinas, Hidrolândia e parte dos territórios dos Anápolis, Bela Vista e Trindade que passarão a constituir o Município de Goiânia, com sede na cidade do mesmo nome, óra em construção no município de Campinas, desaparecido por efeito deste decreto, o mesmo de que fala o art. 5º do projeto da Constituição do Estado, já aprovado, nessa parte, em redação final.

Art. 2º - *As atuais cidades de Campinas e Hidrolândia e os arraiais de São Sebastião do Ribeirão, São Geraldo e Aparecida, passarão a constituir distritos do Município de Goiânia, sujeitos a leis especiais nas quais ser-lhes-ão assegurados o direito à renda não inferior a 60% da quantia arrecadada dentro dos respectivos territórios, para ser aplicada em melhoramentos dos mesmos distritos.* (GOIÁS, 1935, grifos nossos).

Nesta época, Campinas já possuía uma melhor estrutura urbana com a presença de casas, comércios, empresas, grupos escolares, prefeitura e uma cadeia

pública. Em contrapartida, o então distrito de Aparecida estava em processo de formação, com uma capela, poucas casas e comércios para atender à pouca demanda do local. Entretanto, após a aprovação deste decreto, mesmo estando em condições urbanas diferentes, ambos os distritos são encarregados de repassar 40% de suas receitas para a capital. Esta lei não foi aplicada com rigor no distrito de Aparecida, visto que neste período o povoado não apresentava nenhum tipo de atividade econômica que gerasse encargos para a prefeitura de Goiânia, além do que, Aparecida se enquadrava no subitem do Art. 2º, que mencionava que “Em caso de necessidade e em benefício dos respectivos distritos, o Prefeito Municipal poderia dispensar a contribuição de 40% da renda que lhe é reservada no art. 2º” (GOIÁS, 1935). Contudo, não foi encontrado nenhum documento oficial que desobrigasse o distrito de Aparecida a repassar parte de sua renda ao município.

Com seu núcleo urbano restrito a poucas casas, e sem nenhum equipamento urbano de relevância, o distrito de Aparecida era considerado apenas como uma extensão territorial de Goiânia. Em 1938, porém, o Decreto Lei Nacional nº 311, de 2 de março reorganiza os limites do território nacional e estabelece os seguintes artigos:

Art. 2º - Os municípios compreenderão um ou mais distritos, formando (sic) área contínua. Quando se fizer necessário, os distritos se subdividirão em zonas com seriação ordinal.

Art. 3º - A sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome.

Art. 4º - O distrito se designará pelo nome da respectiva sede, a qual, enquanto não for erigida em cidade, terá a categoria de vila.

Paragrafo único. No mesmo distrito não haverá mais de uma vila.

Art. 5º - Um ou mais municípios, constituindo área contínua, formam o termo judiciário, cuja sede será a cidade ou a mais importante das cidades compreendidas no seu território e dará nome à circunscrição. (BRASIL, 1938).

No contexto nacional, o distrito de Aparecida deveria ser elevado à condição de vila por apresentar todos os critérios do Decreto nº 311, todavia, na conjuntura estadual isso não ocorre, pois esta lei nacional impôs aos estados a tarefa de reorganizar as suas próprias “[...] delimitações e categorias dos seus elementos, quanto na respectiva toponímia” (BRASIL, 1938).

Então, em 31 de outubro de 1938 o então interventor federal Pedro Ludovico assina o Decreto Lei de nº 1.233, que reestabeleceu novas divisões administrativas e

judiciárias para o estado de Goiás. Com esse novo quadro de divisão territorial (Figura 13), administrativa e judiciária, o município de Goiânia foi reorganizado. Assim, segundo a nota de rodapé de número 8 do Anexo nº 1 do Decreto Lei de nº 1.233, foi “supresso, nesse município, o distrito de Aparecida, anexado o atual município de Trindade e transferido para a comarca de Rio Verde o termo de Paraúna”. Portanto, em outubro de 1938 Goiânia era composta por cinco distritos, sendo todos categorizados como vila, o que iria em confronto com o Decreto Lei Nacional nº 311, já que Aparecida regressava ao posto de povoado.

Circunscrições exclusivamente judiciárias		Circunscrições exclusivamente administrativas		Circunscrições simultaneamente administrativas e judiciárias		SÉDE DAS CIRCUNSCRIÇÕES						
A-COMARCAS		B-TÉRMOIS		C-MUNICÍPIOS		D-DISTRITOS						
N. de ordem	NOMES	N. de ordem	NOMES	N. de ordem	NOMES	N. de ordem	NOMES	N. de ordem	NOMES	CATG.		
11	Formosa	16	Formosa	16	Formosa (7)	36	Formosa	36	Formosa	Cidade.		
		17	Planaltina	17	Planaltina	37	S. J. da Aliança	37	S. J. da Aliança	Vila		
12	Goiânia (8)	18	Goiânia	18	Goiânia	38	Planaltina	38	Planaltina	Cidade		
						39	Goiânia 1ª z.-Goiã. 2ª z.-Camp.	39	Goiânia	Capital		
		19	Palmeiras	19	Palmeiras	40	Hidrolândia	40	Hidrolândia	40	Hidrolândia	Vila
						41	Ribeirão	41	Ribeirão	”		
						42	São Geraldo	42	São Geraldo	”		
						43	Trindade	43	Trindade	”		
						44	Palmeiras	44	Palmeiras	Cidade		
						45	Alegrête	45	Alegrête	Vila		
						46	Água Limpa	46	Água Limpa	”		
						47	Goiaz 1ª z.-Sant. 2ª z.-Carmo	47	Goiaz	Cidade		
13	Goiaz	20	Goiaz	20	Goiaz (9)	48	Bandeirante	48	Bandeirante	Vila		
						49	Buenol. (ant. Barra)	49	Buenolândia	”		
						50	Davinópolis	50	Davinópolis	”		
						51	Itajubá(ant. R. Claro)	51	Itajubá	”		

7—Supressão, nesse município, o distrito de Santa Rosa e anexado o atual município de São João da Aliança, ficando supresso o distrito de Forte.

8—Supresso, nesse município, o distrito de Aparecida, anexado o atual município de Trindade e transferido para a comarca de Rio Verde o termo de Paraúna (art. 6.º, decreto lei n.º 311, 2/3/38).

9—Desmembrado desse município e incorporado ao de Paraúna o atual distrito de Cachoeira.

Figura 13: Quadro da divisão territorial, administrativa e judiciária do Estado.

Fonte: Decreto Lei nº 1.233, de 31 de outubro de 1938.

O regresso à condição de povoado evidencia a lenta transformação do espaço de Aparecida. Devido ao fato de estar localizada entre a cidade de Goiânia e o distrito de Hidrolândia, as necessidades da população poderiam ser supridas em qualquer uma destas duas cidades, como é o caso dos correios, que mantinham um posto em Goiânia e outro em Hidrolândia. Com essa prática do governo de atender apenas as duas cidades, o povoado não recebia investimentos para equipamentos públicos e melhorias urbanas. Desta forma, Aparecida tornou-se invisível aos olhos do governo, como pode ser visto em um trecho do Decreto Lei de nº 45 de março de 1938, que

concede isenção de impostos a uma empresa de transporte que faz a ligação de Goiânia a Buriti Alegre:

O interventor federal, neste Estado, atende ao que lhe requereu o sr. Lazaro Geraldo da Silva, proprietário da Empresa de Transporte que faz a ligação Goiânia – Hidrolândia – Bela Vista – Pouso Alto – Bananeiras – Santa Rita do Paranaíba – Buriti Alegre, resolveu conceder-lhe isenção de impostos estaduais [...]. (GOIÁS, 1938).

Neste relato, o interventor não cita Aparecida como um ponto de parada deste transporte, porém, como pode ser visto no mapa do Departamento Nacional do Café de 1943 (Figura 14), a estrada que fazia ligação entre Goiânia e Hidrolândia passava dentro do povoado e tinha como ponto de parada a capela Nossa Senhora Aparecida. Como o custo da viagem era caro e a condução passava apenas uma vez ao dia, os moradores preferiam ir de carro de boi para a capital.

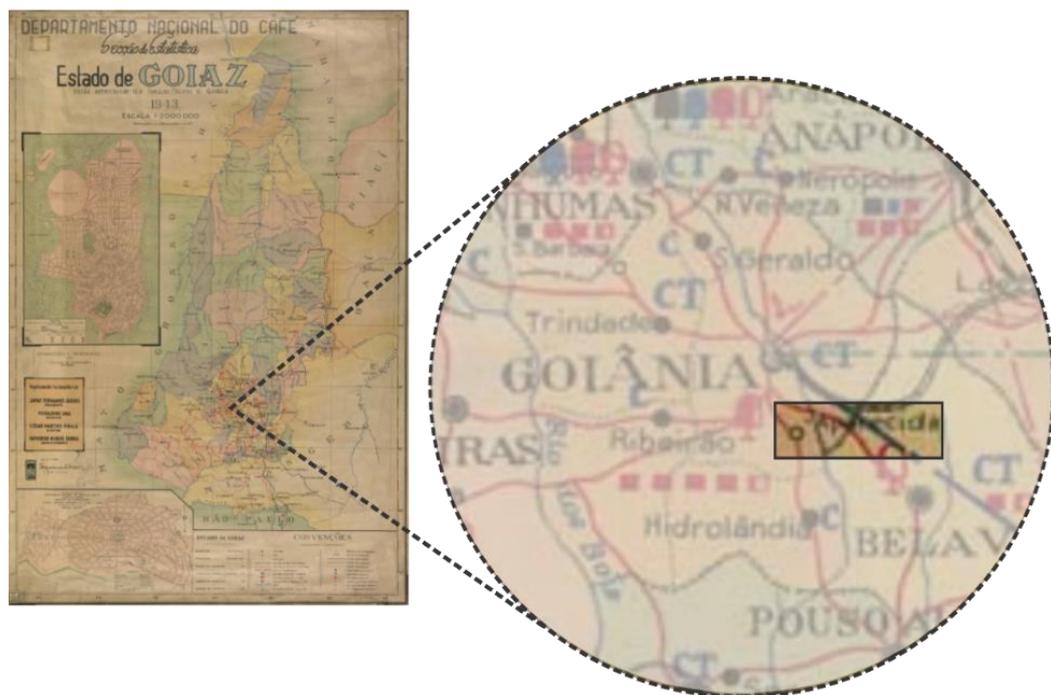


Figura 14: Mapa do Café.

Disponível em: <http://acervo.bn.digital.bn.br/sophia/index.html>. Acessado em: 22 de jun. 2018 editado por Raul Alvarenga

Desta forma, enquanto Goiânia crescia de forma vertiginosa, Aparecida mantinha as mesmas características de sua formação e sua paisagem urbana parecia ter parado no século XIX (Figura 15), com a igreja e poucas casas construídas em adobe com simples telhados de quatro águas em telhas coloniais. A primeira intervenção documentada que vem romper com essa paisagem arcaica está

registrada no Primeiro Livro Tombo, Caixa e Histórico da capela de Aparecida, conservado no acervo do Instituto de Pesquisa e Estudo Históricas do Brasil Central (IPEHBC), que relata que em 1949 “[...] foi eleito Vigário de Hidrolândia e zona o grande administrador Revdo. Pa. Quintiliano Leopoldo e Silva, mudou o telhado de telhas coloniais para telhas francesas”. Logo depois, em 1950, a igreja adquire o primeiro gerador do povoado, levando luz para o edifício religioso.



Figura 15: Procissão para Nossa Senhora Aparecida, em 1950.
Fonte: SIMONE, 2014, p.89.

Com essas intervenções na capela, a igreja reafirma o seu poder de influenciar a construção da paisagem do povoado de Aparecida, dado que os novos modelos construtivos e as novas tecnologias chegaram até o povoado por meio das aquisições e reformas realizadas na própria capela. Um exemplo é o caso da utilização do cimento, que foi empregado pela primeira vez na troca do assoalho de madeira por mosaicos no ano de 1954.

É apenas em 1955, com a construção da Escola Isolada do Povoado de Aparecida, hoje conhecida pelo nome de Colégio Estadual Dom Pedro I, que ocorre a interferência do estado na formação da paisagem edificada do local. Essa edificação só foi construída pois a professora Hilda Borges da Silva realizou um abaixo assinado reivindicando a construção de um colégio no povoado, uma vez que, desde 1930, os educadores que iam para Aparecida lecionavam em ambientes improvisados. Ficou sobre a responsabilidade da professora conseguir o terreno para a construção da escola:

Ela então procurou aquele que, por acaso, foi o idealizador das doações de terra para a construção da capela em torno da qual surgiu Aparecida: José Cândido de Queiroz. Diz que não pode atendê-la por que estava fazendo inventário dos bens. Ela então foi atrás de outro pioneiro: João Batista de Toledo [...] ela diz que João Batista fez a doação para a igreja que por sua vez transferiu para a Educação. (SIMONE, 2014, p. 68).

As técnicas construtivas e os novos materiais empregados na edificação da Escola Isolada do Povoado de Aparecida (Figura 16) representam uma ruptura na paisagem do povoado que até então remetia ao século XIX. As telhas francesas, as paredes em alvenaria rebocadas com cimento e as esquadrias em alumínio e vidro conduziram as novas edificações que seriam construídas no povoado.



Figura 16: Colégio Estadual Dom Pedro I.
Fonte: Acervo histórico da Escola.

A partir da década de 1950, Goiânia se consolidou como o mais importante centro urbano de Goiás, resultando no crescimento de todos os povoados, vilas e cidades ao seu redor. Assim é escrito na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros de 1958:

Goiânia caracteriza o Estado de Goiás e transcende de suas fronteiras, alinhando-se entre as grandes realizações do país nos campos econômico e administrativo por excelência, transbordou-se além das previsões mais otimistas e, com mais de 100.000 habitantes agora, aventajou-se em todos os sentidos sobre as demais cidades do Estado, também como o maior centro educacional, econômico e cultural do Brasil Central [...] Foi inestimável a colaboração de Goiânia e das obras dela decorrentes em todo o Estado, porque outras regiões procuraram imitar ou adotar os padrões de progresso revelados pela construção da Nova Capital goiana. (IBGE, 1958, p. 13 -14).

Com transferência da capital federal para Brasília durante os anos de 1950 a 1960, novas rotas de acesso à capital federal, como é o caso da BR-153 que ligava Brasília a São Paulo passando por Goiânia, foram abertas. Isso permitiu que Goiânia passasse por um momento de crescimento urbano e econômico, resultando em uma alta taxa de migração para seu território, o que, segundo Camilo (2014), fez os preços dos lotes urbanos de Goiânia registrarem uma valorização de até 5.000%. Assim, em razão da alta demanda por loteamentos com preços mais acessíveis, a prefeitura de Goiânia, por meio do Decreto Lei Municipal nº 176, permitiu que os empreendedores abrissem novos loteamentos, sendo exigido apenas a locação e a abertura de vias (RIBEIRO, 2004, p 39).

Neste momento, a malha urbana de Goiânia cresceu de forma irregular e as rodovias que eram ligadas à capital se tornaram elementos de atração para o setor imobiliário. Assim, em 1955, margeando a estrada que ligava Rio Verde a Goiânia, hoje Avenida Rio Verde, foram criados os loteamentos Vila São Thomaz, Vila Mariana, Jardim Luz, Jardim Helvécia e Bairro Hilda, e na estrada que ligava Goiânia a Itumbiara, a atual Avenida São Paulo, surgiram os bairros Vila Brasília, Vila São Joaquim, Vila Real e Parque Primavera (Figura 17), que pertenciam à cidade de Goiânia.

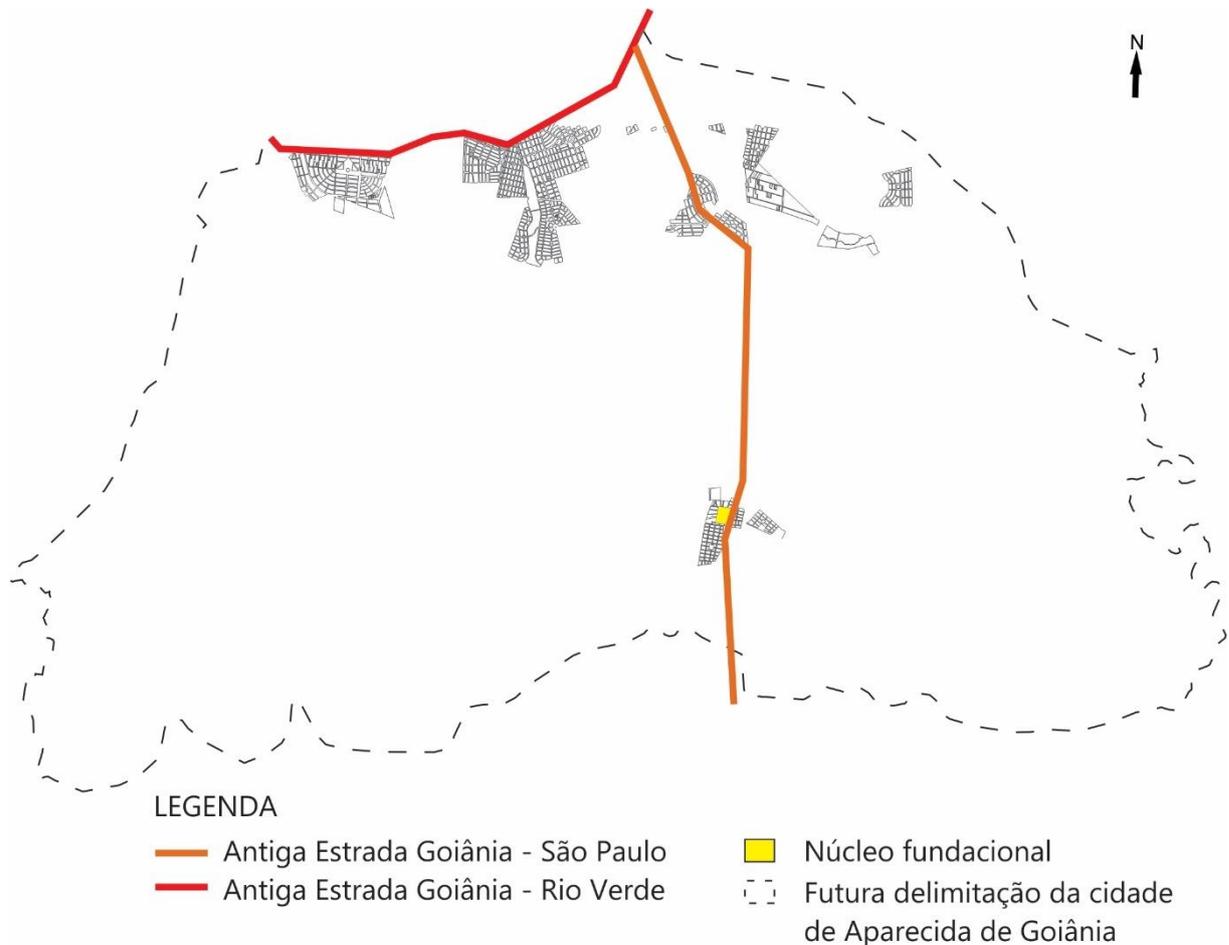


Figura 17: Mapa de Aparecida - Estradas e Loteamentos da década de 1955.
Fonte: Mapa produzido por Raul Alvarenga.

Com esse espraiamento urbano na direção Sul de Goiânia, em 1958, por meio da Lei Municipal nº 1.295, o povoado de Aparecida retoma a condição de distrito e são estipuladas as suas novas divisas, que englobavam todos esses bairros mencionados por estarem situados na parte sul da estrada estadual Goiânia – Rio Verde. Esta mesma lei eleva o núcleo fundacional de Aparecida à categoria de vila, tendo seu nome alterado para Aparecida de Goiás. Entretanto, desde 1956 já existia na cidade de Itapaci um distrito com este mesmo nome criado pelas Leis nº 60 e 61, ambas de 30 de agosto de 1956 (IBGE, 1958). Desta forma, por não poder haver nomeações semelhantes para o mesmo núcleo urbano, em dezembro do mesmo ano, a Lei Municipal nº 1.406, modifica o nome de Aparecida de Goiás para Goialândia, “formado de GOIA de Goiânia e LÂNDIA de Hidrolândia, o que indicaria uma vila situada entre os municípios de Goiânia e Hidrolândia” (MELO, 2002, p.09).

A alteração do nome de Aparecida para Goialândia não foi aceito pela população, que continuou utilizando o nome de sua fundação, como mostra uma

manchete do jornal Folha de Goiaz de 1959, em que está escrito: “Prêso (sic) em Aparecida um companheiro do Aranha” (Figura 18). Com a leitura desta manchete, percebe-se também que Aparecida contava com a guarda de um comandante local, mas, ao prender o infrator, ele foi levado para a delegacia de Goiânia, pois o distrito não contava com este equipamento urbano.



Figura 18: Manutenção do nome Aparecida.
Fonte: Jornal Folha de Goiaz de 1959.

Percebe-se que após a elevação de Aparecida à categoria de distrito, a vila começou a contar com uma modesta estrutura administrativa a ponto de que, em 1960, fosse divulgado no Diário Oficial do Município de Goiânia o nome do Sr. Antônio Elias de Deus, que fazia parte do poder executivo e era responsável pela subprefeitura do distrito de Goialândia. Segundo Melo (2002), a função destes subprefeitos era de:

[...] meros coletadores de diminutos tributos (impostos e taxas), que sequer cobriam as defasadas folhas de pagamento da subprefeitura que igualmente não dispunha de maquinário e elementos humanos para execução ou prestação de serviços na pequena comunidade de “Goialândia” e seus arredores. (MELO, 2002, p. 55).

A constatação de Melo (2002) sobre os “diminutos tributos” da subprefeitura de Goialândia estava correta, visto que no Diário oficial do Município de Goiânia de 20

de dezembro de 1960, ao ser apresentado o balancete da tesouraria da prefeitura, Goialândia foi o distrito que menos arrecadou (Tabela 1).

Tabela 1: Balancete da tesouraria, referente ao mês de maio e junho de 1960.

Balancete da Tesouraria, referente ao mês de maio e junho de 1960			
	Maio	Junho	Total
Coletoria Municipal Central	1.042.930,40	3.484.935,70	4.527.866,10
Coletoria Municipal de Campinas	4.059.573,10	37.821,30	4.097.394,40
Sub. Prefeitura de Goialândia	5.929,10	1.942,60	7.871,70
Sub. Prefeitura de Senador Canedo	4.940,40	4.491,80	9.432,20

Fonte: Diário oficial do município de Goiânia, editado por Raul Alvarenga.

Mesmo com as dificuldades financeiras e com a falta de mão de obra, a representação política por meio do subprefeito resultou em investimentos municipais que levaram à obtenção de melhorias para o distrito. Assim, ao final dos anos de 1960, é construída no bairro Vila Brasília a primeira escola Técnica de Corte e Costura (Lei nº 1.678) e é publicado no Diário Oficial de 21 de abril de 1960 o nome do senhor Deraldo Lisboa Santos pra o cargo de Juiz Distrital do Distrito de Goialândia. No que tange às transformações do núcleo central, o governo municipal liberou 66.520 cruzeiros para a construção dos muros do cemitério e do coreto em frente à igreja Nossa Senhora Aparecida, além de levar energia para o centro da vila de “Aparecida” conforme consta na reportagem da Figura 19.



Figura 19: Iluminação pública.
Fonte: Jornal Folha de Goyaz de 1960.

Com a chegada da energia elétrica e a construção do coreto em 1960, surge em Aparecida (nome ainda utilizado pela população) o começo de sua vida noturna. Assim, com dois postes, um perto da igreja, na rua José Candido de Queiroz, e outro do outro lado, na rua 11 de maio, Zequinha Batista, morador de Aparecida àquela época, relata que o local se transformou em um espaço do “vai e vem” onde os garotos do distrito passavam para um lado e as moças para o outro, cruzando olhares apaixonados (SIMONE, 2014, p, 89).

Outro fato que marca o aflorar de Aparecida para as questões econômicas e urbanas é o interesse da Arquidiocese de Goiânia em registrar o seu patrimônio, que foi fruto de doações dos fundadores do povoado em 1922. Em 1960, a Arquidiocese reconheceu a procura por lotes em Aparecida e ordenou o mapeamento e loteamento de todas suas terras, elaborando, então, o primeiro e único mapa cadastral do centro de Aparecida (Figura 20), que até hoje é utilizado pela prefeitura sem nenhuma atualização. Após este loteamento, a igreja deu início às vendas de seu patrimônio no início da década de 60 (Figura 21).

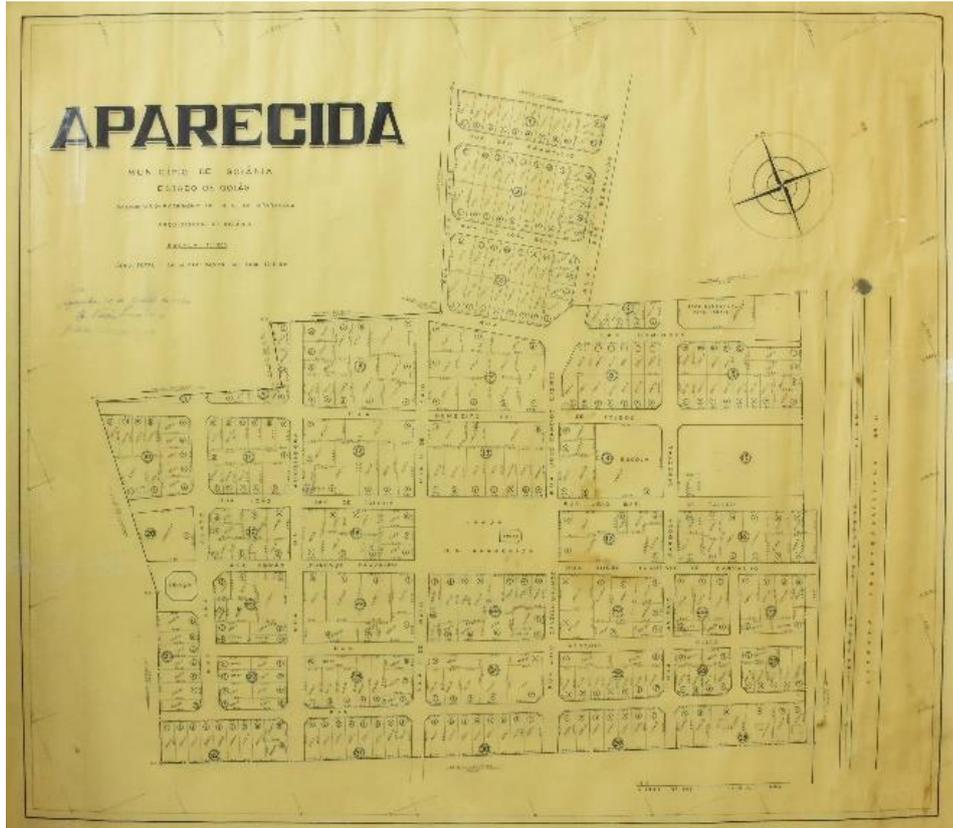


Figura 20: Mapa de 1960 do centro de Aparecida de Goiânia.
 Fonte: Arquidiocese de Goiânia.

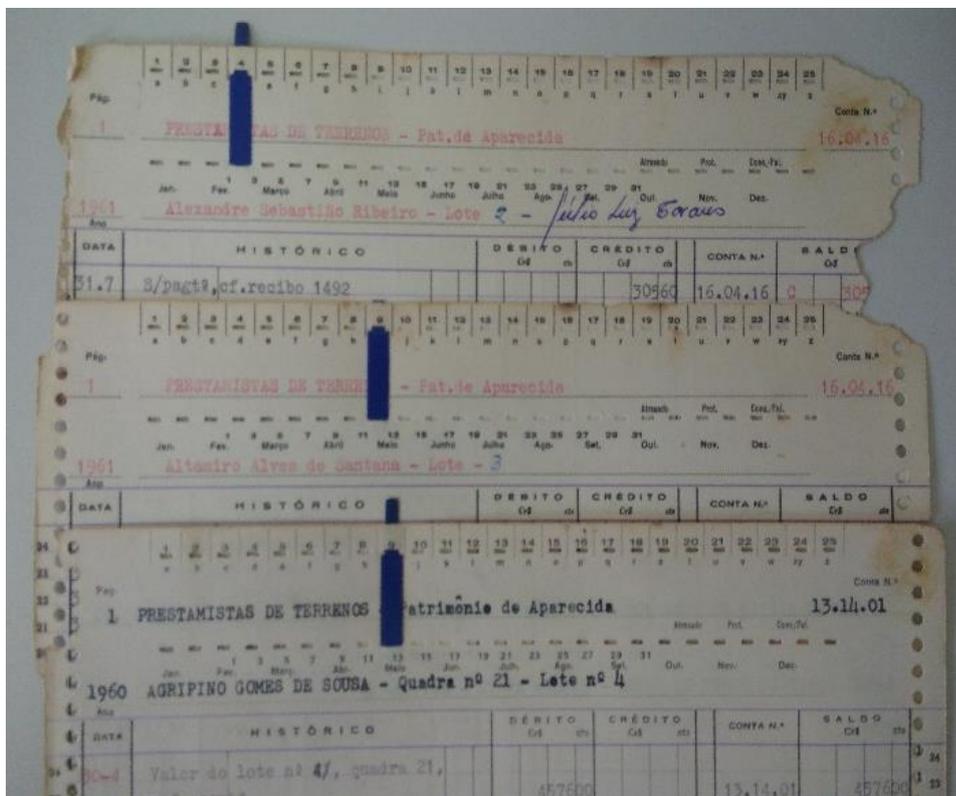


Figura 21: Recibo de Venda dos lotes da Igreja.
 Fonte: Arquidiocese de Goiânia.

Neste mesmo período, Aparecida iniciava o seu movimento de expansão urbana, em especial nas divisas com Goiânia e em seu núcleo fundacional. Fora desses locais, haviam muitas áreas ociosas onde a paisagem natural era composta apenas por mato e árvores. Desta forma, o governador Mauro Borges, em 1962, enxerga neste espaço ermo um ótimo lugar para construir o Centro Penitenciário de Atividades Industriais do Estado de Goiás - CEPAIGO (Lei nº 4.191. 1962), pois na época tratava-se de um lugar desabitado, sem nenhuma construção em volta, mas relativamente próximo à capital.

Em 1963, Aparecida continuava crescendo devido à proximidade com Goiânia e ao baixo valor de mercado de seus lotes em relação aos da capital, sendo preciso aprovar a Lei Municipal de nº 2.228 de 15 de fevereiro de 1963, que aumentou em 50% o valor de todos os lotes do distrito. Esta valorização das terras do distrito fez com que um grupo de moradores buscassem pela emancipação de Aparecida.

Desta forma, em 1963 Aparecida consegue sua emancipação política e econômica, no entanto, marca em seu nome toda a dominação que a capital teve sobre o atual município. Isso ocorre pelo fato de ser inserido ao nome de Aparecida o complemento “de Goiânia”, visto que na ortografia da língua portuguesa a utilização da preposição “de” é utilizada para estabelecer uma relação de subordinação entre as palavras, sendo que um dos objetivos é expressar a relação de origem, fazendo com que a história de Aparecida remeta sempre à história de Goiânia.

Portanto, conclui-se que até a ocasião da emancipação de Aparecida de Goiânia a história da cidade é marcada por diversas adversidades que dificultaram um desenvolvimento mais vertiginoso, tendo sido o período de 1930 até 1960 o seu período de maiores desafios. Nele, Aparecida lutou contra o esquecimento perante o poder municipal de Goiânia e buscou formas de sobreviver ao crescimento de Goiânia, que ainda continuaria interferindo no processo de formação urbana da cidade como será visto no próximo capítulo.

3. A MODERNIZAÇÃO SEM MODERNIDADE E A CONVIVÊNCIA COM A TRADIÇÃO

3.1. O prefeito, a cidade e o discurso de crescimento urbano

A criação do município de Aparecida é devedora aos esforços de Tanner de Melo e Freud de Melo, dois homens de grande relevância para a história da cidade. Tal processo se deu a partir do antigo distrito de Goialândia, em 1963, por meio da Lei nº 4.927, de 14 de novembro. Segundo Melo (2002), no distrito de Goialândia não havia quantidade de habitantes necessária para uma emancipação e muito menos uma arrecadação mínima, pois, naquela época, “Aparecida não dispunha de qualquer órgão coletador (sic) de tributos” (MELO, 2002, p. 28). Diante desta impossibilidade, Freud de Melo forjou dados para que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) fornecesse uma certidão afirmando que naquele distrito existiam 1.082 habitantes na zona urbana e 5.994 habitantes na zona rural, com uma arrecadação de CR\$ 170.496,00. Essa adulteração de dados só foi possível pois, até então, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) não havia feito nenhum levantamento estatístico do distrito, fato que só foi ocorrer em 1980, quando Aparecida de Goiânia já havia se emancipado.

Com a certidão fornecida pelo IBGE, os irmãos Tanner e Freud de Melo foram encontrar com o então senador Pedro Ludovico, uma vez que a emancipação de Aparecida só seria possível com o seu aval, pois ele era contrário a qualquer ação que pudesse prejudicar Goiânia. Assim, para conquistar Pedro Ludovico, Freud de Melo disse ao senador

[...] que o município a ser criado aliviaria um desdobramento administrativo de responsabilidade da própria Capital, que seríamos um dormitório benéfico a Goiânia e que, futuramente, as indústrias em uma natural rotatividade chegariam rumo à Aparecida, despoluindo Goiânia. (MELO, 2002, p. 33).

Segundo Melo (2002), Pedro Ludovico apoiou a emancipação de Aparecida não pelas falas de Freud Melo, que viriam a tornar-se verdadeiras, mas pelo fato do senador ser amigo pessoal de Mário Melo, pai de Tanner e de Freud. Desta maneira, o projeto foi encaminhado e aceito pela Assembleia Legislativa, em seguida foi

rapidamente sancionado pelo então governador Mauro Borges e publicado no Diário Oficial do Estado o Decreto Lei Nº 4.927 de 1963, que diz:

Art. 1º - É criado o município de Aparecida de Goiânia que se constitui da área territorial do distrito de Aparecida, do município de Goiânia.

Art. 2º - As divisas do município de Aparecida serão as seguintes: Começa no alto da serra do córrego Fundo, na rodovia estadual Bela Vista de Goiás-Goiânia; segue por esta rodovia até o seu cruzamento com a rodovia federal Goiânia - Itumbiara; segue por esta rumo Rio Verde até encontrar as divisas do município de Guapó. (GOIÁS, 1963).

No texto da Lei nº 4.927, mesmo que de forma discreta, pode ser notado como o discurso de crescimento envolve o território do município. Ao ler o texto, dá a entender que as divisas do município de Aparecida abrangem toda a área noroeste de Bela Vista, a parte sul de Goiânia e a parte nordeste de Guapó. Entretanto, a forma como essas divisas foram escritas na lei nunca ocorreu de forma integral, visto que os limites a nordeste de Aparecida nunca chegaram até Guapó. Como pode ser visto na Figura 22, em 1950 já existia o distrito de Abadia de Goiás, pertencente a Goiânia, e o município de Aragoiânia, que foi emancipado em 1958. Além disso, o texto não menciona o limite ao sul da cidade de Aparecida, que faz divisa com o município de Hidrolândia. Desta forma, o leitor desavisado, ao ler a lei de forma ingênua, acredita que há uma cidade com extensão territorial bem ampla, mas ao olhar no mapa, não são encontradas essas divisas estipuladas na lei.



Figura 22: Limites de Aparecida de Goiânia em 1963.
Fonte: Mapa elaborado por Raul Alvarenga.

A despeito da nova condição de município, Aparecida de Goiânia surgiu com os mesmos problemas de quando era distrito de Goiânia. Dentre estes problemas destacam-se a enorme escassez de recursos financeiros que dificultava qualquer tipo de investimento público; a ínfima população que, segundo MELO (2002), não chegava a 2.000 habitantes; e um princípio de espraiamento urbano, visto que em 1963 Aparecida de Goiânia já contava com mais de nove bairros⁷, sendo que apenas o Jardim Belo Horizonte e a Vila Souza eram próximos ao centro da cidade e o restante dos bairros margeavam os limites entre Aparecida e Goiânia.

Com uma população pequena, a cidade contava com “[...] menos de 100 eleitores, distribuídos em Vila Brasília, na sede aparecidense e na zona rural” (MELO, 2002, p. 29). Isso dificultou a eleição do primeiro prefeito de Aparecida de Goiânia, que só foi ocorrer três anos após a emancipação, em 1966, quando elegeram o senhor Tanner de Melo para o cargo de prefeito da cidade, que governou junto a seu vice Antônio Elias de Deus até 1969.

Ao assumir a prefeitura de Aparecida de Goiânia, o ex-prefeito Tanner de Melo teve a difícil tarefa de iniciar a vida política da cidade. As reuniões da Câmara eram feitas nas casas dos vereadores, no salão paroquial da Igreja Nossa Senhora Aparecida e nas salas da Escola Isolada do Povoado de Aparecida (hoje, atual Colégio Estadual Dom Pedro I) em virtude da sede da Prefeitura da cidade ficar alojada em um pequeno cômodo anexado à casa do prefeito e seu espaço não comportar tais reuniões.

O ex-prefeito Tanner de Melo passou por diversas dificuldades por ser o primeiro prefeito de uma cidade recém-criada, entre elas, a dificuldade de arrecadação financeira. De acordo com Melo (2002),

Os governantes estaduais, esquecendo-se que Aparecida existia, negavam-lhe qualquer auxílio, não inserindo nos exercícios orçamentários e financeiros do Estado verbas correspondentes, o que igualmente acontecia com o governo da União que não destinava sequer ajuda institucional, como de praxe em favor de outros municípios goianos melhor credenciados, pela sua importância econômica e eleitoral. (MELO, 2002, p. 62)

⁷ São eles: Jardim Helvêcia, Bairro Ilda, Vila Mariana, Jardim Nova Era, Vila São Tomás, Jardim Luz, Cidade Satélite São Luiz, Vila Brasília, Chácara São Pedro, Vila São Joaquim, Jardim Transbrasiliiano e Parque São Jorge.

Mesmo com todas essas adversidades, o ex-prefeito Tanner de Melo conseguiu levantar verba para comprar um trator com objetivo de abrir novas ruas e arrumar as estradas de terra já existentes, porém, este veículo foi comprado já em mal estado de conservação, o que o impossibilitou de prestar qualquer tipo de serviço para a cidade, além de desperdiçar a escassa verba pública. Ainda no mandato de Tanner, foram iniciadas as obras do colégio estadual localizado no bairro Vila Brasília. A construção desta segunda escola estadual de Aparecida de Goiânia neste bairro evidencia a sua relevância para toda a cidade, pois, segundo Camilo (2014), em meados da década de 1960 o bairro já se destacava por possuir o maior número de habitantes da cidade. Além disso, no bairro Vila Brasília havia o princípio de uma conurbação entre a Goiânia e Aparecida de Goiânia, o que demonstra que era um local de grande interesse.

Com sua localização na divisa das duas cidades (Figura 23), o bairro Vila Brasília ficava a 8 km do centro de Goiânia e a 14 km do Centro de Aparecida, portanto, um maior número de habitantes optou por escolher este local para residir, pois o acesso à Goiânia ficava mais fácil, além dos lotes possuírem preços mais acessíveis do que na capital. Isso fez com que o bairro ganhasse uma forte força econômica e política, fazendo com que em 1968, por meio da Lei Estadual nº 7.050, o bairro se elevasse à condição de distrito dentro do município de Aparecida de Goiânia.



Figura 23: Relação entre o bairro Vila Brasília e o centro de Goiânia e de Aparecida.
Fonte: Mapa produzido por Raul Alvarenga.

O ex-prefeito Tanner de Melo chegou ao final de seu mandato sem ter conseguido inaugurar o Colégio Estadual da região de Vila Brasília, que só foi concluído na administração de seu sucessor Licídio de Oliveira, que governou de 1970 a 1973. Segundo Melo (2002), Licídio foi um prefeito de gestos simples, que exercia simultaneamente a função de prefeito e de mecânico dos pouquíssimos maquinários existentes na prefeitura. Sua gestão foi marcada por conseguir concluir a obra do Colégio de Vila Brasília e por construir as escolas Itagiba Laureano Dorneles 1 e 2, localizadas no Sítio Santa Luzia e na Vila São Pedro.

O período de 1973 a 1977 foi administrado pelo ex-prefeito Elmar Arantes Cabral e seu vice Felix Dias da Silva. A campanha política do ex-prefeito Elmar foi marcada por um acordo entre as composições partidárias da cidade, MDB e ARENA, que decidiram lançá-lo sozinho para a campanha eleitoral municipal. Essa campanha política sem concorrência partidária reflete a vagarosa evolução política da cidade que, mesmo após 10 anos do primeiro prefeito, não havia conseguido criar uma atmosfera política favorável para o engajamento da população no cotidiano político de Aparecida de Goiânia.

Essa falta de participação da população na política pode ser explicada por dois fatores. O primeiro é devido ao movimento pendular que a população tinha com relação a Goiânia e Aparecida, uma vez que muitos moradores saíam cedo de suas casas para trabalharem na capital e só voltavam à noite. Isso, segundo Pinto (2009-b, p.47), categorizou a cidade com o estereótipo de “cidade dormitório”, sendo que a partir da década de 1970 este movimento ficou ainda mais constante. Desta forma, o cidadão aparecidense conhecia mais o contexto político de Goiânia do que de sua própria cidade.

O segundo fator se dá pela dificuldade financeira que a prefeitura enfrentava. O poder administrativo da cidade não conseguiu construir uma sede administrativa e nem executar um número significativo de novos equipamentos urbanos que atendessem às demandas da população, desta forma, ao longo dos anos, a prefeitura de Aparecida de Goiânia passou de forma quase despercebida perante a sua população. Devido à baixa arrecadação tributária do município, até mesmo as execuções de serviços básicos, como a coleta de lixo em toda a cidade e o patrolamento das ruas, ficavam prejudicadas. Assim, por não realizar obras de melhorias na cidade, a figura do prefeito não era lembrada pela população.

Em 1972, foi aprovada na Câmara Municipal de Goiânia a Lei nº 4.526, que passou a regularizar os novos loteamentos da capital, exigindo infraestrutura básica como água, pavimentação e rede pública de iluminação. Essa medida conteve a alta oferta de lotes goianienses e, conseqüentemente, aumentou seu valor. Isso causou uma maior procura por lotes aparecidenses em razão da proximidade com a capital, associada ao baixo valor venal dos imóveis. Desta forma, entre as décadas de 1970 a 1980, Aparecida de Goiânia teve um aumento populacional de 19% (PINTO,2009-b, p. 95).

Com o aumento populacional de Aparecida impulsionado pela valorização dos lotes goianienses, o ex-prefeito Elmar Arantes conseguiu arrecadar verba para iniciar a construção da Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia (onde hoje está sediada a Secretária do Planejamento de Aparecida de Goiânia – SEGPLAN), reunindo em um único prédio toda a parte administrativa da prefeitura. Na escolha do local para a implantação da prefeitura, optou-se por um terreno localizado no centro fundacional da cidade e que ficasse entre a Igreja Nossa Senhora Aparecida e a atual Br-153 (Figura 24), pois, assim, o fluxo para o distrito de Vila Brasília e para a cidade de Goiânia seria facilitado.

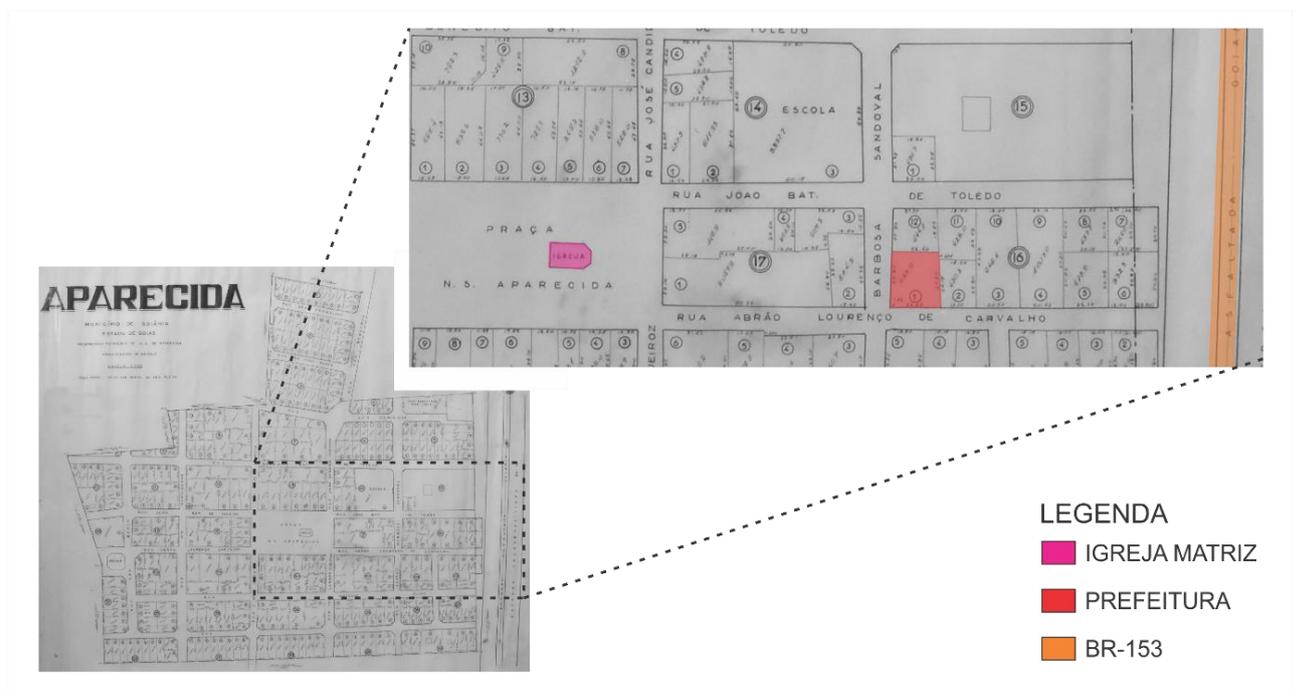


Figura 24: Localização do lote escolhido para construção da Prefeitura.
Fonte: Mapa da Arquidiocese de Goiânia editado por Raul Alvarenga.

A escolha do local para a construção da prefeitura de Aparecida pelo ex-prefeito Elmar Arantes marcou um retorno do olhar público municipal para o centro histórico, que contava apenas com a escola Dom Pedro I (de 1955) como sendo o único equipamento público localizado no núcleo fundacional da cidade. Esta escola ofertava até o ensino fundamental, porém, ao concluir este nível, os jovens que residiam no centro e em seu entorno eram obrigados a se deslocarem para o distrito de Vila Brasília, ou até mesmo para Goiânia, para conseguir dar continuidade aos seus estudos.

Com a tentativa de manter os moradores aparecidenses no centro da cidade, o ex-prefeito conseguiu junto ao governo estadual o financiamento para a construção da Escola Estadual de 1º Grau de Aparecida de Goiânia, localizada no núcleo fundacional da cidade, além de uma quadra de esportes ao fundo da escola. Esta escola deveria implantar os três níveis do ensino básico em etapas distintas, sendo o ensino infantil em 1979, o fundamental em 1980 e o médio em 1981. Este fato foi exaltado no histórico do regimento interno da escola, que diz:

Com as transformações sofridas pela cidade, desde que, foi levado ao poder executivo o jovem Elmar Arantes Cabral, uma figura de notável valor intelectual e de ampla visão, sentiu o mesmo que era necessário instruir o povo, para ser um governante feliz, estando assim em paz com sua consciência de que estava dando ao povo o maior tesouro que pode possuir um ser humano; foi com este espírito que iniciou a batalha, junto ao Governo do Estado e ao magnífico órgão da “SUPLAN”, no sentido de ser construído em nossa cidade o prédio para o funcionamento da referida Escola, onde mais tarde com a benevolência do Sr. Secretário da Educação e Cultura, conseguimos fazer de fato, funcionar a Escola Estadual de 1º grau de Aparecida de Goiânia.

Quando para todos, tudo não passava de uma utopia, pois já se findava os cinquenta anos de sono e ninguém mais esperava pelo despertar, surgiu uma cabeça pensante que deu o grito de alerta, acordando a todos para a realidade, realidade esta que foi a entrega da Escola aos jovens aparecidenses que se encontravam no caos, e com isto pudemos ver a alegria estampada nos rostos daqueles jovens que queriam uma transformação, faltava alguém que lhes mostrasse o caminho (ESCOLA ESTADUAL DE 1º GRAU DE APARECIDA DE GOIÂNIA, 1992).

Como pode ser observado na leitura do documento histórico da escola, há muito mais um enaltecimento do prefeito e dos órgãos públicos do que uma explanação detalhada do seu processo de formação, o que diz muito sobre a história de Aparecida de Goiânia, em que os agentes das transformações são mais

reconhecidos do que a própria cidade e seus equipamentos urbanos. Percebe-se que nesse momento histórico da cidade o discurso de crescimento urbano é voltado para o centro histórico e não mais para as regiões que fazem divisa com Goiânia. De acordo com o discurso escrito no documento da escola, era preciso “acordar” o centro da cidade, buscando uma “transformação” e para isso era preciso que houvesse uma pessoa para “mostrar o caminho”. Desta forma, o prefeito foi considerado como o salvador de um local que estava há “cinquenta anos” adormecido.

Contudo, observa-se que esse discurso empregado à época sobre despertar o centro da cidade para a “modernidade” era apenas um discurso político que buscava confrontar com as ideias expansionistas de Freud de Melo, que iria a vir se candidatar nas eleições de 1977. É certo afirmar que o núcleo fundacional de Aparecida se transformava em um ritmo mais lento ao comparar com os demais bairros da cidade que margeavam os limites municipais com Goiânia, mas ele não estava a cinquenta anos inerte como propagado no documento histórico da escola. Isso pode ser comprovado pelo fato de que em 1955 houve uma construção de grande relevância, a Escola Isolada do Povoado de Aparecida (hoje Colégio Estadual Dom Pedro I), o que revela que o crescimento da cidade era utilizado como estratégia de discurso para que figuras políticas se autopromovessem.

Em toda a história da cidade verifica-se que há muita exaltação política acerca das ações realizadas pelas figuras dos prefeitos, deixando em segundo plano o relato detalhado dos acontecimentos históricos, o que levou ao desconhecimento de grande parte da história da cidade. Isso pode ser percebido pelo nome da escola, decretado na Lei Estadual nº 8.408 de janeiro 1978 (Figura 25), que a oficializou como Escolas Estaduais Aparecida de Goiânia e de Aparecida.

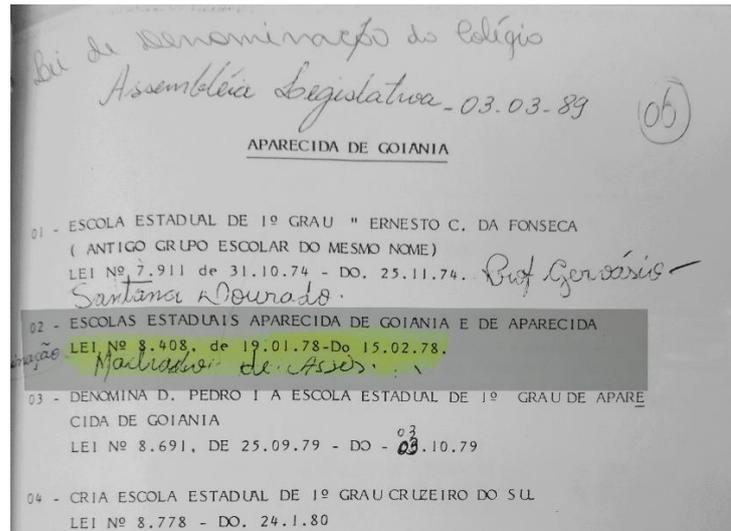


Figura 25: Nomenclatura da escola determinada pela Lei nº 8.408.

Fonte: Registro Histórico da Escola Estadual de 1º Grau de Aparecida de Goiânia.

Nota-se que em 1978 a escola já estava construída, mas foi apenas neste ano que foi regularizada pelo governo, quando os deputados estaduais adicionaram o complemento “e de Aparecida” ao nome da escola, remetendo à lógica do imaginário goianiense que existiam duas cidades: o nome Aparecida de Goiânia retratava o distrito da Vila Brasília, onde havia um maior número habitacional e de comércios, e o nome Aparecida representava o centro histórico, que era considerado como uma outra cidade. Esse acontecimento evidenciava o quanto a cidade de Aparecida de Goiânia era negligenciada pelos governantes estaduais, que desconsideravam o contexto histórico de formação da cidade.

O segundo episódio na história deste colégio, em uma escala de menor grau, remete aos problemas administrativos e territoriais da cidade e trata-se da falta de escritura do terreno. Isso aconteceu quando o ex-prefeito Elmar Arantes doou o terreno para o estado de Goiás com o objetivo de construir a escola, contudo, o terreno não pertencia à prefeitura, mas sim aos Padres Redentoristas, pois era parte da área doada à igreja na formação do povoado de Aparecida, como pode ser visto no mapa feito pela arquidiocese (Figura 26). Mesmo que esse mapa tenha sido elaborado na década de 1960, por não haver uma estrutura administrativa da prefeitura até 1977 que fosse capaz de cadastrar os terrenos, as terras da igreja não haviam sido regularizadas pela prefeitura. Desta forma, o terreno onde hoje se encontra o Colégio Estadual Machado de Assis (antes nomeado de Escolas Estaduais Aparecida de Goiânia e de Aparecida) não havia sido escriturado, o que só foi ocorrer em 1983.

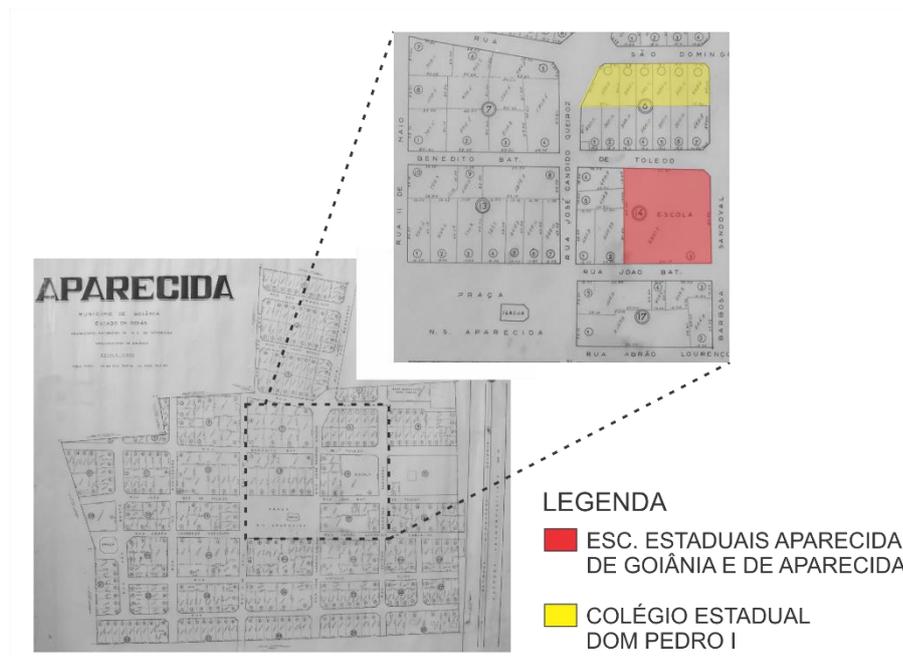


Figura 26: Escolas Estaduais Aparecida de Goiânia de Aparecida.
Fonte: Mapa da Arquidiocese de Goiânia editado por Raul Alvarenga.

O mandato do ex-prefeito Elmar Arantes chegou ao fim em 1977, quando assumiu a prefeitura o senhor Freud de Melo e seu vice José Fabiano, que governaram até 1981. O governo do ex-prefeito Freud de Melo é marcado pela grande expansão territorial da cidade. Ao realizar isso, ele considerou que, devido à proximidade da cidade com a capital, Aparecida de Goiânia deveria contribuir com as necessidades de crescimento da mesma, oferecendo todo o seu território como uma forma de alongamento territorial para Goiânia. Acerca disso, Freud de Melo comenta:

[...] resolvi estimular a proliferação imobiliária em Aparecida de Goiânia, promovendo o seu crescimento demográfico [...]. Então, decidi lotear quase todo o território municipal, no sentido Goiânia à Aparecida, mais pelo seu lado direito [...], certo de que no futuro ali se assentaria o maior setor residencial do Estado e, muito habitado, abrigaria uma farta mão-de-obra migrante [...] (MELO, 2002. p. 69 e 70).

Na década de 1970, a cidade de Aparecida de Goiânia começava a crescer e se destacar aos olhos do trabalhador como um local possível de ser realizado o sonho da casa própria. Ao entender o momento em que a cidade vivia, o ex-prefeito Freud de Melo aproveitou desta oportunidade e potencializou o seu “progresso”, revertendo a renda arrecadada dos recentes loteamentos em novos investimentos espalhados pela cidade. Assim, conseguiu trazer para o distrito de Vila Brasília os primeiros

condomínios verticais com até quatro pavimentos, localizados na avenida Rio Verde, que faz divisa com Goiânia (Figura 27). As ações de infraestrutura realizadas neste período são: pavimentação das ruas do centro histórico (Figura 28) e da Vila Brasília; delimitação e oficialização da Praça da Matriz, local onde se encontra a Igreja Nossa Senhora Aparecida (Figura 29); conclusão da sede administrativa da prefeitura e construção da primeira delegacia de polícia de Aparecida de Goiânia (Figura 30).



Figura 27: Primeiros condomínios verticais de Aparecida de Goiânia.
Fonte: Arquivo pessoal de Freud de Melo editado por Raul Alvarenga.



Figura 28: Pavimentação de Aparecida de Goiânia na década de 1979.
Fonte: Arquivo pessoal de Freud de Melo.



Figura 29: Delimitação da Praça da Matriz.
Fonte: Arquivo pessoal de Freud de Melo.

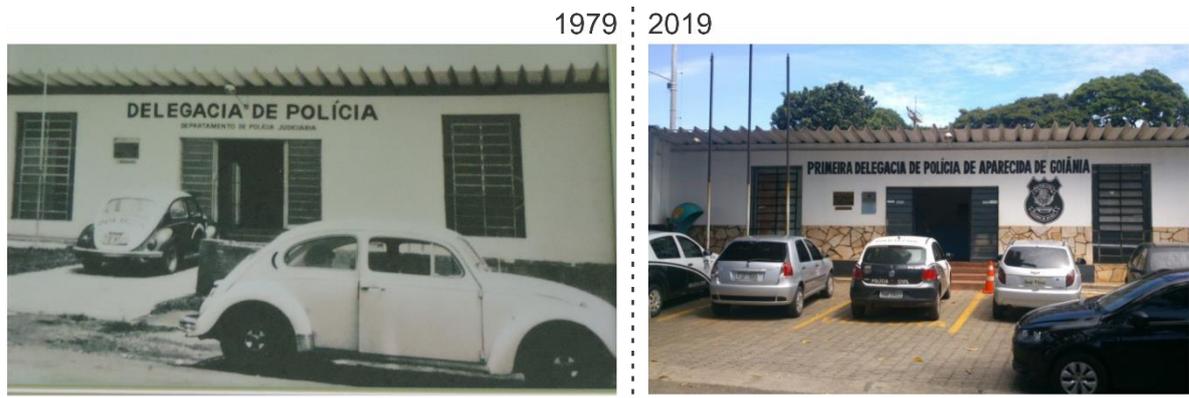


Figura 30: Delegacia de Polícia de 1979 e de 2019.
Fonte: Arquivo pessoal de Freud de Melo (1ª imagem) e arquivo pessoal do autor (2ª imagem).

Apesar de todos estes esforços, a cidade acumulou uma série de problemas causados pelo discurso expansionista propagado pelo ex-prefeito Freud de Melo, discurso que contribuiu para a alteração da configuração urbana de Aparecida de Goiânia. Segundo Freud (2002), no período de seu mandato a área loteada alcançava 70% da zona urbana da cidade, restando 30% para a zona rural. Esses dados, entretanto, são contestados por Moysés (2004), que afirma que esse parcelamento se estendeu por todo o território aparecidense, tendo, portanto, 100% de sua área parcelada. De acordo com Camilo (2014), a proporção dessa expansão urbana promovida pelo ex-prefeito Freud de Melo não possuía nenhuma justificativa técnica, pois Aparecida de Goiânia contava com apenas 7.470 habitantes e, após a liberação dos loteamentos, a cidade passou a ter 110 novos loteamentos, o que totalizou cerca de 151.011 lotes.

Desta maneira, para atender de forma mútua aos desejos do mercado imobiliário e à necessidade de capitalização da prefeitura, os novos loteamentos, que eram aprovados a toque de caixa, surgiram sem nenhum tipo de exigência para a sua implantação, com inúmeros problemas de desordem urbana e que, segundo Camilo (2014, p. 62), dificilmente comportaria “[...] uma estrutura racional para distribuição de serviços ou para o sistema viário”. Isto contrariava a Lei federal nº 6.766 de 1979, que diz que a fração de um terreno só pode ser considerada lote quando estiver inserida em uma área servida de infraestrutura básica.⁸

Sobre este fato, Freud de Melo, em seu livro *Aparecida de Goiânia: do zero ao infinito*, nega que estes loteamentos foram construídos à revelia. Segundo ele:

Ao contrário do propalado, os loteamentos levados a efeito não foram aprovados de qualquer maneira e sim dentro de um esquema planejado, tudo na forma da lei, apropriados para o seus fins, cujos mapeamentos e traçados urbanísticos são certamente muito mais bem elaborados do que os parcelamentos de solo admitidos pela administração goianiense ao longo dos anos, muitos deles não tendo amarração entre si, não conturbando uns com os outros. (MELO, 2002, p. 70).

A afirmação de Freud de Melo revela o seu discurso político. Em seu livro, fica evidente a exaltação do seu mandato como prefeito e engrandecimento dos seus feitos. Porém, é preciso confrontar o seu discurso com os acontecimentos. A alegação do ex-prefeito sobre os loteamentos estarem “dentro da lei” não condiz com a realidade, visto que os loteadores aproveitavam da conivência da prefeitura para implementar loteamentos sem a infraestrutura básica exigida pela Lei Federal nº 6.766. Esta afirmação pode ser comprovada pelo fato de que o sistema de água trada só foi chegar em Aparecida de Goiânia após a década de 1980 e, mesmo assim, atendia a apenas 22,9% dos domicílios (CAMILO, 2014, p. 63), sendo que este é um pré-requisito básico estipulado na lei federal.

Desta forma, a “atitude bairrista”⁹ que o ex-prefeito Fred de Melo afirma ter em seu livro a respeito da cidade de Aparecida de Goiânia pode ser vista como uma atitude de entrega das terras de Aparecida para a exploração territorial da capital, já

⁸ Segundo a Lei federal nº 6.766 de dezembro de 1979, a infraestrutura básica dos parcelamentos é constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação.

⁹ Frase bastante utilizada por Freud de Melo, em seu livro *Aparecida, do zero ao infinito*, para vangloriar as suas ações políticas em prol da melhoria da cidade.

que, desde antes da emancipação, o ex-prefeito Freud acreditava que o papel da cidade era absorver as atividades que traziam desconforto à Goiânia. Assim, na década de 1980, aproveitando do discurso de crescimento urbano empregado por Freud de Melo, Goiânia transferiu mais de 70 mil pessoas que viviam em áreas de risco para os loteamentos de Aparecida.

Desta forma, percebe-se que desde a emancipação de Aparecida, os agentes de transformações urbanas sempre tinham em seus discursos palavras que remetesse ao desenvolvimento da cidade. Porém, grande parte desses atos políticos serviam apenas como falácias para autopromoção, além de interesses velados dos prefeitos, que ansiavam por ampliar a receita de impostos à medida que fossem aumentando o número de lotes vendidos. Assim, essa maneira de gerir o município contribuiu para a formação de uma cidade espalhada, com grandes vazios urbanos na região sul, local mais próximo do seu centro histórico, e um maior número de ocupações na parte norte da cidade, região mais próxima da divisa com Goiânia (Figura 31).

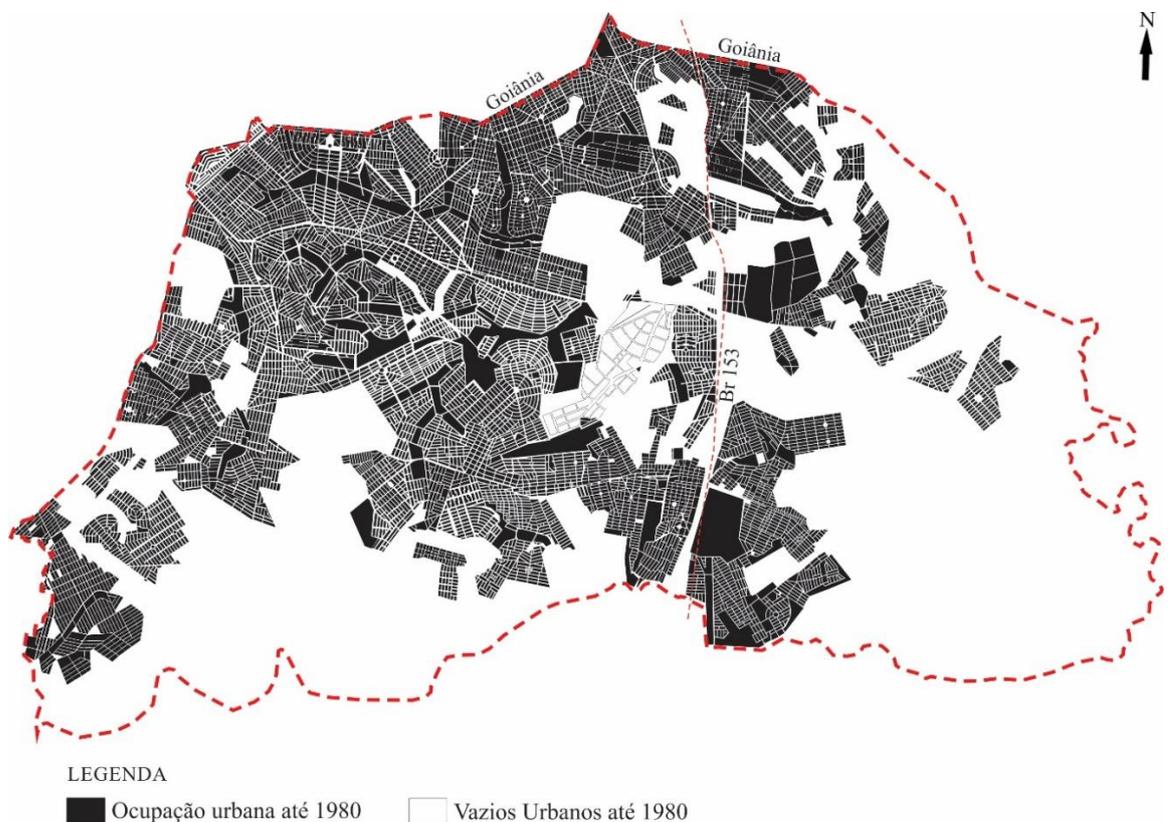


Figura 31: Mapa de Aparecida - Ocupação e vazios urbanos.
Fonte: Mapa elaborado por Raul Alvarenga.

3.2. O tradicional centro fundacional e os novos espaços modernizadores

A compreensão do processo de expansão dos centros urbanos reafirma a tese de que os moldes da formação urbana da cidade de Aparecida de Goiânia remetem ao século XIX, uma vez que o seu centro fundacional se originou e cresceu com as mesmas características das cidades do século passado. Verifica-se nessas cidades a igreja como o eixo principal e, ao seu redor, as casas dos principais fazendeiros da região. De acordo com Corrêa (1989), esta era uma forma de segregação social, visto que as famílias de melhor poder aquisitivo se encontravam no centro da urbe junto aos principais comércios e, à medida que se distanciava do centro, começava a ser formada a periferia, onde a renda familiar era menor. Segundo Corrêa (1989), esse modelo de formação urbana em que os poderes econômico, político e religioso se encontravam no centro aconteceu até a metade do século XIX, pois

[...] a mobilidade de intra-urbana era muito limitada e a localização junto ao centro da cidade constituía uma necessidade para a elite porque ali se localizavam as mais importantes instituições urbanas [...] a localização central da elite se devia, pois, a uma questão de acessibilidade às fontes de poder e de prestígio. (CORRÊA, 1989, p. 68).

Se tratando de Goiás, e mais especificamente de Aparecida de Goiânia, é possível estender os problemas de mobilidade intra-urbana até início do século XX, considerando-se que em 1922 o povoado de Aparecida contava com apenas uma estrada de chão. Esta estrada originalmente passava pela cidade de Pouso Alto (atual Piracanjuba), atravessava as cidades de Santo Antônio das Grimpas (atual Hidrolândia) e Aparecida, chegando até Campinas e de lá poderia seguir para a capital do estado (atual Cidade de Goiás) ou para Anápolis. Visto a dificuldade de locomoção dentro do povoado de Aparecida, as principais famílias construíram suas casas ao redor da igreja, pois esta era a instituição de maior relevância do povoado naquele período. Já a população com menos recurso, construía suas casas mais afastadas deste centro fundacional.

Com a chegada de Goiânia e com seu rápido aumento populacional, toda a dinâmica de crescimento urbano do povoado de Aparecida, que até então se desenvolvia lentamente, foi alterada e o seu modelo de centralidade que se assemelhava ao século XIX começou a ser transformado paulatinamente. As transformações políticas e administrativas praticadas pela capital em Aparecida, vistas

no capítulo anterior, contribuíram para que o seu núcleo fundacional se tornasse apenas um centro geográfico, perdendo o seu poder político e econômico.

Desta forma, de acordo com Corrêa (1989), o processo de centralização que concentrava as principais atividades comerciais, de serviço e de gestão pública e privada, além dos principais acessos aos transportes públicos, não ocorreu no núcleo fundacional de Aparecida, pois Goiânia começou a exercer esse papel centralizador. Assim, com uma economia fundamentalmente rural, o centro fundacional de Aparecida não conseguiu se desenvolver a ponto de provocar uma ação de loteamento ao seu redor, enquanto Goiânia, com sua intensa dinâmica de urbanização iniciada nas décadas de 1940 a 1960, expandia seu crescimento urbano para a região sul, rumo a Aparecida.

Acompanhando o desenvolvimento de Goiânia, o crescimento de Aparecida iniciou-se em 1955 (quando ainda era um distrito de Goiânia) e tinha os seus primeiros lotes localizados no bairro Vila Brasília. Neste período, já estava exposto nos estudos de Edwald Janssen para o Plano Diretor de Goiânia, elaborado entre 1952 a 1954, estipulava uma cidade satélite de caráter residencial na região próxima à saída para a cidade de Rio Verde, local onde hoje encontra-se o bairro Vila Brasília. Assim, “[...] todas estas cidades satélites teriam seus limites rigidamente estabelecidos, com a previsão de não mais do que 25.000 habitantes cada” (GONÇALVES 2003, p.157). Mesmo que as ideias de Ewald Janssen não tenham se concretizado, o aumento populacional dessa região ganhou força em 1960 com a pavimentação da Br-153, responsável por atrair um grande contingente populacional. Portanto, em 1963, quando Aparecida de Goiânia se emancipou, já podia ser constatado um grande número de lotes afastados do seu núcleo fundacional (Figura 32). Dos 26 novos lotes que surgiram até 1960, apenas 2 eram localizados próximos ao centro e o restante estavam localizados na margem Norte de Aparecida, próximos à estrada que ligava Goiânia à cidade de Rio Verde, hoje conhecida como Avenida Rio Verde.

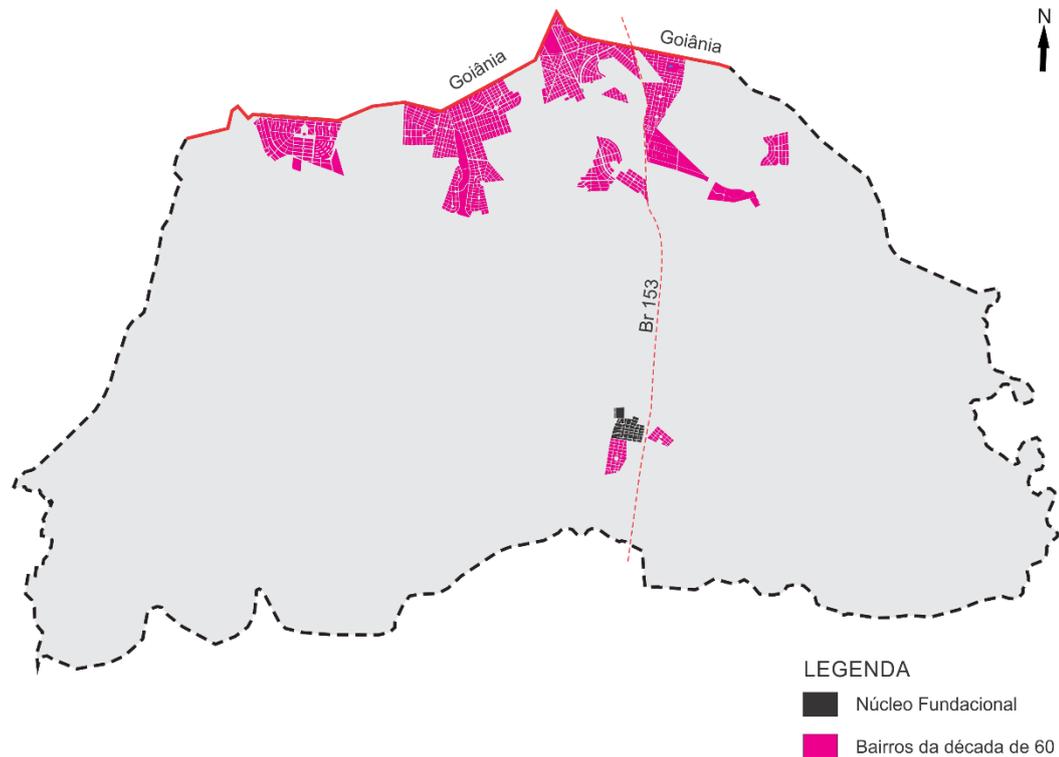


Figura 32: Mapa de Aparecida - Expansão urbana até a década de 1960.
 Fonte: Plano Diretor de Aparecida de Goiânia editado por Raul Alvarenga.

O grande crescimento populacional da malha urbana de Aparecida de Goiânia veio a acontecer entre as décadas de 1970 a 1980 (Figura 33). Segundo Santos (2008), esse período de expansão de Aparecida aconteceu em virtude do desaceleramento de Goiânia que na década de 1960 teve uma taxa de crescimento de 11,1%, de 1960 a 1970, de 9,5%, e de 1970 a 1980, de 6,8%. Já Aparecida de Goiânia, neste último período, “[...] teve uma taxa média de crescimento anual de 19,2%, sendo 37,4% da população urbana e 12,9% da população rural” (SANTOS, 2008, p.71). Dentro deste período de 1970 a 1980, devem ser levados em conta dois fatores: a aprovação da Lei Municipal de Goiânia nº 4.526 de 1972, que regulamentava com maior rigor o parcelamento urbano de Goiânia, exigindo a implantação de infraestrutura básica nos novos empreendimentos imobiliários, e posteriormente, a política expansionista empregada pelo ex-prefeito Freud de Melo, o qual loteou praticamente toda a cidade de Aparecida de Goiânia.

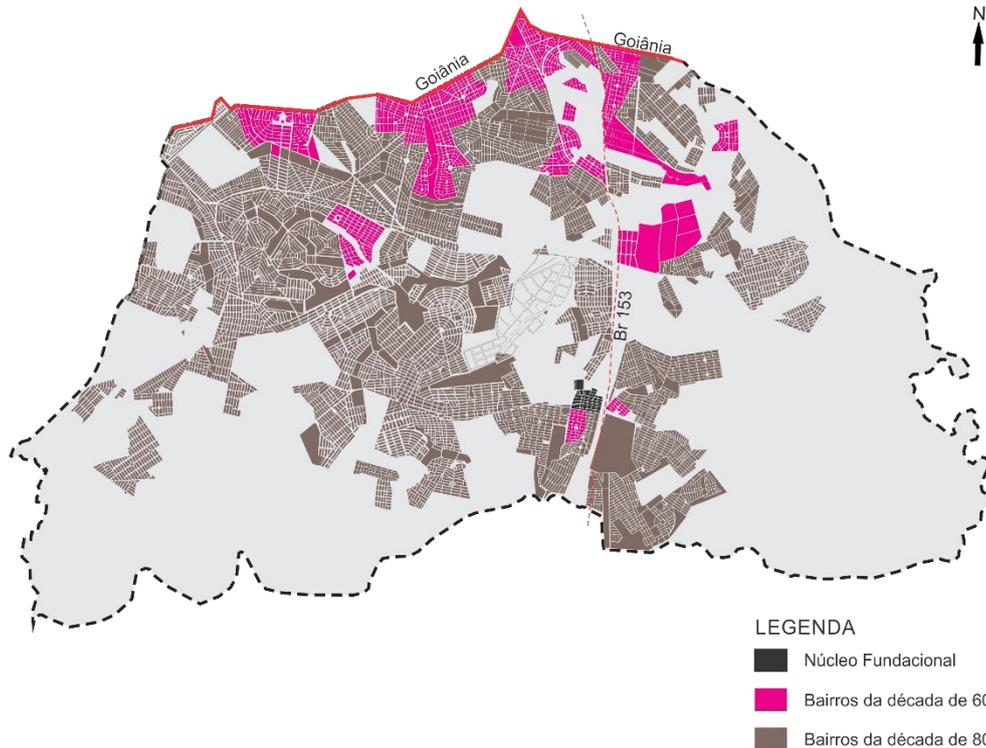


Figura 33: Mapa de Aparecida - Expansão urbana até a década de 1980.
 Fonte: Plano Diretor de Aparecida de Goiânia editado por Raul Alvarenga.

Foi neste período em que o Bairro Vila Brasília se consolidou como distrito, pois, devido a sua localização estratégica na intersecção da Br-14¹⁰ (que ligava Goiânia a São Paulo) com a estrada para Rio Verde (hoje, avenida Rio Verde), atraiu centenas de moradores que se aglomeraram no local. Este local não contava com nenhum tipo de infraestrutura básica, que só começou a se manifestar na cidade após a década de 1980 com bastante morosidade. Mesmo assim, no início da década de 1980 o distrito contava com 31.926 habitantes, sendo que toda a cidade de Aparecida contava com 42.632 habitantes (APARECIDA DE GOIÂNIA, 2014), ou seja, aproximadamente $\frac{3}{4}$ da população estava concentrada na região da Vila Brasília. Assim, segundo Pinto (2009-b),

A centralidade Vila Brasília foi a primeira do município. Já gozava de autonomia do centro tradicional na década de 1980, onde tinha mais população e maior diversidade de atividades econômicas, devido à influência da conurbação com Goiânia. Ou seja, a centralidade Vila Brasília foi se desenvolvendo gradativamente, obtendo função central em etapas (PINTO, 2009-b, p.50).

¹⁰ Com o reordenamento da Br-14, hoje conhecida como Br-153, o trecho que cortava o distrito foi renomeado para Avenida São Paulo.

Como mencionado por Pinto (2009-b), o distrito de Vila Brasília marca o surgimento de uma nova centralidade, que dispunha de uma maior concentração de atividades e um maior número de habitantes. Assim, a importância desse espaço passou a ser superior ao do próprio centro histórico, resultando em um nível de investimento público e privado bem maior. Nota-se este destaque do crescimento do distrito de Vila Brasília no estudo para o transporte urbano do estado de Goiás elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica e Social – IPES em 1977, em que foi constatado não haver necessidade de interligar o centro histórico com o distrito. Segundo a Fundação,

[...] o itinerário foi de que os coletivos percorressem a Av. das Bandeiras, e, se possível, prolongasse a linha até a sede do município. Aparecida, passando por Vila Alzira. No entanto, a pesquisa local demonstrou que não existe fluxo provável de passageiros entre o bairro e a sede do município, Aparecida, de modo a justificar a linha entre Vila Brasília e a sede. Essa última conclusão se baseia na realidade de Goiânia se constituir no centro polarizador de empregos e de Vila Brasília possuir nitidamente todas as características de um bairro dormitório dependente da capital. (IPES, 1977, p.09).

O crescimento territorial expressivo de Aparecida de Goiânia até o final da década de 1970 permitiu que novos loteamentos conectassem o núcleo fundacional da cidade com os demais loteamentos lançados até a década de 1963 na região norte da cidade. Entretanto, muitos desses loteamentos foram abertos com caráter especulativo, o que acabou gerando “[...] um excedente de lotes e glebas desocupados e beneficiados com o bônus da valorização imobiliária” (APARECIDA DE GOIÂNIA, p.21, 2014). Isso fez com que o processo de descentralização de Aparecida de Goiânia ganhasse forças. De acordo com Corrêa (1989), um dos fatores que contribuiu para esse processo foi o crescimento demográfico da cidade, criando novas áreas residenciais e, conseqüentemente, novos núcleos de atividades econômicas, deixando o centro fundacional em segundo plano, o que ao longo dos anos causou um processo de depreciação no local.

Mesmo com a centralidade do distrito de Vila Brasília, o centro fundacional da cidade conseguiu manter, de forma vagarosa, o seu processo de crescimento. Os investimentos públicos e privados no centro da cidade aconteceram no final da década de 1970 com o soerguimento da sede da prefeitura, o que possibilitou a permanência do poder político e a formação de uma centralidade voltada para o setor administrativo da cidade. Assim, de acordo com o levantamento do IBGE (Figura 34) em 1980, o

centro histórico de Aparecida contava com uma delegacia de polícia, centro comunitário, ginásio de esportes, clube recreativo, Colégio Estadual de 2º grau Machado de Assis, Biblioteca Ursulino Tavares Leão, Telegoiás, Cartório do 2º Ofício, Cartório de Registro de Imóveis e de Registro Civil, Prefeitura Municipal, agências do Banco do Brasil, do Banco Bamerindus e da Caixa Econômica Federal, um posto de saúde e o Fórum.

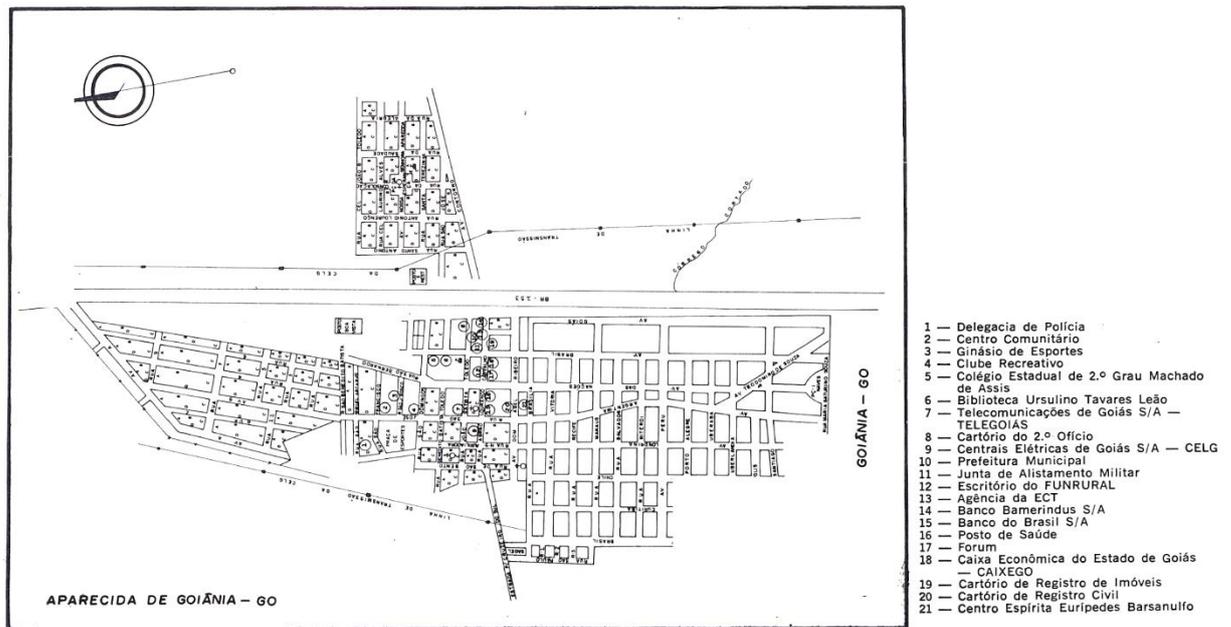


Figura 34: Levantamento urbano realizado pelo IBGE em 1980.
Fonte: IBGE, 1985, p. 08.

No final da década de 1980, o disperso crescimento urbano de Aparecida de Goiânia já estava perdendo o seu fôlego e havia apenas 9 lançamentos de novos loteamentos neste período. Segundo Santos (2008), não pode-se associar o desaceleramento urbano com a questão demográfica de Aparecida que, ao contrário dos loteamentos, crescia a cada ano. Desta forma, durante as décadas de 1980 e 1990, a população de Aparecida “[...] cresceu cerca de 13,7%, sendo que a população urbana teve um acréscimo de 21,2%, enquanto a população rural apresentou um crescimento negativo de -16,85%” (SANTOS, 2008, p 82). Assim, para atender à demanda desse crescimento populacional de Aparecida que se deslocava diariamente para Goiânia, em 1980 foi construído o Terminal Vila Brasília (1987) e o Terminal Cruzeiro (1989), sendo estes o resultado do Plano Integrado de Circulação e

Transporte para a cidade, que tinha como objetivo estruturar o eixo Norte-Sul e interligar as cidades do aglomerado urbano de Goiânia.

É interessante notar que o objetivo proposto por esse plano de circulação era interligar as cidades ao redor da capital. Entretanto, ao observar a forma na qual foram implementados os dois terminais na cidade de Aparecida de Goiânia, verifica-se que esses equipamentos urbanos atendiam apenas as áreas de conurbação com a capital e não havia a preocupação em ligar o centro de Goiânia ao centro de Aparecida de Goiânia (Figura 35).

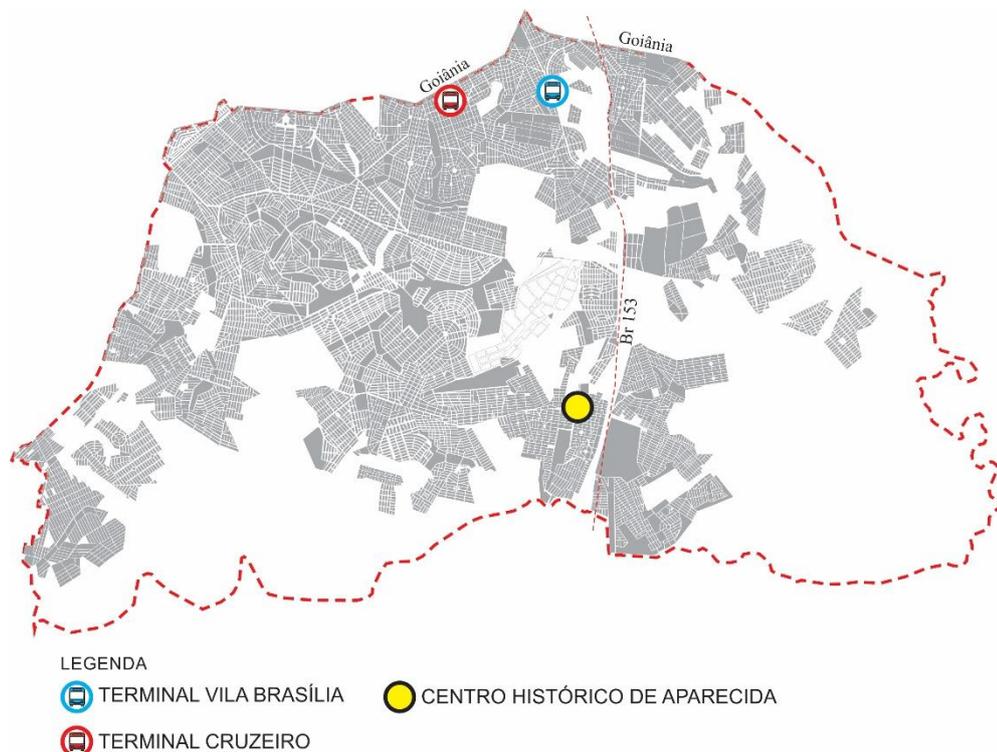


Figura 35: Mapa de Aparecida - Localização dos Terminais Vila Brasília e Cruzeiro.
Fonte: Plano Diretor de Aparecida de Goiânia editado por Raul Alvarenga.

Nesse período, o distrito de Vila Brasília já havia se concretizado como o principal núcleo habitacional da cidade, contando com os primeiros edifícios de até quatro pavimentos e com a maior atividade econômica da cidade. Contudo, foi a construção do Buriti Shopping em 1996 que marcou a ruptura entre os centros modernizadores com o centro fundacional (Figura 36). Segundo Pinto (2009-b), quando foi inaugurado o shopping, os setores de sua redondeza contavam apenas com o Terminal Cruzeiro, porém, ainda estavam sem asfalto, com enormes vazios demográficos e poucos condomínios populares verticais. Em poucos anos, esse

quadro foi totalmente revertido a ponto de que em 2006 a valorização dos terrenos no entorno do shopping chegou a 100% (PINTO, 2006, p.5). Além disso, ele foi influenciador de novos empreendimentos que se espalharam ao longo da Avenida Rio Verde.



Figura 36: Buriti Shopping (2002).
Fonte: Jornal Diário da Manhã, 11 de maio de 2002

Ao final da década de 1990, segundo Pinto (2009-b), Aparecida de Goiânia já contava com oito centralidades, sendo elas: Vila Brasília, Buriti, Jardim Bela Vista, Cidade Livre, Conjunto Cruzeiro do Sul, Garavelo, Mansões Paraíso, Papilon Park e Setor Central (Figura 37). Exceto a centralidade do Buriti Shopping que, devido ao seu poder econômico, apresenta um caráter regional, todas as demais são voltadas para atender às demandas locais promovidas pela dispersão territorial. Assim, cada um desses novos espaços modernizadores foram responsáveis por conservar de maneira involuntária a paisagem tradicional do centro fundacional, que manteve o mesmo traçado e que teve algumas características conservadas ao longo do tempo, que serão destacadas no tópico seguinte.

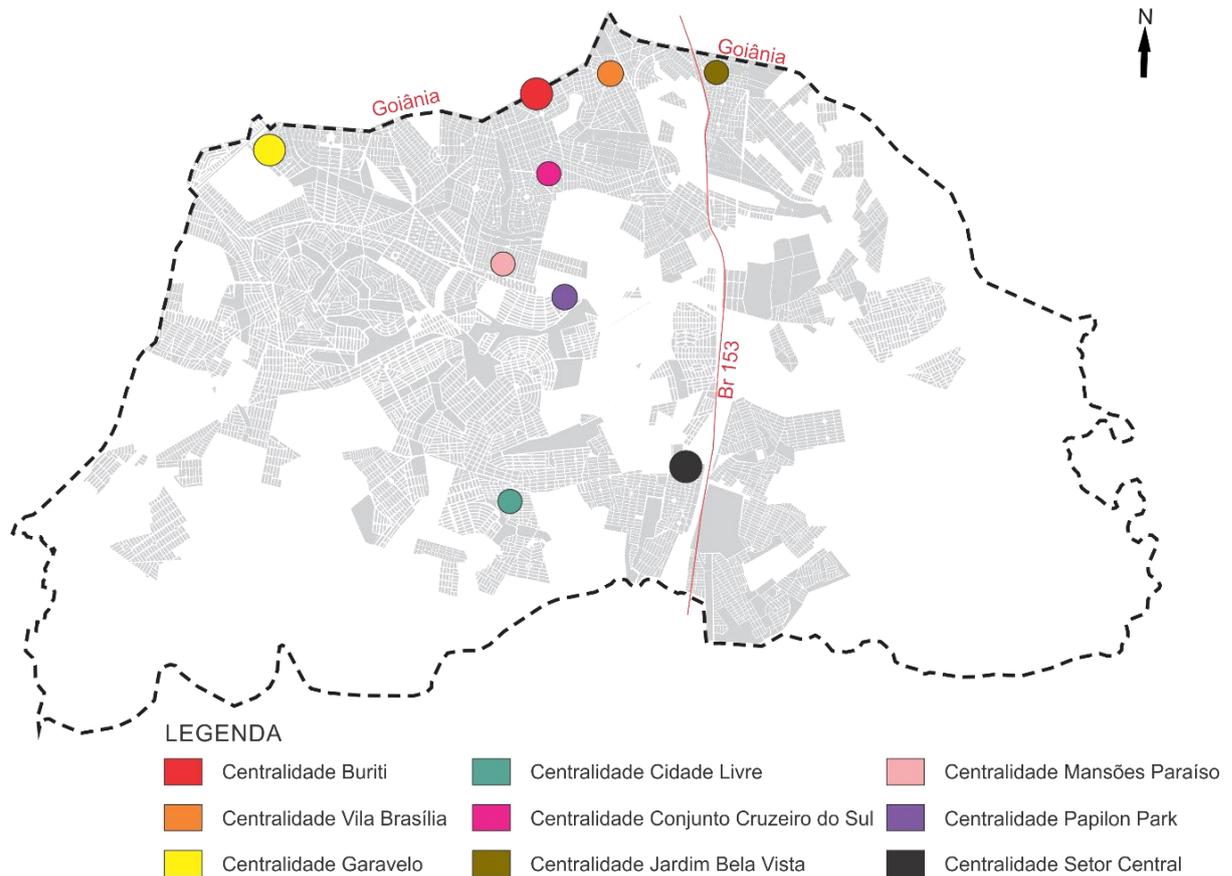


Figura 37: Mapa de Aparecida - Centralidades de Aparecida de Goiânia.
 Fonte: Figura produzida por Raul Alvarenga a partir dos dados de Pinto (2009-b).

Em contrapartida, esses aglomerados urbanos criados por um processo de fragmentação urbana provocaram o surgimento de novos espaços habilitados para receberem investimentos de médio e grande porte, sendo, portanto, ótimos espaços para a reprodução do capital. Assim, a criação desses lugares gerou novas referências para as atividades comerciais, de serviços e até mesmo culturais, que a médio e longo prazo se desvincularam do centro tradicional.

3.3. A construção de uma nova paisagem

Ao examinar Aparecida de Goiânia pelo prisma da paisagem, fica claro que a sua paisagem/espço urbano veio se transformando e modernizando ao longo dos anos. Isso ocorre pois, segundo Santos (2008), a paisagem urbana é um resultado da ação do homem, que transforma a paisagem natural em uma paisagem artificial que está sempre em movimento. Dessa forma, a cidade com suas estruturas rígidas e estáveis se revela em constante mudança. À vista desta paisagem dinâmica, Carlos

(2007) alega que todas estas alterações que ocorrem ao longo dos anos são responsáveis por deixar marcas no tempo, sendo elas

[...] impressas na paisagem, inscritas nas formas da cidade, reproduzem a condição da constituição da humanidade do homem, revelando uma construção histórica cheia de arte e lembranças, fáceis de serem identificadas no lugar por aqueles que nele vivem, na medida em que o lugar é o espaço da vida. Nesse sentido, a leitura dos segmentos da paisagem permite que se contemple a paixão que move a criação humana, uma vez que o trabalho é criador de formas. (CARLOS, 2007, p. 33)

Essas marcas deixadas pelas rupturas e continuidades de uma paisagem urbana permitem o reconhecimento da história daquele local. Elas “[...] reproduzem a condição da constituição da humanidade do homem” (CARLOS, 2007, p33), isso porque a cidade é como um grande álbum de fotografias onde cada paisagem representa uma foto de um determinado período, podendo ser mais antigo ou mais recente. Assim, as “[...] construções participam da formação da identidade dos indivíduos quando produzem o acionamento da memória” (JUNIOR, 2011, p.08).

Contudo, com o crescimento das cidades e a formação das metrópoles¹¹, os espaços tendem a se tornar cada vez mais dinâmicos, estando em constante crescimento. Segundo Abreu (1998), a ideologia avassaladora de que o Brasil seria o país do futuro no século XX, em que o principal slogan dessa época foi os “50 anos em 5” empregado por Juscelino Kubitschek no período da construção de Brasília, contribuiu para que as cidades brasileiras se expandissem e passassem por reformas urbanísticas radicais. Elas tinham como objetivo modernizar a paisagem das cidades, entretanto, a busca pelo novo gerou uma nova forma de “[...] configuração social, com tendência à dissolução das relações sociais que ligavam os homens aos seus objetos” (CARLOS, 2007, p. 34).

Com o surgimento de grandes aglomerações urbanas, associado às melhorias tecnológicas dos meios de transporte e de comunicação, as trocas de bens materiais e imateriais se tornam cada vez mais fáceis e rápidas. Esse aumento de fluxo de capital fez com que os interesses capitalistas desempenhassem um papel essencial na transformação da paisagem do lugar, produzindo ao longo do processo de urbanização diversas intervenções urbanas, responsáveis por construir espaços

¹¹ De acordo com Araújo e Alveida (2007), o termo metrópole refere-se a uma aglomeração urbana, multifuncional e que comanda relações econômicas com outra(s) aglomeração(ões).

cada vez mais homogêneos e padronizados. Estes interesses capitalistas são, portanto, responsáveis pela “[...] destruição da memória, a substituição do velho pelo novo, a uniformização das construções e a generalização do caráter de impessoalidade ao contexto urbano” (PESAVENTO, 1995, p. 285).

Segundo Abreu (2019), esses novos espaços, impulsionados pelo interesse de agentes imobiliários, buscam “[...] justapor o vernacular de forma que esta arquitetura regional seja substituída por uma arquitetura globalizada”. Desta forma, esta cidade fragmentada permite novas percepções e possibilidades de transformar o espaço urbano em um local voltado para o consumo. Assim, as ruas e praças que antes eram pontos de encontro entre as vizinhanças, “[...] dão lugar aos locais de convivência criados de forma artificial, como os shoppings centers” (ABREU, 2019, p 12).

Em Aparecida de Goiânia, em decorrência da sua história de subordinação econômica à capital do estado, associada ao voraz processo de descentralização que ocorreu na década de 1970, foram ofertados ao mercado imobiliário amplos terrenos próximos a Goiânia e com um preço bem inferior aos valores da capital. Portanto, o centro histórico de Aparecida de Goiânia não se apresentava tão viável para os grandes investimentos urbanos, o que acarretou em uma transformação bastante lenta de sua paisagem fundacional.

Ainda assim, observa-se que a paisagem do centro histórico da cidade de Aparecida não se manteve inerte. Ao passar dos anos, ela se alterou sem nenhuma preocupação em conservar suas edificações datadas da sua fundação em 1922. Contudo, foi durante as décadas de 1970 e 1980, como reflexo do primeiro crescimento econômico da cidade, que essa paisagem começou a ser alterada com uma maior frequência.

Foi esse o momento do soerguimento de edificações públicas de caráter provisório, tais como os grandes galpões cobertos com telhas canaletas (Figura 38). Houve, ainda nessa mesma fase, a ocupação de vários lotes vazios existentes e a substituição de tradicionais edifícios feitos em taipa por novas habitações em alvenaria convencional, construídas ao sabor popular. Este foi o processo inicial ocorrido em Aparecida de uma modernização sem modernidade.



Figura 38: Sede da prefeitura em 1979.
Fonte: Arquivo pessoal de Freud de Melo.

Poucos anos antes, durante a década de 1960, a classe de maior poder aquisitivo de Goiânia cobiçava por habitações semelhantes aos padrões estéticos em vigor no Rio de Janeiro e em São Paulo. Segundo Mello (1996, p. 169), por mais que sociedade goianiense fosse marcada por valores e costumes provincianos, com resistência ao novo, também “[...] havia um desejo de modernidade no bojo da euforia desenvolvimentista que permeava Goiânia e o estado de Goiás”. Isso permitiu que uma nova tipologia modernista fosse empregada nas edificações, o que marcou bastante o cenário de Goiânia neste período. Assim, de acordo com Mello (1998),

A arquitetura modernista mudou a paisagem urbana de Goiânia e passou a ser o principal referencial estético para novas construções. É claro que nem sempre se efetivavam obras de boa qualidade, e muitas vezes, as interpretações populares eram bizarras. (MELLO, 1998, p. 137).

Desta forma, se em 1960 os habitantes de Goiânia tinham como referência a arquitetura de São Paulo e do Rio de Janeiro, nas décadas de 1970 e 1980, a população aparecidense tinha como referencial o estilo “moderno” das habitações construídas na capital goiana. Assim, na esteira do desenvolvimento de Goiânia, as novas edificações de Aparecida de Goiânia buscavam colocar em prática, da forma em que era possível, a linguagem modernista empregada nas novas casas da capital (Figura 39). Sem um rigor estético, esta nova tipologia iria conviver com as edificações coloniais datadas do início do núcleo urbano, marcando na paisagem urbana de Aparecida de Goiânia mais uma camada de sua história.



Figura 39: Casa da década de 1980.
Fonte: Arquivo pessoal de Freud de Melo.

A paisagem de Aparecida de Goiânia se “modernizava”, suas antigas edificações datadas do princípio do núcleo urbano davam lugar a novas construções, com novas tipologias, novos materiais e novos usos, deixando para trás aquela arquitetura colonial considerada rígida, pesada e antiga. Mesmo neste período em que o novo era mais valorizado que o antigo, surgiu a necessidade de preservar a Igreja Nossa Senhora Aparecida, edificada em 1922. O seu valor arquitetônico e, principalmente, sua representação cultural perante a sociedade aparecidense fez com que o poder municipal, por meio da Lei Municipal nº 564, tombasse a igreja como patrimônio histórico e cultural da cidade¹².

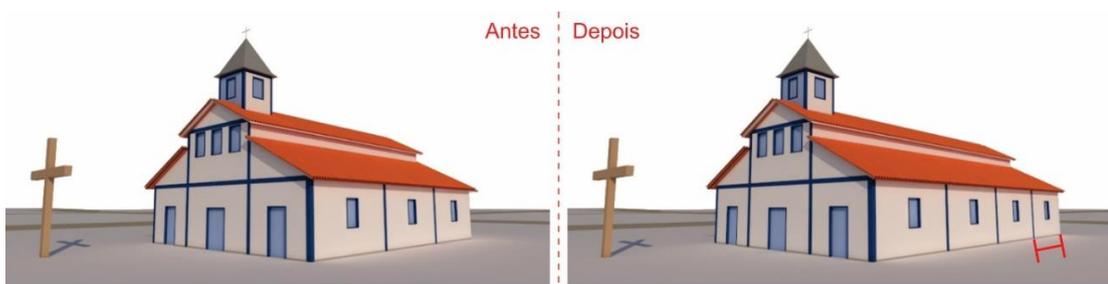


Figura 40: Antes e depois da ampliação da igreja Nossa Senhora Aparecida.
Fonte: Figura produzida por Raul Alvarenga.

¹² Essa ação foi realizada como forma de conservar a edificação, visto que ela estava em péssimo estado de conservação e corria o risco de desabamento, além da vontade da população de construir uma nova igreja, pois ela já não atendia o fluxo de fiéis. Nessa mesma lei, foi liberado um crédito de 80.000 cruzeiros para a reforma, que só foi ocorrer em 1992 (Figura 40), quando criou-se mais “[...] um módulo de modo a aumentar, em mais de trinta por cento a área da nave, sem descaracterizar a obra” (STACCIARINI, 2006, p 260).

Desta forma, a partir da década de 1970 a paisagem do núcleo histórico de Aparecida de Goiânia começou a ser transformada de forma mais perceptível. Estas transformações estavam mais relacionadas às novas habitações que foram surgindo junto à grande expansão urbana da cidade e tinham como objetivo atender à demanda habitacional. Mas foi na década de 1990 que uma nova paisagem se consagrou, caracterizando a segunda etapa de modernização da cidade. Segundo Pinto (2009-b), foi neste período que Aparecida se desvinculou do estereótipo de cidade dormitório e a sua paisagem de cidade periférica começou a ser alterada em função da construção do Buriti Shopping em 1996. Este foi, portanto, um marco da ruptura entre a paisagem do centro histórico e a paisagem das margens da cidade.

O empreendimento do Buriti Shopping é um exemplo de intervenção proposta pelo mercado imobiliário que, segundo Abreu (2019, p. 15), “[...] renega a cidade e seus espaços públicos, criando empreendimentos autônomos, com uma série de serviços e lazer inclusos [...]” e, por este motivo, é o responsável por deslocar para próximo da sua região o poder econômico e cultural de toda a cidade. O econômico ocorre em virtude da sua influência, que resultou em melhorias e modernizações da paisagem urbana ao seu redor, como pavimentação asfáltica, construção de equipamentos de saúde, além da valorização dos terrenos, o que incentivou a verticalização ao seu redor.

Assim, o shopping que, inicialmente, foi pensado para atender às demandas locais, voltado para as classes econômicas C e D de Aparecida de Goiânia, rapidamente estava atendendo às classes A e B de toda a região metropolitana, se tornando um shopping com relevância regional, responsável por atrair para a periferia de Goiânia grandes redes de hipermercados e lojas de materiais de construção (Figura 41). Para Abreu (2019), estes são grandes espaços de consumo que trazem para a cidade novas complexidades, visto o surgimento de novos espaços aglutinadores de grande fluxo de capital e pessoas, proporcionando a estes locais uma enorme valorização e especulação imobiliária.



Figura 41: Grandes investimentos comerciais na região do Buriti Shopping.
 Fonte: Google Earth, editado por Raul Alvarenga.

Então, a paisagem periférica de Aparecida de Goiânia situada nas proximidades da Avenida Rio Verde começou a sofrer ações de enobrecimento, tendo como alguns dos resultados a construção do empreendimento Cidade Empresarial (Figura 42), que foi um dos primeiros complexos comerciais verticais de todo o país, e a construção do condomínio Jardins Viena (Figura 43). Segundo Silva (2003), este é o segundo condomínio horizontal fechado da região metropolitana (o primeiro é o condomínio Privê Atlântico), contudo, foi o primeiro a ser construído voltado para o público de alto padrão da região metropolitana de Goiânia, iniciando uma “[...] nova maneira de habitar a cidade e de fazer uso de seus espaços” (SILVA, 2003, p. 60). Isso alterou não apenas a paisagem de Aparecida, mas a paisagem urbana de Goiânia, onde, após esse período, iriam começar a surgir diversos condomínios fechados.



Figura 42:Cidade Empresarial.
Fonte: www.rsgestoes.com.br



Figura 43:Jardins Viena.
Fonte: Google Earth, editado por Raul Alvarenga.

Em relação ao deslocamento do poder cultural do centro para as imediações do Buriti Shopping, ocorreu pelo fato de que, até o momento da inauguração em 1996, o único espaço público com o objetivo de proporcionar lazer para a população aparecidense era a Praça da Matriz, onde estava localizada a Igreja Nossa Senhora Aparecida e um quiosque que fornecia lanches. Com a inauguração do shopping repleto de áreas de lazer com cinema e exposições culturais esporádicas, o empreendimento assumiu a lacuna cultural da cidade e se tornou o principal espaço de fomento à cultura de Aparecida de Goiânia, o que, segundo Carvalho (2014), é prejudicial para a construção da identidade da cidade para os seus cidadãos, visto que esses espaços são considerados pelo o autor como “não-lugares”, pois, segundo ele,

Dentro dos não-lugares, os ocupantes, ou usuários, encontram a sensação reconfortante de pertencimento, devido à ausência de diferença. Dentro desses espaços, instantaneamente, ocorre a utopia de uma igualdade de condições. O problema é que essa igualdade desenvolve-se não por um reconhecimento e respeito do valor e da subjetividade do outro, mas por um anonimato e desinteresse generalizados. Os indivíduos não se veem como uma coletividade de iguais, mas como uma coletividade de estrangeiros. O sujeito não-lugar está sempre cercado de muita gente, ao mesmo tempo que está só. (CARVALHO, 2014, p.31).

Nos anos 2000, a paisagem de Aparecida de Goiânia ficou marcada por grandes vazios urbanos, resultado de uma expansão territorial desorganizada, além de uma descentralização que produziu uma paisagem urbana fragmentada em duas partes. A primeira, representada pela parte norte da cidade, onde se encontra o Buriti Shopping e os demais empreendimentos de grande porte, que simbolizam o moderno, seria a paisagem hegemônica que se encarrega de receber os diversos investimentos estipulados pelo mercado, compartilhando os objetos globalizados e globalizantes. A segunda parte, caracterizada por uma paisagem mais local “[...] carregada de objetos e ações que se traduzem em espaços regionais, rurais e arcaicos” (OLIVEIRA E BARREIRA, 2011, p. 79), determina a paisagem do núcleo fundacional da cidade.

Foi durante esta década de 2000 que o curso de Especialização em Planejamento Urbano e Ambiental da PUC-GO, por meio da Associação para a Recuperação e Conservação do Ambiente – ARCA, decidiu utilizar os problemas territoriais de Aparecida de Goiânia para realizar pesquisas urbanas. Este projeto foi aproveitado pela prefeitura da cidade, que implementou o Planejamento Municipal Integrado e aplicou os estudos realizados pela ARCA (SULINO, 2014, p, 84). O planejamento só foi concluído em 2001, ano em que o Estatuto da Cidade estava em processo de aprovação. Assim, com a criação do Estatuto da Cidade, foi realizada uma nova revisão do Planejamento Municipal Integrado, que possibilitou aprovar em 2002, por meio da Lei Complementar nº 004/2002, o Plano Diretor da cidade, sendo este o primeiro do estado de Goiás. Assim, segundo Sulino (2014), o Plano Diretor de Aparecida de Goiânia teve como intuito

[...] o ordenamento territorial, tentando minimizar os efeitos negativos ocasionados pelo crescimento desordenado pelo qual o município passou e visando impedir que tais impactos ocorressem novamente. Estabeleceu-se, dessa maneira, uma política de expansão urbana de modo a impedir o crescimento urbanos especulativo, com degradação do meio ambiente e gastos excessivos com infraestrutura. (SULINO, 2014, p.85).

O Plano Diretor da cidade buscou reorganizar uma paisagem urbana espalhada e dividida em dois polos, um que revela os impactos dos grandes edifícios comerciais e equipamentos urbanos e outro que marca a presença da tradição. No entanto, cabe destacar que foi por meio desta mesma fragmentação, consolidada entre as décadas de 1970 e 1980, além da vagarosa transformação, que o centro de Aparecida de Goiânia conseguiu conservar em sua paisagem urbana as fachadas de algumas edificações datadas do início do povoado de Aparecida, além de manter, na população mais velha, a forma de viver interiorana.

Desta forma, o centro histórico da cidade se tornou um “lugar de memória”, pois, de acordo com Pierre Nora (1993), ele produz “[...] efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos” (NORA, 1993, p. 21). Assim, o centro da cidade, representado pela praça com a Igreja Nossa Senhora Aparecida e as velhas edificações, representa o aspecto material, onde a memória social se ampara. Os encontros dos velhos na praça para os jogos e as longas conversas nas portas de suas casas retratam o caráter simbólico do centro, que é onde, segundo Junior (2011, p. 8), “[...] a memória coletiva se expressa e se revela”. E, por fim, o aspecto funcional se dá pela permanência das celebrações religiosas da igreja, que se mantêm desde a fundação do povoado de Aparecida.

Nessa fragmentação da cidade, o centro histórico passou a ser o representante e o vigilante da história da cidade, o que proporcionou o surgimento do discurso de manutenção e conservação da identidade histórica e cultural de Aparecida. O primeiro documento oficial que evidencia essa etapa de “resgate histórico” data de 2011 e trata-se da Ação Civil nº 2/ 8121, perante o Ministério Público do Estado de Goiás, que buscava o tombamento de nove imóveis urbanos localizados no centro do Município de Aparecida de Goiânia. A ação civil diz que estes imóveis

[...] devem ser objeto de proteção pelos órgãos municipais, sendo passíveis de preservação por tombamento, tendo em vista que apresentam elevado valor histórico e cultural [...] os imóveis em questão são imprescindíveis à manutenção da identidade histórica e cultural dos cidadãos de Aparecida de Goiânia, sendo parte de um conjunto arquitetônico que personaliza o espaço urbano e evoca a memória da construção da cidade, asseverando que pelo só fato do tombamento da Igreja Matriz, os imóveis a ela próximos não poderão sofrer quaisquer alterações que comprometam a visibilidade e as características do bem tombado. (GOIÁS, 2011, p.01).

Contudo, neste processo foi exigida a realização de um levantamento dos imóveis pela Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico (AGEPEL) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Estes órgãos produziram apenas cinco levantamentos de imóveis dos nove exigido na ação civil e concluíram que as edificações apresentavam características vernaculares e originais a fundação do vilarejo, possuindo, então, relevância para o município, porém, afirmaram que não era justificada uma ação de tombamento estadual, mas sim municipal.

Mesmo com o laudo do IPHAN e da AGEPEL, os poderes municipais não deram continuidade ao processo para tornar essas edificações patrimônios históricos municipais tombados, o que poderia ajudar na conservação desses imóveis. Sendo assim, o Ministério Público embargou as edificações, o que impossibilitou que os proprietários vendessem, derrubassem ou descaracterizassem as casas. Por esse motivo, nota-se que os proprietários dos imóveis localizados na rua Abrão Lourenço de Carvalho, nº 30, (Figura 44) e na rua Abrão Lourenço de Carvalho, esquina com a Rua Nossa Senhora Auxiliadora, nº 516 (Figura 45), estão deixando as residências padecerem com o tempo, esperando que elas desabem para darem novos usos aos lotes, como ocorreu com a casa da Avenida Vicente de Paula Souza, esquina com a Rua Abrão Lourenço de Carvalho, nº 153, que hoje é um estacionamento (Figura 46).



Figura 44: Casa na rua Abrão Lourenço.
Fonte: Foto retirada e editada por Raul Alvarenga.



Figura 45: Casa na rua Abraão Lourenço de Carvalho, esquina com a Rua Nossa Senhora Auxiliadora.

Fonte: Foto retiradas e editada por Raul Alvarenga.



Figura 46: Estacionamento na Avenida Vicente de Paula Souza.

Fonte: Foto do Google Street View editada por Raul Alvarenga.

A casa da Rua João Batista de Toledo, esquina com a Rua 11 de Maio, nº 50 (Figura 47) e a casa na Rua João Batista de Toledo (que não foi catalogada pelo IPHAN, mas que se encaixa no mesmo padrão das demais, e onde hoje está a loja Eletrosom) (Figura 48) foram destinadas a aluguel para diversos usos comerciais, mas que conservaram as características das casas com o mínimo de intervenção. Já a residência da Rua Benedito Batista de Toledo, esquina com a Rua 11 de Maio, nº 01 e 02 (Figura 49), conservou a estrutura da casa, mas ocultou completamente seu telhado com uma platibanda destinada à propaganda comercial, além de alterar completamente a cor para atender ao público de seu uso atual. A única casa que buscou manter ao máximo as características originais da edificação foi a casa paroquial (Figura 50), hoje localizada na Praça da Matriz.



Figura 47: Casa na Rua João Batista de Toledo, esquina com a Rua 11.
Fonte: Imagem do Google Street View editada por Raul Alvarenga.



Figura 48: Casa na Rua Rua João Batista de Toledo.
Fonte: Foto retirada e editada por Raul Alvarenga.

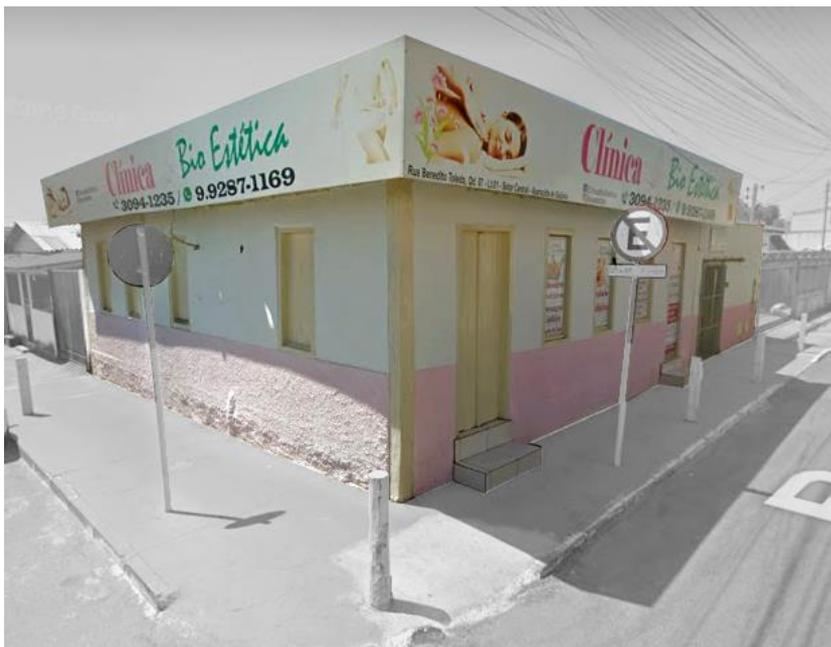


Figura 49: Rua Benedito Batista de Toledo, esquina com a Rua 11 de Maio.
Fonte: Foto retirada e editada por Raul Alvarenga.



Figura 50: Casa paroquial.
Fonte: Foto retirada e editada por Raul Alvarenga.

Portanto, percebe-se que o discurso de conservação do patrimônio histórico da cidade era meramente uma fala política, pois não foram tomadas ações definitivas para tal conservação. Mesmo sem a realização do tombamento, o discurso de proteção da identidade aparecidense foi retomado em 2016, quando o ex-prefeito Maguito Vilela reformou a Praça da Matriz. Sobre este assunto, foi escrito no jornal Diário de Goiás:

A nova praça possuirá um novo chafariz, piso especial, assentos e um paisagismo que valorizará a Paróquia Nossa Senhora Aparecida – responsável pelo surgimento do então povoado e da grande cidade de Aparecida – a Cruz de Aroeira e o monumento em homenagem aos pioneiros inaugurado no início da gestão do prefeito Maguito Vilela,

que resgatou a identidade cultural do aparecidense. (DIÁRIO DE GOIÁS, 2016).

Nesta reforma da Praça da Matriz foi colocada em destaque a estátua do fazendeiro José Candido e de sua esposa Maria Elias de Deus (Figura 51), que foram os principais doadores de terra para o início do povoado de Aparecida, além disso, foi resgatado o quiosque, criado na década de 1960. Entretanto, esta reestruturação da praça revela a influência da igreja católica perante a área do centro, pois, com a intervenção, a praça foi interligada à Quadra 18 (Figura 52), onde está a casa paroquial, dando a entender que toda a área da praça pertence à igreja. Além disso, esta alteração marca a primeira modificação no traçado urbano do centro histórico da cidade, uma vez que a Rua 11 de Maio, que cruzava todo o centro, foi segmentada em duas partes e a parte ao sul da praça foi renomeada com o nome Av. Argentina. Esta é a única rua do centro da cidade que o nome não remete à origem de Aparecida, o que marcou uma ruptura na paisagem urbana da cidade.



Figura 51: Estátua do fazendeiro José Candido e Maria Elias de Deus.
Fonte: Foto retirada e editada por Raul Alvarenga.

Contudo, conforme afirma Santos (2008, p.77), a “[...] paisagem é um palimpsesto, um mosaico [...]” cheio de camadas que sobrepõem umas sobre as outras, mas cada uma dessas camadas deixa evidências possíveis de serem lidas, facilitando compreensão da história do local. Sendo assim, essa modificação na paisagem urbana da praça não apagou completamente a paisagem anterior. Como o

simples recuo criado na praça para estacionamento de carros no mesmo local onde passava a rua, que permitiu que esta transformação guardasse traços de uma paisagem antiga em que havia uma rua naquele local. (Figura 52).



Figura 52: Traçado urbano da Praça da Matriz antes e depois da intervenção urbana.
Fonte: Mapa realizado por Raul Alvarenga.

Conclui-se que o centro histórico da cidade ainda mantém seu lugar de memória pelo fato de ainda conservar alguns edifícios de sua fundação e por manter na população mais velha as tradições e os costumes do início do povoado, fatores que são importantes para o sentimento de identidade da população. Visto o poder de pertencimento exercido pelo centro histórico na população, políticos utilizam de artimanhas para conseguirem visibilidade por meio de intervenções urbanas com caráter popular, como ocorreu com a reforma da praça e com a escolha da imagem da Igreja Nossa Senhora Aparecida (Figura 53) para estampar o painel artístico pintado nas paredes da trincheira inaugurada recentemente na Avenida São Paulo, no bairro Vila Brasília.



Figura 53: Viaduto Vereador João Antônio.
Fonte: Foto retirada e editada por Raul Alvarenga.

Contudo, essas intervenções urbanas não têm ações eficazes para a conservação e manutenção da história da cidade, que vem a cada dia sendo deixada em segundo plano pelos órgãos públicos municipais. Assim, Aparecida de Goiânia permanece com sua paisagem urbana fragmentada em duas, sendo a paisagem do núcleo histórico passível de ser transformada totalmente e perder os poucos elementos que resgatam a memória de sua fundação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com quase cem anos desde a formação do seu primeiro núcleo urbano, a cidade de Aparecida de Goiânia cresceu e se desenvolveu a ponto de ser uma das principais cidades do estado de Goiás, sendo a terceira cidade com o maior Produto Interno Bruto (PIB) e a segunda com o maior número de domicílios do estado. Seu rápido crescimento econômico e urbano fez com que sua paisagem urbana se transformasse, criando, assim, novos conteúdos para sua história.

A história de Aparecida de Goiânia é rica em detalhes, mas é marcada por diversos desafios que pontuam sua história em três períodos distintos. O primeiro é representado pelo seu período fundacional, datado dos anos de 1922 até 1935, em que mesmo estando no início do século XX, a sociedade pioneira responsável pela construção das primeiras edificações do povoado de Aparecida mantinha os mesmos modos de viver do século XIX. Por isso, a cidade foi construída seguindo a mesma tipologia das cidades coloniais em que o edifício religioso era o principal agenciador do território urbano e o comércio era voltado para o abastecimento local, o que fez com que o povoado se desenvolvesse lentamente.

A construção de Goiânia marcou o segundo e mais longo período, que começou no ano de 1935 e perdurou até o início da década de 1970. Neste período, a história de Aparecida é colocada em segundo plano. Com a construção da capital, toda a organização municipal ao seu redor foi transformada, em especial a do povoado de Aparecida. Durante este período, Aparecida passou por várias categorias administrativas até ser emancipada como cidade, o que ocasionou a alteração de seu próprio nome.

Mesmo após a emancipação de Aparecida, Goiânia exercia e ainda exerce fortes influências na organização da paisagem urbana da cidade e em sua economia, o que resultou na configuração da terceira e última fase das transformações da paisagem de Aparecida que se iniciaram na década de 1970. Nesta etapa, houve uma explosão demográfica na cidade impulsionada por políticas públicas que ofertaram grandes quantidades de loteamentos que se espalharam por todo o perímetro da cidade, formando uma malha urbana espraiada e com uma forte descentralização do núcleo fundacional da cidade. É também neste período que a cidade se desenvolveu, recebendo grandes agenciadores urbanos como shoppings, polos econômicos e

condomínios horizontais e verticais para atender à grande demanda por habitação, retomando, assim, sua independência econômica perante a capital.

Neste período, os terrenos da periferia de Aparecida de Goiânia que se aproximavam das margens da capital se destacaram aos olhos dos investidores imobiliários, recebendo diversos investimentos tanto do capital privado quanto do capital público. Essas áreas dentro da cidade de Aparecida de Goiânia mantêm um contato mais direto com o centro de Goiânia do que com o seu próprio centro, visto que a grande maioria dos habitantes desses locais trabalham ou estudam na capital.

Desta forma, com a periferia absorvendo a grande parte dos grandes empreendimentos imobiliários e urbanos, o centro histórico de Aparecida foi perdendo o seu poder de atrair esses empreendimentos para sua redondeza, o que culminou na desvalorização de seus terrenos. Entretanto, graças a essa fragmentação entre a periferia da cidade e o núcleo fundacional, as transformações deste espaço aconteceram de forma bastante lenta, permitindo a permanência no período atual de algumas edificações que datam do início do povoado em 1922, além do traçado inicial ser mantido praticamente intacto.

Este cenário de espraiamento e de grandes aglomerações urbanas deslocadas do centro histórico da cidade permitiu diversos estudos sobre os impactos da capital nas regiões periféricas além de debates a respeito das questões urbanas da cidade, o que resultou na elaboração do Plano Diretor de Aparecida de Goiânia em 2002. Entretanto, os estudos não se preocuparam em analisar o processo de formação dessa cidade, em que cada período histórico de Aparecida de Goiânia apresenta suas rupturas, mas também suas continuidades. Cada transformação foi responsável por deixar marcas que se sobrepõem umas às outras, formando, assim, diversas camadas históricas ricas em detalhes, em que o novo convive com o velho e juntos constroem a paisagem urbana.

Além disto, a própria prefeitura, que só foi ter sua sede própria após a década de 1970, não se preocupou em criar um arquivo histórico onde pudesse manter e conservar arquivos históricos da cidade, o que prejudica não apenas a compreensão da história da cidade, mas a própria organização administrativa que regula o núcleo fundacional. Isso foi constatado ao verificar que o único mapa desta área que a prefeitura possui é uma xerox em mal estado de conservação do mapa da

Arquidiocese de Goiânia feito em 1960, sendo que até hoje não foi realizado um novo mapeamento cadastral, o que provoca brigas judiciais pelas terras.

Outro fator provocado pelo descaso da prefeitura com a história da cidade é a falta de documentação que conta sua história. Sem nenhum local apropriado para a conservação desses arquivos, eles foram se perdendo ao longo do tempo, tornando um trabalho árduo para o pesquisador encontrar qualquer tipo de documentação histórica da cidade, sendo preciso pesquisar em arquivos municipais, estaduais e nacionais, ou contar com a disponibilidade das famílias tradicionais da cidade para autorizar pesquisas em seus arquivos pessoais que guardam grande parte dessa história.

Desta forma, conclui-se que a história de Aparecida de Goiânia durante muitos anos foi ignorada ou contada por narrativas tendenciosas de agentes políticos que fizeram parte da história da cidade. Contudo, essa história, assim como suas transformações, vêm sendo dia após dia alteradas, seja de forma mais lenta, como aconteceu no núcleo fundacional, ou de maneira mais rápida e voraz, como ocorreu nas divisas com Goiânia. O que se sabe é que a cidade de Aparecida de Goiânia esteve e estará sempre em transformação, o que implica aos novos pesquisadores buscarem por estudos sobre a memória da sociedade, a respeito do resgate que vem acontecendo no centro histórico ou acerca da nova dinâmica trabalhista que ocorre entre Aparecida de Goiânia e a capital. Deve-se, portanto, buscar novos estudos relativos à sua história, para que a cidade possa, assim, conseguir buscar novas formas para se desenvolver e, ao mesmo tempo, conservar a sua história.

REFERÊNCIAS

ABASCAL, Eunice Helena Sguizzardi; BRUNA, Gilda Collet; ALVIM, Angélica Benatti. Modernização e modernidade. Algumas considerações sobre as influências na arquitetura e no urbanismo de São Paulo no início do século XX. **Arquitextos**, São Paulo, v. 8, n. 085.05, jun. 2007. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.085/240>>. Acessado em 3 jun. 2019

ABREU, Gustavo H. L. **CENTRALIDADES URBANS EM GOIÂNIA: O CASO JARDIM GOIÁS**. 2019. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC. Goiânia.

APARECIDA DE GOIÂNIA. **Diagnóstico do Plano diretor Aparecida de Goiânia: Desenvolvimento para o futuro**. Aparecida de Goiânia, 2014

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil**. Brasil, 1824

_____. Lei de 15 de Outubro de 1827. **Crêa em cada uma das freguezias e das capelas curadas um Juiz de Paz e suplente**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM.-15-10-1827.htm>. Acessado em: 21 de junho de 2018

_____. Lei de 1 de Outubro de 1828. **Dá nova fôrma ás Camaras Municipaes, marca suas attribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-1-10-1828.htm>. Acessado em: 21 de junho de 2018.

_____. Constituição (1891). **Constituição da República dos estados unidos do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acessado em: 21 de junho de 2018.

_____. Decreto Lei nº 311, de 2 de março de 1938. **Dispoe sobre a divisao territorial do país, e da outras providencias.** Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEL%20311-1938?OpenDocument>. Acessado em: 20 de junho de 2018

_____. Lei Federal nº 10.257/2001, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade.** Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acessado em: 20 de agosto de 2018

BOAVENTURA, D. M. R. **Urbanização em Goiás no século XVIII.** 2007. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

CAMILO, Janaína d. H. **O preço da terra e o plano diretor de aparecida de goiânia (2001-2014).** 2014, Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) – Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

CARVALHO, A. C. C. P. D. **A cidade contemporânea: da desconstrução geográfica a uma cartografia afetiva.** 2014, Dissertação (Mestrado em Cultura e Comunicação) – Departamento de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa

CAMPOS, Itaney F.. **Notícias Históricas do Bairro de Campinas.** Goiânia: Prefeitura de Goiânia, 1985.

CHAVES, Edneila R. Criação de vilas em Minas Gerais no início do regime monárquico. A região Norte. **Varia História**, v. 29, n. 51, p. 817-845, 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato et al. **O espaço urbano.** São Paulo: Editora Ática, 1989.

CRULS. L. **COMISSÃO EXPLORADORA DO PLANALTO CENTRAL: RELATÓRIO**. Rio de Janeiro. 1894

DIÁRIO DE GOIÁS. **Obras da Praça da Matriz devem ser finalizadas em Novembro em Aparecida de Goiânia**. Aparecida de Goiânia, 01 jun. 2016. Disponível em: <<https://diariodegoias.com.br/aparecida-de-goiania/27559-obras-da-praca-da-matriz-devem-ser-finalizada-em-novembro-em-aparecida-de-goiania>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

DINIZ, Anamaria. **GOIÂNIA DE ATILIO CORREËA LIMA (1932 -1935) – IDEAL ESTÉTICO E REALIDADE POLÍTICA**. 2007. Dissertação (Mestrado em Teoria, História e Crítica) –Universidade de Brasília, Brasília.

ESCOLA ESTADUAL DE 1º GRAU DE APARECIDA DE GOIÂNIA. **Registro histórico**. Aparecida de Goiânia. 1992

ESTEVAM, Luís. **O TEMPO DA TRANSFORMAÇÃO: ESTRUTURA E DINÂMICA DA FORMAÇÃO ECONÔMICA DE GOIÁS**. Universidade Católica de Goiás, 2004.

GALVÃO. Andréia M. D. C. **“UM REMÉRIO PARA A ALMA”: O RISÍVEL EM GOIÁS NO JORNAL SANTUARIO DA TRINDADE (1922-1931)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanidades) – Universidade Estadual de Goiás - UEG, Anápolis.

GODOY, Paulo Roberto. A cidade no Brasil–período colonial. **Caminhos de geografia**, v. 12, n. 38, 2011.

GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. **Goiânia: uma modernidade possível**. UFG, 2003.

GOIÁS. Ação cível nº 2/8121. Ministério Público, Aparecida de Goiânia. 2011

_____. Decreto - Lei nº 327, de 2 de agosto de 1935. Dispõe sobre os limites do Município de Goiânia. **Correio Oficial**, Goiás, 3 de agosto de 1935.

_____. Decreto - Lei nº 1.233, de 31 de outubro de 1938. Dispõe sobre o decreto -lei nacional nº 311, de 2 de março de 1938, que dispõe sobre a divisão territorial do País. **Correio Oficial**, Goiás, 25 de dezembro de 1938

GOIÁS. Lei nº 4.927, de 14 de Novembro de 1963. Dispõe sobre a criação do município de Aparecida de Goiânia. **Diário Oficial**, Goiás, 20 de dezembro de 1963.

GOYAZ. Lei nº 6, de 02 de agosto de 1853. Dispõe sobre a criação do Districto de Paz na Capella de Santa Rita de Nossa Senhora da Conceição de Campinas. **Livro da Lei Goyana**. Goyas, 1853, Tomo 19, p. 8

_____. Manuscrito da Constituição Estadual (1891). **Constituição Estado de Goyaz** Goiás, 1891. Disponível em: < <http://www.casacivil.go.gov.br/sobre-goias/legislacao-historica.html>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

_____. Leis Municipaes do Municipio de Campinas. Dispõe sobre o regulamento para fiscalização e arrecadação das rendas do município de Campinas. Goyas, 1921.

GOMES, H., NETO, A, T., BARBOSA, A. S. **Geografia: Goiás-Tocantins**. Editora UFG, 2004.

GUTIÉRREZ, Ramón. O princípio do urbanismo na Argentina. Parte 1 – O aporte francês. **Arquitextos**, São Paulo, nº87, ago. 2007.

GUEDES JUNIOR, Antônio F. C. Entre o tempo e o espaço: cidade e memória social. In: XXVI Simpósio Nacional de História, nº 1, São Paulo 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de Goiás**. V. 01. Rio de Janeiro: IBGE, 1970

_____. **Coleção de monografias municipais: nova série**. Nº 196. Rio de Janeiro. 1985

_____. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. V. 36. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

IPES- FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E SOCIAL. **Goiânia: Documentos e dados Diversos.** Goiânia, 1958.

LEAL, Oscar. **Viagem às terras goyanas (Brazil Central).** Typographia Minerva Central, 1892.

MAIA, Doralice S. **NORMATIVAS URBANAS NO BRASIL IMPERIAL: A CIDADE E A VIDA URBANA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA (1822–1850).** **Geo UERJ**, v. 2, n. 25, p. 458-476, 2014.

MARX, Murillo. **CIDADE BRASILEIRA.** São Paulo: Studio Nobel, 1980.

_____. **NOSSO CHÃO DO SAGRADO AO PROFANO.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

_____. **CIDADE NO BRASIL EM QUE TERMOS?.** São Paulo: Studio Nobel, 1999.

_____. **CIDADE NO BRASIL TERRA DE QUEM?.** São Paulo: Studio Nobel e Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

MATTOS, Raymundo J. D. C. (1824). **Chorografia Histórica de Goiaz.** Goiânia: Gráfica e Editora Líder, 1979.

MELO, Freud D. **APARECIDA DE GOIÂNIA: DO ZERO AO INFINITO.** Goiânia: Asa Editora, 2002.

MENEZES, Irmã Áurea Cordeiro. **O COLÉGIO SANTA CLARA E SUA INFLUÊNCIA EDUCACIONAL EM GOIÁS.** Goiânia: Gráfica O Popular, 1981.

MORAES. M. D. S. [Carta] 2 maio. 1931, Aparecida [Para] Secretaria do Interior de Justiça., Campinas. Informação que retomada do cargo de professora em Aparecida.

MOTTA, Kátia S. **JUIZ DE PAZ E CULTURA POLÍTICA NO INÍCIO DO OITOCENTOS (PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTOS, 1827-1842)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Vitória.

MOYSES, Aristides. Terceiro Capítulo. In: MOYSES, Aristides. **Goiânia Metrópole não planejada**. Goiânia, Editora da Universidade Católica de Goiás, 2004, p. 107-186.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

OLIVEIRA, Adriana M. V.. **Uma ponte para o mundo goiano do século XIX: um estudo da casa meia-pontense**. Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2001.

OLIVEIRA, O. F; BARREIRA, C. C. M. A. Cidades contemporâneas: “lócus” do capitalismo pósmoderno. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia v. 12, n. 38, p. 75 – 83, 2011.

PACÍFICO FILHO, Valdecir J. **A REPARTIÇÃO DO CHÃO E AS CONDIÇÕES ADMINISTRATIVAS E LEGAIS PARA O SURGIMENTO DE PIRACANJUBA (1831/1886)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

PALACÍN, Luís; MORAES, Maria A. S. **História de Goiás**. Universidade Católica de Goiás - UCG, Goiás 6 ed. 1994.

PARAGUASSÚ, Fátima.; CURADO, Bento F. **Santa Cruz de Goiás, a veneranda dama antiga do Sul goiano**. Goiânia-GO: Ellite, 2014.

PAULA, Maria H.; ALMEIDA, Mayara A. R. D. Entre arraiais, vilas, cidades, comarcas e províncias: terminologia das representações do espaço no sudeste goiano no século XIX. **Revista (Con) textos Linguísticos**, v. 10, n. 17, p. 153-167, 2016

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. **Revista Mosaico**, Goiânia, vol. 01, nº 01, p. 03 – 12, 2008

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.8, n.16, 1995

PINHEIRO, Antônio C. C. A matriz de Nossa Senhora da Conceição de Campinas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**, Goiânia, nº. 25, p.103 - 128, 2014

PINTO, J. V. C. **Reestruturação intra-urbana de Aparecida de Goiânia: o impacto da implantação do Buriti Shopping e a formação de uma nova centralidade na Avenida Rio Verde**. 2006. 110. f. Monografia (Licenciatura em Geografia). Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2006

_____. Desconstruindo a “cidade dormitório”: centralidades e espaço intra-urbano de aparecida de Goiânia. **Mercator**, v. 8, n. 16, p. 45 a 59-45 a 59, 2009-b.

_____. Periodização de Aparecida de Goiânia: Da forma embrionária às novas funcionalidades no espaço fragmentado. **Boletim Goiãno de Geografia**, vol. 29, nº 1. p 87-105, 2009-a

_____. **Fragmentação da metrópole: constituição da Região Metropolitana de Goiânia e suas implicações no espaço intraurbano de Aparecida de Goiânia**. Universidade federal de Goiás. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais. Goiânia, Goiás - Brasil. Dissertação (Mestrado em Geografia), 2009-c.

RIBEIRO, Maria Eliana Jubé. **GOIÂNIA: OS PLANOS, A CIDADE E O SISTEMA DE ÁREAS VERDES**. Editora UCG. Goiânia. 2004.

SANTOS, Miguel A. N. D. **TRINDADE DE GOIÁS–UMA CIDADE SANTUÁRIO: CONJUNTURAS DE UM FENÔMENO RELIGIOSO NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO**. 1976. Dissertação (Mestre em História) - Universidade Federal de Goiás - UFG. Goiânia

SANTOS, L. M. dos. **A produção do espaço intra-urbano de Aparecida de Goiânia e a dinâmica metropolitana de Goiânia: de 1960 aos anos 2000**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Goiás – UFG. Goiânia, 2008.

SILVA. Weliton. **A FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE CAMPINAS**. Goiânia: Scala Editora, 2017.

SILVA. Rosana F. D. **CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS FECHADOS EM GOIÂNIA. UM CASO: PRIVÊ ATLÂNTICO**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Goiás – UFG. Goiânia, 2003.

SIMONE, Nilda. **UM OLHAR SOBRE APARECIDA: HISTÓRIA E CULTURA**. Editora Kelps. Aparecida de Goiânia, 2014

VIDE, Sebastião M. **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia**. Senado Federal, 1853.